

COLEÇÃO
200 ANOS
DA INDEPENDÊNCIA
DO BRASIL

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA, LEGADOS E DESAFIOS

Esther Bemerguy de Albuquerque, Lincoln Penna e
Luiz Antônio Rodrigues Elias

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

331

SENADO FEDERAL





COLEÇÃO
200 ANOS
DA INDEPENDÊNCIA
DO BRASIL

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA, LEGADOS E DESAFIOS

Esther Bemerguy de Albuquerque, Lincoln Penna e
Luiz Antônio Rodrigues Elias

Mesa Diretora

Biênio 2025/2026

Senador Davi Alcolumbre
Presidente

Senador Eduardo Gomes
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa
2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro
1ª Secretária

Senador Confúcio Moura
2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira
4º Secretário

Suplentes de Secretário

1º suplente: Senador Chico Rodrigues

2º suplente: Senador Mecias de Jesus

3º suplente: Senador Styvenson Valentim

4ª suplente: Senadora Soraya Thronicke

Conselho Editorial

Senador Randolfe Rodrigues
Presidente

Esther Bemerguy de Albuquerque
Vice-Presidente

Conselheiros

Alexandre de Souza Santini Rodrigues

Ana Cláudia Farranha

Ana Flávia Magalhães Pinto

Ana Maria Veiga

Alcinéa Cavalcante

Bruno Lunardi Gonçalves

Carlos Ricardo Cachiollo

Eduardo Rômulo Bueno

Esmeraldina dos Santos

Fernando Pimentel Canto

Heloisa Maria Murgel Starling

Ilana Trombka

João Batista Gomes Filho

Marco Américo Lucchesi

Nathalia Henrich

Rafael André Chervenski da Silva

Victorino Coutinho Chermont de Miranda



COLEÇÃO
200 ANOS
DA INDEPENDÊNCIA
DO BRASIL

Esther Bemerguy de Albuquerque
Lincoln Penna
Luiz Antônio Rodrigues Elias

Bicentenário da Independência, Legados e Desafios

Edições do Senado Federal
Vol. 331

Brasília, 2025

SENADO FEDERAL



**Edições do
Senado Federal
Vol. 331**

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

Revisão: Cristiano Ferreira e SEGRAF

Editoração eletrônica: SEGRAF

Ilustração de capa: Sessão do Conselho de Estado. Georgina de Albuquerque, 1922. Acervo do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

Projeto gráfico: Serviço de Formatação e Programação Visual do Senado Federal (SEFPRO)

Comissão Especial Curadora destinada a elaborar e viabilizar a execução das comemorações em torno do tema "O Senado Federal e os 200 anos da Independência do Brasil".

Senador Randolfe Rodrigues – Coordenador

Senador Jean-Paul Prates

Senador Rodrigo Cunha

Senador Rodrigo Pacheco

Heloisa Murgel Starling

Eduardo Bueno

Ilana Trombka

Esther Bemerguy de Albuquerque

© Senado Federal, 2025

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº

CEP 70165-900 – DF

cedit@senado.leg.br

<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/conselho-editorial-1>

Todos os direitos reservados

.....
Albuquerque, Esther Bemerguy de.

Bicentenário da Independência, legados e desafios / Esther Bemerguy de Albuquerque, Lincoln Penna e Luiz Antônio Rodrigues Elias. -- Brasília : Senado Federal, 2025.

200 p. : il., grav. -- (Edições do Senado Federal ; v. 331) (Coleção 200 anos da Independência do Brasil)

ISBN 978-65-5676-572-3

1. Independência do Brasil (1822), coletânea. 2. Movimento social, história, Brasil. 3. História política, Brasil. 4. Brasil, aspectos socioeconômicos. I. Penna, Lincoln. II. Elias, Luiz Antônio Rodrigues. III. Título. IV. Série.

CDD 981.04

.....
Ficha catalográfica elaborada por Cláudia Coimbra Diniz CRB1-1179

Sumário

9 **ABERTURA**
Francis Bogossian

15 **Prefácio**
Esther Bemerguy de Albuquerque, Lincoln Penna e Luiz Antonio Rodrigues Elias

23 **Introdução**
Márcio Girão

MESA 1

33 **A INDEPENDÊNCIA NA NARRATIVA DO PODER**
Jean-Paul Prates

45 **Independência: uma história inacabada**
Lincoln de Abreu Penna

51 **Soberania e independência na construção da nacionalidade**
Randolfe Rodrigues

MESA 2

- 60** **AS DEPENDÊNCIAS DO BRASIL: RESISTÊNCIA E HORIZONTES**
- 61** Bicentenário da Independência do Brasil: questões para o debate
Claudia Wasserman
- 73** Justos céus, não posso mais!!! Panfletos e debate público na Independência do Brasil
Heloisa Murgel Starling
- 89** Para entender a Independência do Brasil
Isabel Lustosa
- 105** Nos 200 anos da independência de um país por ser
Roberto Amaral
- 123** Brasil: padrões herdados e novos desafios
Tania Bacelar

MESA 3

132 AS PERSPECTIVAS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA REPÚBLICA

133 O outro lado da Independência do Brasil

Claudete Maria Miranda Dias

145 Diante de “desejos de gozar de sua liberdade”: notas sobre cultura política no Brasil Escravista, c. XIX

Flávio Gomes e Marcus Vinicius Teixeira dos Anjos

161 Bicentenário da Independência: o desafio da elaboração de um projeto de Nação

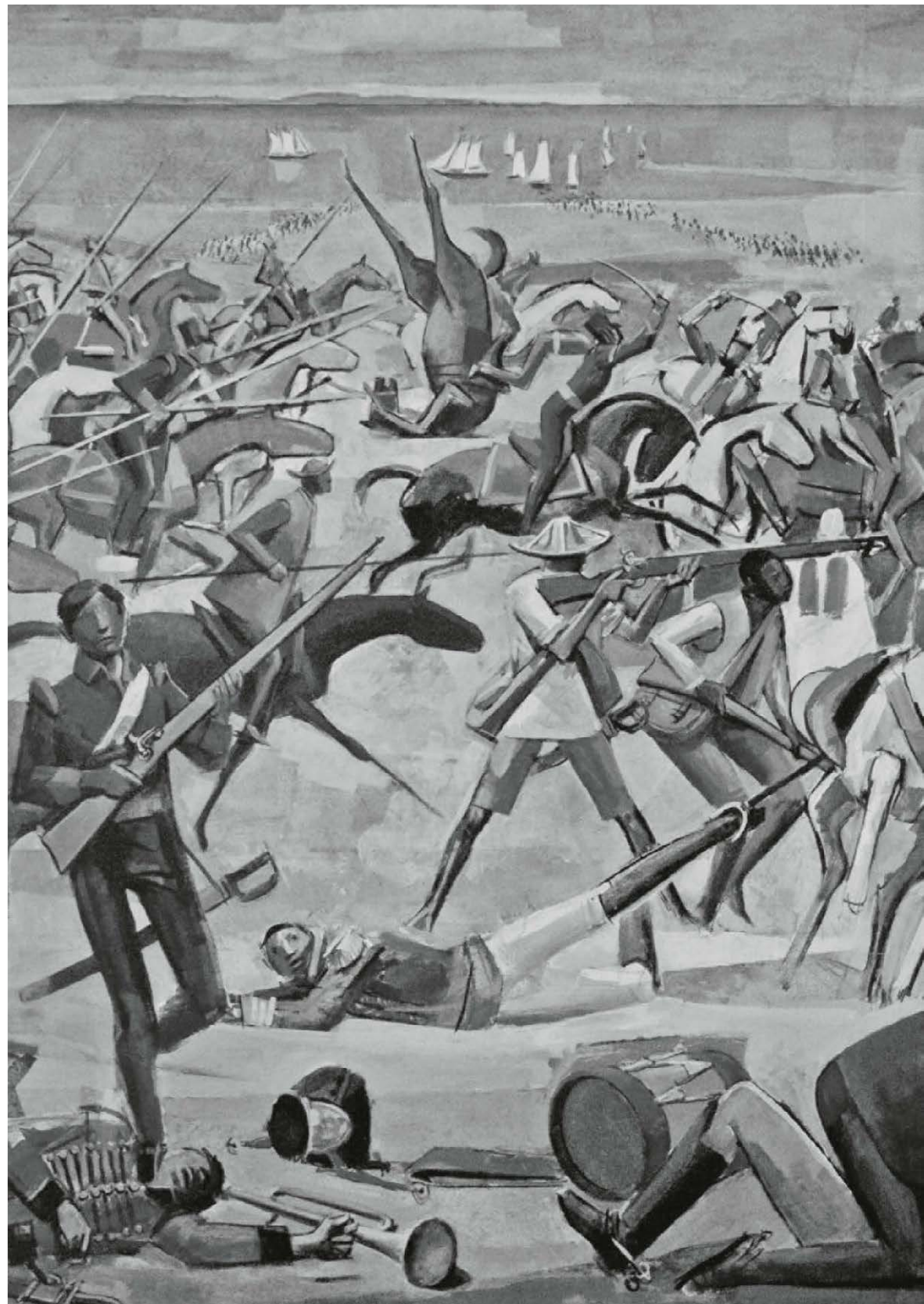
João Pedro Stédile

169 A Independência e os Projetos Nacionais desde 1822

Marcelo Barbosa

189 A disputa de futuro após 200 anos da Independência Nacional

Marcio Pochmann



Abertura

Francis Bogossian¹

“É com grande satisfação que o Instituto Brasileiro de Estudos Políticos (IBEP), que eu tenho a honra de presidir, promove, em parceria com a Comissão Curadora do Bicentenário do Senado Federal e com o apoio do Clube de Engenharia Brasil — uma entidade nacional localizada no Rio de Janeiro e fundada durante o Império, o Seminário sobre o Bicentenário da Independência: legado e desafios! Nós estamos, assim, abrindo um momento de revisão do nosso processo histórico. Estimular as interpretações a partir de um fato que nos diz respeito é dever da cidadania. E entendemos que a Independência do Brasil se encontra em curso, se considerarmos que ela se esgota em sua plenitude quando alcançada a soberania nacional, sem a qual não há Independência.

“Por isso, o IBEP, que presido, considera que esse evento deve ser marcado pela busca de uma real emancipação do nosso povo. Assim, ao reunir estudiosos que têm se dedicado às novas investidas no campo da pesquisa histórica, o objetivo é de contribuir, para que tenhamos condições de esclarecer e fazer valer a conquista da nossa Independência, proclamada por Pedro em 7 de setembro de

1 Francis Bogossian – Engenheiro, atual Presidente do Clube de Engenharia e Presidente do IBEP

1822, em São Paulo; depois, ampliada para o Rio de Janeiro e para todo o Brasil.

“Eu aproveito o ensejo para lembrar o movimento iniciado na Bahia pela Independência em 19 de fevereiro de 1822 e concluído com a vitória em 2 de julho de 1823, consolidando a conquista. A data é comemorada anualmente pelo povo baiano — não podemos esquecer que esse é um marco da história do Brasil.

“No horizonte da Independência, a pesquisa histórica era de criação de um projeto justo, solidário, sustentável, soberano e criativo para um Brasil que seja de todos os brasileiros e de todas as brasileiras. Era preciso superar as marcas da escravidão, que naturalizou a violência e a submissão dos negros e dos pobres da nossa sociedade.

“As políticas sociais, conquistas civilizatórias para gerações da sociedade, deveriam ser resgatadas; mulheres, negros e jovens indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais faziam parte dos benefícios das políticas públicas, de modo a eliminar as discriminações históricas. Defesa da igualdade, da soberania e da paz, ampliação da representatividade e da participação popular, da liderança global pela democracia, pela paz, pelo desenvolvimento e pelo respeito aos povos e sua identidade.

“Na data de hoje, devemos nos reportar para os 200 anos que não podem ficar sem as referências a serem contadas para a construção da sociedade, enquanto pátria, que não existe sem identidade, e essa identidade não existe sem história. A formação de uma nação independente não foi uma obra à toa: foi o resultado de um processo de luta e resistência para construir a nação brasileira. O valor

do nosso passado, da nossa história, é importante, importantíssimo, para que se tenha um futuro melhor.

"O Senado Federal, o IBEP e o Clube de Engenharia estão dando valor histórico ao Bicentenário, sem sombra de dúvida, com o presente seminário que se desdobra em três mesas temáticas.

"Nós estamos fazendo história, e ela precisa ser recontada de diversas formas. Para quê? Para que amanhã possamos dizer que temos um país livre de negacionismo e de forma de repressão, sobretudo, soberano e independente, e que estamos construindo um legado que vai ficar para as próximas gerações.

"As comemorações do Bicentenário da Independência iniciaram-se na última sexta-feira, dia 3, no Brasil, com o lançamento, pelo Senado, em Petrópolis, aqui no Rio de Janeiro, de uma página na internet reunindo notícias, livros, programação de eventos e website, itinerários virtuais da Independência, que oferecem conteúdo interativo para quem quer aprofundar o conhecimento sobre essa época da história do país. O lançamento foi feito pelo senhor presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco; com o presidente da Comissão Especial Curadora do Senado para o Bicentenário da Independência, o senador Randolfe Rodrigues, aqui do nosso lado esquerdo; o governador do estado do Rio de Janeiro e o prefeito de Petrópolis. Estiveram presentes, ainda, o senador Jean-Paul Prates - PT do Rio Grande do Norte, aqui à minha direita - , que compõe o colegiado dos 200 anos; o senador Carlos Portinho - daqui, do Rio de Janeiro - , entre outras autoridades. Hoje, temos na abertura o senador, como já foi dito, presidente da Comissão do Bicentenário, que se deslocou para prestigiar com a sua presença, e o senador Jean-Paul também. Nós agradecemos, novamente, penhorados.

"E hoje teremos como tema A Independência na narrativa do poder. Nós abordaremos a conjuntura política da Independência do Brasil, o rompimento com Portugal e a autonomia negociada, e as figuras da Independência: Pedro I, José Bonifácio. Serão expositores os senadores Randolfe Rodrigues, Jean-Paul Prates e o professor Manuel Domingos, da Universidade Federal do Piauí.

"Como debatedora, além dos presentes, há a historiadora Isabel Lustosa. O debatedor Ailton Krenak, da Aliança dos Povos da Floresta, teve um imprevisto de última hora e não pôde comparecer. Como mediador, como já foi dito, nosso vice-presidente do IBEP, professor Lincoln Penna, à direita. Queria noticiar, já encerrando, que a segunda mesa ocorrerá no dia 7 de novembro, também neste Clube de Engenharia, tendo como tema As dependências do Brasil: Resistências e Horizontes, tendo como expositor o presidente emérito do IBEP, aqui presente, o nosso ministro Roberto Amaral, juntamente a um senador da República que está sendo convidado (que ainda não está confirmado, e não podemos, aqui, agora, nominar).

"A mediação nessa segunda reunião será do conselheiro do IBEP, Luiz Antonio Elias, aqui presente. E foram convidados a participar como debatedores a professora Heloísa Starling, da Universidade Federal de Minas Gerais, o escritor Eduardo Bueno e, ainda, um representante dos povos originários (está em andamento, não está ainda confirmado, pode ser até que venha a ser alterado).

"O tema da terceira e última reunião será As perspectivas da Independência do Brasil na República — terceira mesa, encerrando o seminário. Está prevista para ocorrer no dia 12 de dezembro, aqui no Clube de Engenharia. Estão previstas as participações, como expositores, do presidente do Instituto Lula, Márcio Pochmann, e de um

senador da República, que também está sendo convidado. E nomes a serem confirmados, eu vou citar, como debatedoras, a professora Claudia Wasserman, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a deputada federal por Roraima, Joenia Wapichana. Vão debater Caminhos da soberania nacional, na direção de uma superação do passivo da Independência; A solução partilhada com os povos latino-americanos na comunhão republicana continental e A remoção do entulho colonial e neocolonial e o abrigo no contexto da multipolaridade mundial. Nessa última sessão, o conselheiro do IBEP, Marcelo Barbosa, aqui presente, fará a mediação.

"Assim estará encerrado esse seminário, com a coordenação da Comissão do Bicentenário da Independência do Senado Federal, do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos, e o apoio do Clube da Engenharia.

"Então, nada mais a dizer, agradeço o tempo e a paciência de me ouvir e passo então, a palavra para o nosso senador Randolfe Rodrigues, para abrir com chave de ouro as exposições."

Prefácio

Esther Bemerguy de Albuquerque¹, Lincoln Penna² e Luiz Antonio Rodrigues Elias³

O evento do Bicentenário da Independência do Brasil, de iniciativa do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos (IBEP) e da Comissão Especial Curadora do Senado para os 200 anos da Independência do Brasil, que conceberam, organizaram e programaram as atividades com vistas a rememorar essa efeméride, com apoio do Clube de Engenharia, foi realizado entre os meses de agosto e dezembro de 2023.

O evento teve, como todos os outros relativos à formação histórica brasileira, o objetivo de refletir sobre o que foi, como foi e que balanço é possível ser feito para transmitir esse fato e seus desdobramentos para as novas gerações. Em 1822, o Brasil deu um passo audacioso rumo à autodeterminação, rompendo os laços coloniais com Portugal e iniciando um novo capítulo na história, na construção de um país livre, soberano e diverso.

1 Esther Bemerguy de Albuquerque – Economista e Vice-Presidente do Conselho Editorial do Senado.

2 Lincoln Penna – Historiador e Secretário-Geral do IBEP.

3 Luiz Antonio Rodrigues Elias – Economista, Vice-Presidente do IBEP.

Nesse exercício de rememorar a data fundadora da ruptura da ex-colônia portuguesa, já elevada à condição de Vice-Reino Unido a Portugal e Algarves, houve por bem os seus promotores lembrar os povos originários, aqueles vindos como escravizados para o Brasil e o papel das mulheres no processo de Independência. Bem como deixar claro que há uma história anterior à ocupação europeia na América, que precisa ser considerada e constar nos nossos currículos escolares, fundamental para que tenhamos consciência de que o território do Brasil é mais do que o período da presença dos invasores tidos pela historiografia oficial como “colonizadores”. Essa narrativa, produzida por uma historiografia tradicional para excluir os povos submetidos à empresa mercantil, que se apossou do território americano e que a sua parte do Atlântico Sul passaria a ser denominada com o nome de Brasil (em alusão ao pau-brasil fartamente existente), foi um dos pontos que mereceu referência pelos palestrantes.

Por quase duzentos anos após a chegada dos portugueses à América, o Brasil esteve distante da preocupação da Coroa, já que a exploração agrícola lhe trazia recursos e estabilidade na dominação territorial. Dessa forma, Portugal não se dedicou a desenhar nenhum projeto de povoamento para suas terras além-mar, voltando sua atenção ao Brasil somente com a descoberta do ouro em Minas, em 1697, diante da perspectiva de novos ganhos. Somente em 1808, com a chegada ao Brasil da Rainha Maria I (1734-1816), do príncipe regente Dom João VI (1767-1826) e da Corte Portuguesa — que aqui estiveram por treze anos —, o futuro da colônia passou a se desenhar como possível, fortalecendo as bases para a Independência que iria florescer pouco depois, por interesse das elites locais. Até a chegada da Corte, três séculos após o início de sua dominação, a maior colônia portuguesa havia vivido em intenso abandono e

isolamento, com seus portos fechados ao livre comércio, intensas restrições na educação e comunicação do seu povo, além de um cruel sistema escravagista — fatores que marcaram a formação de nossa sociedade brutalmente desigual.

E não é por acaso que somente no projeto constitucional de 1823, o Brasil busca definir seu modelo de educação, passando a ser um direito do cidadão brasileiro a ser oferecido pelo Estado — realidade por que ainda lutamos para viabilizar de forma plena até hoje. Promover uma reflexão sobre o Bicentenário trouxe o IBEP, o Senado Federal e o Clube de Engenharia, em parceria na mesma direção.

Durante o Seminário, tendo em vista a diversidade dos que passaram a compor as mesas programadas, vemos que os convidados foram escolhidos não apenas pelas suas competências, mas também pelas diferentes representações do pensamento crítico brasileiro. Assim, tivemos acadêmicos, intelectuais comprometidos com essa temática, estudiosos em geral com trabalhos publicados, além, é claro, de parlamentares convidados.

A abertura do Seminário foi feita pelos anfitriões Francis Bogossian, presidente do IBEP, e Márcio Girão, presidente do Clube de Engenharia, que deram início aos trabalhos e proporcionaram elementos substanciais para a reflexão que seria iniciada a seguir. A primeira mesa temática trouxe os senadores Randolfe Rodrigues e Jean-Paul Prates, os historiadores Manuel Domingos e Lincoln Penna, este como coordenador. Assim, pudemos acompanhar uma belíssima discussão sobre o tema “A Independência na narrativa do poder”, com foco na conjuntura política do rompimento com Portugal. Destacamos aqui a fala do senador Randolfe e que representa, de forma inequívoca, o espírito deste encontro. Diz ele: “A formação nacional é

patrimônio de todos nós brasileiros. As cores da bandeira, o Sete de Setembro, não pertencem àqueles que querem subverter a história". Na mesma direção, o senador Jean-Paul Prates nos lembra que a "Independência adquiriu complexidade, com a introdução de inúmeros sujeitos, cuja história encarna a nossa nacionalidade. A diversidade de gênero, de etnia, de condição social — homens, mulheres, brancos, pardos e negros, livres, forros e escravos — caracteriza a nossa Independência". Manuel Domingos encerrou a mesa, reforçando também a relevância do povo no processo de Independência, não apenas os grandes nomes que marcaram a história, mas os homens e mulheres que labutam e produzem as riquezas da nação. A historiadora Heloísa Starling — convidada para esta mesa, não pôde comparecer —, mas enviou sua colaboração para a publicação, intitulada "Justos céus, não posso mais!!! Panfletos e debate público na Independência do Brasil, que ecoa os lamentos de uma menina baiana sobre os abusos da Coroa em Salvador, em 1822".

Em seguida, tivemos a Mesa formada por Roberto Amaral (presidente de honra do IBEP), Tânia Bacelar, Claudia Wassermann, Isabel Lustosa e Eduardo Bueno, coordenada pelo conselheiro do IBEP, Luiz Antonio Elias, sobre "As dependências do Brasil: Resistências e Horizontes", com foco especial no legado da escravocracia, na exclusão social, subalternidade das classes dominantes e a ausência de projetos voltados para a soberania nacional. Iniciamos com a fala provocativa de Roberto Amaral, sobre a inexistência de uma consolidação nacional no "Brasil Independente", o que produz até hoje a nossa subordinação econômica a potências do Atlântico Norte e a falta de um projeto de desenvolvimento nacional. Tânia Bacelar reforça essa reflexão, afirmando que não conseguimos nos libertar da dependência econômica e chama de resistência a criação da

Petrobras, da CSN, Vale, Eletrobras e o engate no BRICS no governo Lula. Eduardo Bueno nos apresentou um retrato histórico de separação e construção institucional do Brasil, destacando a manutenção da escravidão como um dos legados de atraso deixado pelo processo conservador. Claudia Wassermann nos fez questionar sobre a legitimidade da celebração de independências militares, que tiveram como protagonistas as classes dominantes coloniais. E por fim, Isabel Lustosa concluiu a mesa, com a narrativa sobre a chegada da Corte em 1808, já que até então, ainda não se podia chamar o Brasil de Brasil.

Com as falas de Marcio Pochmann, João Pedro Stédile, Claudete Miranda e Flávio Gomes, coordenadas pelo conselheiro do IBEP, Marcelo Barbosa, tivemos a última e valorosa mesa temática sobre “As perspectivas da Independência do Brasil na República” observando os caminhos da soberania, a comunhão republicana continental e a necessária remoção do entulho colonial e neocolonial. Marcio Pochmann falou sobre as dificuldades históricas do Brasil e sua constante subordinação a centros de poder mundiais e indica positivamente a existência de novas condições no cenário internacional que podem favorecer uma inserção do Brasil numa posição mais soberana e proveitosa. João Pedro Stédile complementa com a afirmação de que “só é possível termos um projeto de nação brasileira que atenda todos os interesses se a classe trabalhadora assumir essa necessidade de construir um projeto de país que vai unir a própria classe trabalhadora, os mais pobres e todo o povo”. Para Claudete Miranda, ainda sofremos com uma Independência que foi resultado não de um consenso, mas do esmagamento das lutas internas e que causou mais exclusão do que desenvolvimento. Concluindo o encontro, Flávio Gomes trouxe o caráter forjado dos

movimentos políticos das elites que buscaram a Independência, que até divergiram em muitos momentos, mas se uniram na visão racista que vemos até os dias atuais.

Assim, ao abordar diversos aspectos do processo colonial e suas sequelas, entre as quais o regime escravocrata, que juntamente com a adoção de uma política de submissão das tribos e comunidades nativas levou a um verdadeiro genocídio, tanto de muitos povos originários como de muitas comunidades quilombolas, a finalidade do evento alcançou o que nos parece ter sido uma modesta, porém importante, contribuição para a renovação e o esclarecimento das novas gerações de brasileiros das mais distintas origens.

Ao longo dos últimos 200 anos, enfrentamos inúmeros desafios e vivenciamos transformações profundas. Desde a consolidação do território nacional, passando pela abolição da escravidão, até a transição para a República e a constante busca por justiça social e desenvolvimento econômico. Este livro pretende, ao revisitar nosso passado, por meio das falas que ficaram gravadas na plataforma do YouTube e dos ensaios enriquecidos pelos palestrantes, oferecer uma visão abrangente e crítica dos eventos que marcaram estes dois séculos; além da compreensão dos contextos e das complexidades que envolvem a nossa história, refletindo a pluralidade e a resiliência do povo brasileiro.

Cada capítulo deste livro convida o leitor a uma viagem no tempo, explorando os diversos aspectos que compõem a história da Independência e da formação do Brasil contemporâneo. A partir deste ensaio, torna-se fundamental refletirmos sobre o futuro que queremos construir, sobre o processo contínuo de reafirmação dos nossos valores e ideais, para enfrentarmos desafios e projetarmos

um futuro mais justo, inclusivo e próspero. Que este livro seja uma fonte de inspiração e reflexão a todos os brasileiros e brasileiras, um convite à construção de um país melhor. A todos e todas que compartilharam conosco desta valiosa experiência de revisitarmos criticamente o Bicentenário do Brasil, o nosso muito obrigados. Aos palestrantes que contribuíram com suas falas e excelentes textos aqui inseridos: recebam a nossa gratidão pelo exercício reflexivo do que somos e do caminho que nos trouxe até aqui. Certamente, esta publicação é a soma de diferentes olhares sobre diferentes tempos que compõem esses 200 anos de uma independência que ainda precisa.

Introdução

Márcio Girão¹

Bicentenário da Independência

Às vésperas do bicentenário da Independência, o Instituto Brasileiro de Estudos Políticos (IBEP) – e o Senado Federal, em parceria com o Clube de Engenharia, projetaram uma série de debates sobre o tema, em três eventos a ele alusivos.

Entre as premissas estabelecidas ao evento, destaca-se a análise de que no horizonte da Independência havia a perspectiva histórica de criação de um projeto de nação, contemplando em suas bases: **a justiça e igualdade sociais, solidariedade, sustentabilidade, soberania e criatividade** para um Brasil que fosse de todos os brasileiros e brasileiras. Enfim, um projeto de nação muito além do mero agrupamento geográfico.

Era preciso analisar o propósito em superar as marcas da escravidão que naturalizou a violência e a submissão dos negros e pobres da sociedade. Vislumbravam-se políticas sociais e conquistas

1 Márcio Girão – Engenheiro e Presidente do Clube de Engenharia (na ocasião do Seminário).

civilizatórias em que deveriam ser resgatadas mulheres, negros, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais que fariam parte dos benefícios de políticas públicas, e assim, eliminar as discriminações históricas.

Claramente, não realizamos plenamente esses desafios então projetados para o futuro que hoje presenciamos. No entanto, a comemoração do Bicentenário é uma oportunidade para renovarmos os compromissos com esses valores e trabalharmos em direção a um novo futuro em que sejam realidades para todos. Daí que a Independência do Brasil ainda é um processo em curso, almejando a real emancipação de seu povo.

Como objetivo primordial, almejamos a legitimidade ampla das estruturas políticas e a segurança de continuidade do processo democrático que, no passado, foi conturbado através de golpes ou orquestrações em que o povo esteve normalmente ausente, sem esquecermos as resistências dos povos originários, em que muitos deles e suas nações foram simplesmente suprimidos e liquidados, além dos mocambos e quilombos que resistiram e não estão contemplados em nossa historiografia.

Um dos fatores a contribuir para esse descompasso entre a intenção original e a realidade no Brasil foi e é o patrimonialismo, que desde o colonialismo mistura negativamente as esferas pública e privada, levando a gestões incompetentes do serviço público, nomeadas por interesses pessoais, nepotismo e clientelismo. Também têm impacto na democracia por contribuir para a corrupção, a ineficiência administrativa e a falta de transparência, dificultando a implementação de políticas públicas equitativas e justas.

Projeto Nacional ²

A falta de um projeto de desenvolvimento nacional, com raras exceções históricas — Mauá e Getúlio são exemplos —, que fosse além de meros diagnósticos, embora bem-intencionados, nos levou à dependência da ciência, tecnologia e ideologia do Primeiro Mundo. A não consolidação nacional levou à subordinação econômica a potências do Atlântico Norte e a um dos piores índices de distribuição da riqueza do planeta. Faz parte da “Independência” não adquirida.

Apresentamos, a seguir, reflexões e suas ações para um projeto nacional de consolidação das premissas que nortearam a Independência do Brasil, mas que tenham em conta a capacidade de organização da classe trabalhadora, das lutas de massa e da mobilização massiva da população brasileira.

A justiça e igualdade sociais exigem a promoção da cidadania que inclui a erradicação da pobreza, e, por conseguinte, da insegurança alimentar. As soluções pontuais e de curto prazo são importantes, porém, não mais se pode admitir a perpetuação, por gerações, da pobreza como fator de desigualdade e esta deve ser eliminada pelo esforço do próprio povo, desde que capacitado e disponha de educação e infraestrutura de qualidade para tal.

A transformação digital do Estado deve ter foco na distribuição plena de conteúdo educacional e mentoria à distância em tempo

2 Algumas reflexões foram inspiradas no documento “Um Projeto para Reconstrução do Brasil” produzido pelo Clube de Engenharia a partir de quatro eventos com participação de importantes atores na política de desenvolvimento do Brasil.

integral. São os novos Centros Integrados de Educação Pública (e-CIEPS).

Na saúde, o fortalecimento do SUS é fundamental, especialmente na logística de interação e acesso, ainda totalmente precária e que também faz parte da transformação digital do Estado.

Não há dignidade sem saneamento pleno de todas as comunidades do país. Sua universalização é uma prioridade.

Implementar políticas de incentivo a incubadoras, cooperativas e órgãos das comunidades carentes que detenham conhecimentos tecnológicos locais não convencionais.

Para o campo, um programa amplo de reflorestamento, incentivando a agricultura familiar, as cooperativas de trabalhadores rurais e a agroecologia.

Assegurar os direitos e a proteção dos povos originários.

A **soberania** assegura a integridade territorial, a unidade nacional e a autodeterminação em vários aspectos na garantia de independência do Brasil. Eis alguns de seus aspectos:

Adoção de providências resultantes de um levantamento e avaliação da situação fundiária no território nacional quanto à alienação de grandes extensões de terra a pessoas físicas ou jurídicas, residentes e domiciliadas no exterior;

Reanálise da legislação e acordos de proteção de patentes e de propriedade industrial para bens e serviços lesivos aos interesses estratégicos do país e que interferem no seu direito ao desenvolvimento;

Promoção de políticas industriais em substituição à importação de itens essenciais à economia, produção de alimentos, medicamentos e defesa do país que eliminem ou mitiguem vulnerabilidades existentes;

Adoção de política externa independente, de não alinhamento ativo, priorizando os interesses geoestratégicos, econômicos, de segurança e defesa do país;

Inclusão do meio ambiente e da proteção dos povos originários na agenda diplomática;

Retomada dos princípios e objetivos básicos que definiram a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa de 2008, adequando-os ao cenário atual (interno e externo).

O principal fator da geração de riqueza nacional está na adesão a uma nova era em que o conhecimento e as tecnologias são induzidos pela ciência e engenharia. O domínio da **ciência, inovação e da engenharia** é imperativo para estar ao lado das principais nações do planeta e fortalecer a soberania do país.

A formação de qualidade dos cidadãos é fundamental, desde a creche à universidade. Logo, há que se assegurar o amplo acesso às escolas em todos os níveis, a valorização e qualificação dos professores e funcionários, construção ou reforma das instalações físicas, laboratórios, equipamentos de informática, acesso à rede de internet rápida e toda a infraestrutura, inclusive de mobilidade, que garanta amplo acesso dos alunos.

Divulgação de ciência e tecnologia em todos os níveis e modalidades educacionais de forma a engajar a juventude no desejo em seguir as carreiras afins da ciência e engenharias.

Estabelecimento de um processo digital de integração entre universidade-empresa em que a inovação induzida pela ciência chegue ao conhecimento dos empreendedores e seus engenheiros e, vice-versa, e as demandas empresariais de base tecnológica cheguem aos mentores das ciências na academia.

Fortalecimento da missão dos Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs) no papel de prestação de serviços às aplicações tecnológicas da ciência no ambiente produtivo nacional.

Ampliação do Marco Legal da Inovação no sentido de promover a interação entre cientistas e engenheiros nas ou na formação de empresas, incluindo incentivos tributários nos investimentos de risco associados aos projetos.

Forte política de encomendas tecnológicas e compras do Estado para retomada da engenharia de projetos (consultiva) no país.

Ampliação significativa do número e da qualidade de engenheiros no país, acima de 300.000 por ano. Aqui define-se o engenheiro como o profissional de nível superior associado à capacidade de transformação da criatividade em benefício da sociedade e geração de riqueza.

No espírito da equidade social, implementação de programas em apoio logístico (transporte etc.) e financeiro (bolsas que garantam, inclusive, o sustento da família) à permanência dos estudantes de poucos recursos, incluindo os cotistas, para evitar a evasão

causada pela impossibilidade das famílias em proverem os meios necessários a mantê-los nas universidades.

Não ao contingenciamento de recursos e ampliação do percentual do PIB aplicado ao desenvolvimento tecnológico em níveis iguais ou maiores que os países desenvolvidos.

A “fuga de cérebros” não é uma questão financeira pessoal, nem se repatria como tal, mas, sim, à condição da academia em proporcionar infraestrutura laboratorial, entre outras, e recursos para pesquisas nos níveis internacionais. Portanto, deve-se rever os projetos nesse sentido para forte apoio à academia. Em relação aos expatriados, comprometê-los em projetos comuns com cientistas no Brasil.

O Desenvolvimento Econômico associado ao programa de neoindustrialização do país, proposto pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), tem em seu bojo as principais vocações industriais do Brasil e temas fundamentais para seu desenvolvimento e soberania. O desafio, como sempre, é tirá-lo do papel em ações contundentes e que resultem na realização de suas intenções.

Em primeiro lugar, têm-se como obstáculos uma indústria, no sentido amplo da palavra, ainda pouco afeita aos processos inovadores; a necessidade de retomada urgente das empresas de engenharia de projetos, destruídas na década de 80; forte dependência externa dos insumos necessários (equipamentos etc.); fraca logística de acesso ao mercado internacional entre outros.

Em segundo lugar, a não disponibilidade de fortes investimentos do Estado nas encomendas tecnológicas para, por exemplo, atuar nas importantes áreas de semicondutores e inteligência artificial.

Em terceiro, mas não menos importante, a inexistência no projeto do CNDI da exigência da construção das rotas (roadmaps) tecnológicas necessárias a cada projeto para delimitar, na linha do tempo, suas necessidades de investimentos, acadêmicas, empresariais, cooperações internacionais, insumos diversos etc. Em outras palavras, os projetos não se realizam a partir de uma carta de intenções cujos investimentos são efetuados ao sabor das atuais capacidades acadêmicas e empresariais, mas uma projeção estudada a qualificada dos caminhos a seguir.

Como Sêneca diria hoje: nenhuma política de desenvolvimento te será favorável ao teu destino se não souberes como chegar a ele.

Concluindo

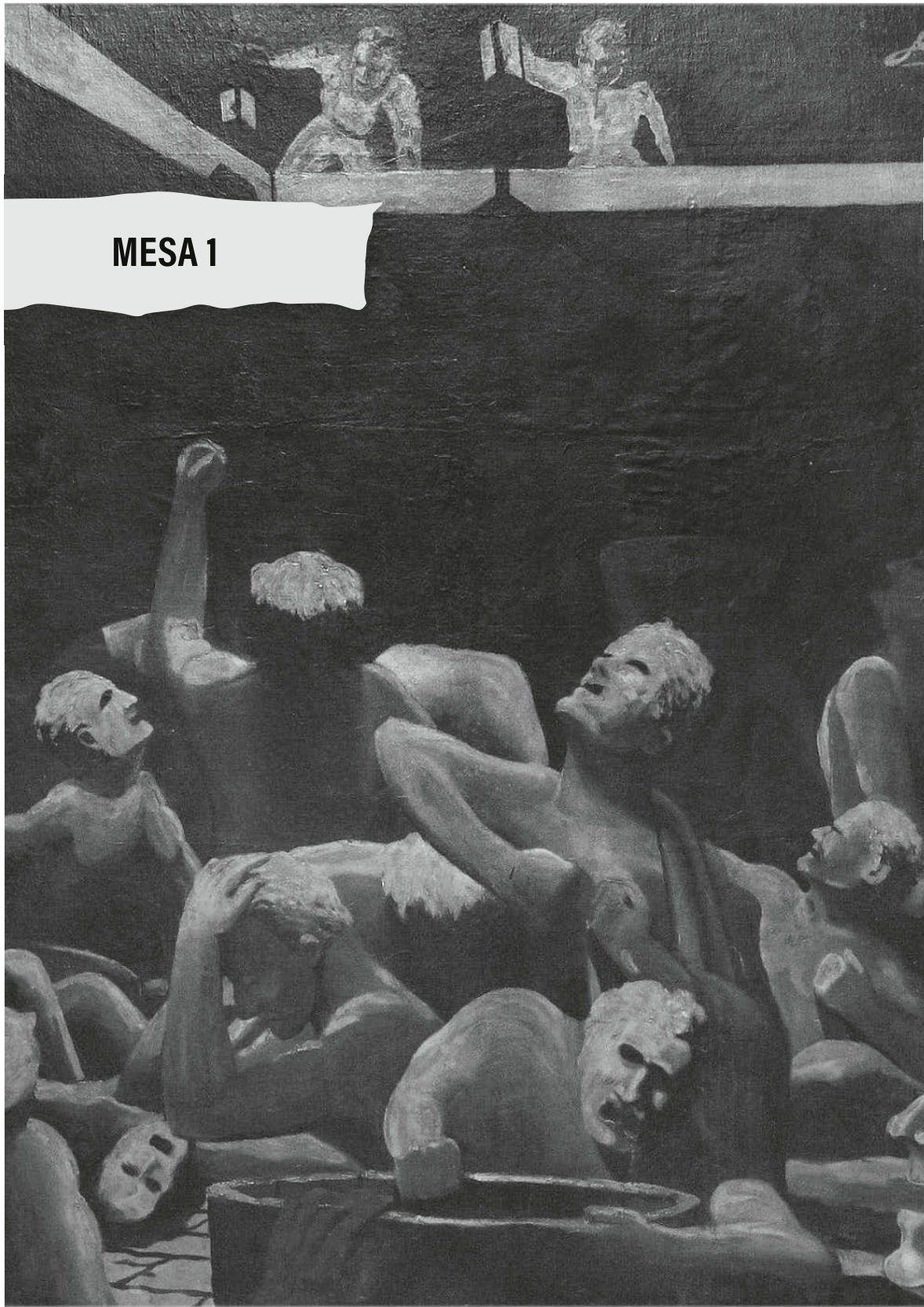
Completar a Independência do Brasil não é mais uma questão de “Independência ou Morte”, mas a partir do reconhecimento das suas lacunas e fragilidades ao longo dos tempos, em processo semelhante ao que ocorreu em toda a América Latina: relações de trabalho baseadas na exploração; estrutura arcaica de posse da terra; foco na produção de produtos primários; e o endividamento externo.

A Independência do Brasil, ainda em processo de consolidação, mesmo considerando as divergências políticas atuais, porém apontando democraticamente para um caminho de plena liberdade,

igualdade e fraternidade, se acelera pelo reconhecimento da urgência da verdadeira justiça social; do desenvolvimento soberano da ciência e das tecnologias geradoras de bens sociais; da sustentabilidade em todos os aspectos que representem um legado à preservação da humanidade; do estancamento e nojo aos entreguismos subservientes; enfim, do que se pretende como nação, não no sentido meramente geográfico, mas de integração cultural de seu povo, cuja estrutura está pronta pela miscigenação que nos une e nos orgulha.

Finalmente, que possamos declarar nossa Independência (sem mortes) como um grito de todo o povo brasileiro.

MESA 1



A Independência na narrativa do poder

Jean-Paul Prates¹

A conjuntura política da Independência do Brasil

Dos historiadores do século 19 (João Armitage, Varnhagen), passando pelos intérpretes do século 20 (Caio Prado Jr., Oliveira Lima, Octávio Tarquínio, Tobias Monteiro), até a historiografia atual (Evaldo Cabral de Mello, Carlos Guilherme Mota, István Jancsó, Lilian Moritz), a tendência é alargar a periodização da Independência, interpretando-a como processo, que tem as suas origens mais remotas nos movimentos de contestação de 1789 (Inconfidência Mineira), a Conjuração dos Alfaiates (1798) e a Insurreição Pernambucana de 1817, e encontra o fator de precipitação na transplantação da Corte portuguesa para o Brasil, em decorrência das invasões napoleônicas na Península Ibérica (1807/1808), os tratados de comércio e de navegação (1808/1810) e a posterior formação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815), que teria sede no Rio de Janeiro, até 1821.

Economicamente, o Brasil já se emancipava de Portugal com o fim do pacto colonial, o que causaria forte prejuízo aos interesses

1 Jean-Paul Prates – Senador da República Federativa do Brasil.

metropolitanos comerciais e fortaleceria as conexões diretas entre África e Brasil, na organização do tráfico negreiro, sedimentando interesses comerciais das antigas colônias, nos dois lados do Atlântico. Politicamente, a transferência da Corte se fez acompanhar dos tribunais de última instância e dos conselhos da Coroa envolvidos na administração colonial. Administrativamente, estabeleceram-se as bases do Estado independente.

Naturalmente, a transição do século 18 para o século 19, conhecida como a Era das Revoluções (Eric Hobsbawn), caracterizou-se pela crise dos Estados do Antigo Regime, na Europa, arrematada pelas invasões napoleônicas, e a reorganização dos Estados europeus no Congresso de Viena (1814/1815). Na América Latina, a maior parte das independências ocorreu nas três primeiras décadas do séc. 19, caracterizando-se como momento de crise do antigo sistema colonial (ver Fernando Novaes, Portugal e o Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial).

Rompimento com Portugal e a autonomia negociada

Grosso modo, os relatos clássicos sobre Independência situam na Revolução das Cortes (1820), em Portugal, o fator de precipitação do movimento, cujo desfecho geralmente é situado no Grito do Ipiranga. No plano das relações internacionais, a periodização poderia se estender até o reconhecimento da Independência, sobretudo por Portugal (1825).

Em parte, esta perspectiva coincidia com a forma como alguns contemporâneos compreendiam o movimento. A questão mais

definitiva para a maior parte dos *founding fathers* da nação brasileira era como conduzir o processo de independência no Brasil, preservando a unidade da América portuguesa, e evitando, ao mesmo tempo, a fragmentação e a convulsão social, geralmente atribuídas aos processos de independência da América espanhola.

José Bonifácio cristalizava essa tendência. Para ele, a sorte da Independência dependia de se estabelecer o centro irradiador do processo no Rio de Janeiro e junto do futuro imperador. No contexto dos momentos iniciais da Independência, Bonifácio via com enorme preocupação as tendências de fragmentação, reforçadas e estimuladas nas ações das Cortes de Lisboa, com fortes repercussões em várias províncias brasileiras, que se mostraram resistentes aos primeiros movimentos. Em razão dessas ameaças à preservação da unidade do império, pregava a liberdade, porém “uma liberdade justa e sensata debaixo das formas tutelares da monarquia constitucional”. Por isso, compreendia que “sem a monarquia não haveria um centro de força e união, e sem este não se poderia resistir às Cortes de Portugal e adquirir a independência nacional”².

-
- 2 A tese de Bonifácio era partilhada com os representantes britânicos. Observa Armitage: “O hipotético temor de que o Brasil viesse se fracionar em pequenas republiquetas, como tinha acontecido com as colônias espanholas na América, antes foi o receio manifestado pelo Conde de Vila Real a Canning, que insistia pela necessidade de ser restabelecida a autoridade do Rei de Portugal sobre o Brasil. A esse argumento entretanto teria respondido o ministro de Inglaterra, declarando-lhe, ‘que pelo contrário, qualquer tentativa de restituir a preponderância de Portugal, ao que era antes da revolução e não ao reconhecimento da sua independência, e em vista do entusiasmo manifestado pela nação brasileira, por ocasião da aclamação do título imperial na pessoa de D. Pedro, poderia levar o Brasil na discussão da alternativa ao extremo de se fracionar em repúblicas separadas e independentes; que, portanto, o melhor alvitre para a consolidação ali do princípio monárquico e sustentação

Tarquínio de Oliveira, na sua biografia de D. Pedro I, faria a síntese da leitura pró-José Bonifácio. Advertiria que sua interpretação não ressentia a “bonifaciofobia”, como a do historiador da Independência, Francisco Adolfo de Varnhagen:

“Com os defeitos de um temperamento excessivo, com as asperezas de um caráter voluntarioso, fora, contudo, o político mais inteligente, o verdadeiro estadista que o movimento da independência brasileira revelara. Sem ele no governo, e sem a presença de D. Pedro, a unidade do vasto Império teria sido preservada com dificuldades muito maiores, e o Brasil, dividido e dilacerado, não escaparia provavelmente aos transe de caudilhismo e da tirania militar. Se muitos dos patriotas, que lutaram e sofreram pela causa da emancipação nacional, concordaram com a forma por que esta se processara, a sombra do príncipe regente feito depois imperador, abafados voluntariamente pendores republicanos, ninguém mais do que o ministro por vezes desabusado se aferrara a essa solução. E ninguém com o seu valor de maior figura intelectual do Brasil de então, com um nome de sábio em toda a Europa – tivera como ele o mérito de colocar-se em segundo plano, de fazer do jovem príncipe de vinte e três anos a primeira personagem do jogo político que se ia representar. Ministro na significação mais profunda da palavra, isto é, servidor, consagrara-se com transbordamentos ao ofício de inculcar em D. Pedro a consciência de sua missão histórica”.

do trono de Bragança, consistia no reconhecimento do Império.” História do Brasil desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831.

Nesta interpretação, a tese de que a independência do Brasil com a preservação da unidade do império só se teria tornado possível por sua associação com um tipo específico de regime político, a monarquia constitucional, e centrada em um lugar geográfico, o Rio de Janeiro, naturalizou-se e prevaleceu em toda nossa historiografia, até recentemente.

Recente manual de história da América Latina ainda preservava este quadro de referências. A História da América Latina, editada pela Universidade de Cambridge (Vol. III, 2004), atestava: “Em meados de 1823, o Brasil tinha se tornado, fora de qualquer dúvida, independente de Portugal e havia evitado ao mesmo tempo a guerra civil e a desintegração territorial”. A publicação concluía, introduzindo viés comparativo: “Uma vez decidida, a independência brasileira foi instaurada rápida e pacificamente, em contraste com a da América espanhola, onde a luta pela sua independência, em sua maior parte, se arrastou por muito tempo e teve lances de violência”.

Destarte, a consequência da adoção dessa perspectiva era a concentração excessiva no palco de batalha, a Corte, de forma que a narrativa da Independência passava por sucessão de fatos históricos, manifestos e declarações de grandes personagens no espaço urbano do Rio de Janeiro, quando muito nas regiões vizinhas de Minas Gerais e de São Paulo.

Ora, há muito tempo os historiadores haviam percebido que a Independência não estaria concluída com o brado do Ipiranga. Octávio Tarquínio de Oliveira estendia o quadro até o Período Regencial. Caracterizava a constante crise do Primeiro Reinado, da dissolução da Assembleia Legislativa e Constitucional, em 1824, até a revolução liberal de 7 de abril de 1831 como “o conflito entre o ‘Príncipe

Cidadão' e a opinião liberal". O "parlamentarismo de ficção", que autorizava ao Imperador nomear gabinetes sem correspondência com as maiorias políticas do Parlamento, assinalou o divórcio entre o Parlamento, cada vez mais popular e liberal, e o imperador, muito identificado com os problemas de sucessão em Portugal e pouco observador das atribuições e competências do Parlamento.

Na leitura de Tarquínio, a revolução de "7 de Abril – a abdicação de D. Pedro I – esclarecia e desfazia o equívoco de 7 de Setembro; e estava aberto o caminho para a realização dos anseios liberais abafados durante o reinado do primeiro imperador"³. Ou seja, a independência seria concluída não com qualquer regime. A sociedade brasileira se constituía contra o despotismo. O conflito, centrado no Legislativo, espalhou e sedimentou a opinião pública – incentivada por sentimentos nativistas –, a qual, por sua vez, mobilizou as tropas. D. Pedro I, isolado, sozinho, reconheceria, melancolicamente: "Tudo farei para o povo, mas nada pelo povo".

O segundo momento do processo de Independência, a abdicação de D. Pedro I, ampliava o sentido de liberdade, antes restrita à relação com Portugal. A liberdade, a partir de agora, estaria associada à luta contra o despotismo.

3 Coleção *História dos Fundadores do Império do Brasil*, relançada pela Comissão Especial Curadora do Bicentenário da Independência do Brasil do Senado Federal. A referida coleção é composta pelos seguintes livros: Vol. I: José Bonifácio (vol. 208); Vol. II: a vida de D. Pedro - tomos I, II e III (vol. 209); Vol. III: Bernardo Pereira de Vasconcelos (vol. 210); Vol. IV: Evaristo Ferreira da Veiga (vol. 211); Vol. V: Diogo Antônio Feijó (vol. 212); Vol. VI: Três golpes de Estado; e Vol. VII: Fatos e personagens em torno de um regime.

As figuras da Independência: Pedro I e José Bonifácio

O novo lugar de construção da legitimidade política no Brasil, radicalizado na experiência da Regência, seria o Parlamento. D. Pedro I, no período inicial de seu reinado, considerou ter força suficiente para dissolver o Parlamento, antes que ele ultimasse a Constituição, oferecendo outra em seu lugar, mais liberal do que a que o Parlamento faria. O imperador, porém, seria derrotado, em 1831, pelo mesmo Parlamento, que juntamente com as forças revolucionárias o expulsaria do país, forçando a abdicação.

A partir de então, não apenas os Bonifácios, que voltaram do exílio, mas também uma legião de políticos brasileiros fizeram carreira no processo de construção da nação brasileira, concentrando a legitimidade política, em período conturbado, e elaborando o arcabouço jurídico e institucional do novo Estado.

As alternativas desenhadas por Bonifácio, Evaristo da Veiga e outros, no sentido de pensar a evolução nacional com o fim da escravidão, se viram abandonadas. Prevaleceu a teoria do regresso conservador, cristalizada no domínio dos saquaremas, após o Golpe da Maioridade, até com a conversão de alguns liberais, como Bernardo de Vasconcelos, ao credo conservador.

A superação da Confederação do Equador e das rebeliões regenciais – a Farroupilha (1835-1845), a Sabinada (1837-1838), a Cabanagem (1835-1840) e a Revolta dos Malês (1835) – favoreceria a incorporação das suas respectivas regiões no caldo de nacionalidade que então se formava. O Período Regencial resolveria os problemas de unidade do império e produziria a equação política do regresso

conservador, a solução para a estabilização do império, no Segundo Reinado.

Vasconcelos prepararia terreno para o golpe parlamentar da maioria, consagrando-se como uma das lideranças do Partido Conservador. Justificava-se:

“Fui liberal; então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas ideias práticas; o poder era tudo; fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la, e por isso sou regressista”.

Para Tarquínio, “Vasconcelos colocou-se a serviço da grande lavoura que ia afinal preponderar na direção política do Brasil, dado o poder econômico de que dispunha, e, concorrendo para a criação do Partido Conservador com o seu ‘regresso’ defenderia as causas que se ajustavam aos interesses dos donos de escravos”. Ou seja, realista, abandonou a corrente liberal que questionava a escravidão – Bonifácio, Feijó e Evaristo da Veiga – para estabelecer a receita vitoriosa que associaria a unidade do império e a monarquia constitucional com o regime da escravidão e do latifúndio.

A Independência desenrolava-se, no caso brasileiro, menos no palco da guerra. O palco da negociação política, o palco da construção do novo ordenamento jurídico e do pacto social para torná-lo efetivo era o Legislativo brasileiro, em que a opinião pública nacional

encontraria o acolhimento necessário e o consenso para a tomada de decisões políticas que preservaria o Brasil como nação.

A Independência adquiriu complexidade, com a introdução de inúmeros sujeitos, cuja história encarna a nossa nacionalidade. A diversidade de gênero, de etnia, de condição social – homens, mulheres, brancos, pardos e negros, livres, forros e escravos – caracteriza a nossa Independência. Assinala a diversidade de projetos, de expectativas, de experiências, a qual, mesmo não sendo hegemônica, interferiu de forma decisiva na equação política que tornou o Brasil independente algo real.

A nova história da Independência está mais identificada com o que a historiografia tradicional caracterizaria como a conjuntura da ação dos grandes homens. Deslocou a centralidade do processo dos grandes homens para o povo comum, para a arraia miúda que habitava as cidades coloniais, e era constituída de uma população negra predominante, de condição social distinta – livres, escravos, forros – e de origens diversificadas, porém afinada com substratos culturais comuns.

A nossa especificidade, frente aos demais países latino-americanos, era exatamente a predominância de negros na população colonial, concentrada nos enclaves da economia mercantil, sustentados pela mão de obra escrava. Como observa João José Reis, os conflitos de independência abriram brechas na escravidão, quando não a destruíram, como aconteceu na maior parte de nossos vizinhos. O autor identifica a construção de uma tradição de contestação rebelde na Bahia, muitas vezes centrada nos extratos negros da população.

Apenas na Independência, pelo menos três revoltas escravas tiveram lugar na Bahia. Nessa província, o movimento de independência se estenderia até 1823, sustentado em boa parte, em forças locais. Movimento tão longo e denso de peripécias de front de guerra criou os seus próprios heróis. Em Salvador, a data maior da Independência é o 2 de julho, não o 7 de setembro. Os heróis mais comemorados são os locais, com destaque para Maria Quitéria, que marca o protagonismo das mulheres na Independência. A participação negra se refletiria na participação dos regimentos de ordenanças negros, os batalhões dos Henriques e os Periquitos. Muitos eram escravos que, após os atos heroicos de Independência, contavam serem emancipados e incorporados às tropas nacionais, como heróis da Independência.

Até a última rebelião escrava, a Revolta dos Malês, em 1835, a Bahia seria sobressaltada por sequência de revoltas escravas reprimidas violentamente, conferindo realidade ao fantasma da revolta coletiva negra. O Haiti parecia estar na Bahia. Fazendo alusão a algumas lideranças das revoltas escravas serem identificadas por funções reais – reis e rainhas, assinala o autor: “Essa e outras revoltas mostram que não só os brancos mas também os escravos tinham projetos próprios de monarquia no Brasil”⁴.

Emerge do processo de independência um panorama político e social mais diversificado, favorecido pelo ambiente político extremamente aberto ao debate de ideias e à criação de novas sociabilidades políticas. Abordando os grupos políticos da Corte, durante os momentos centrais da Independência, Gladys Ribeiro conclui: “Havia

4 *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

uma orientação radical, que pugnava pela liberdade de escravos, outra engrossada pelos grandes proprietários que não queriam a abolição e, finalmente, a tendência reformista, que desejava a conciliação pregando uma abolição gradual, ao modo do governo central". Além disso, acrescenta que "para além da revolução descolonizadora dos proprietários havia uma outra, mais popular, mais ameaças de revoltas anteriores, não concretizadas, em 1814 e 1815" ⁵.

A Revolta dos Malês, por se constituir uma revolta escrava com o fito de colocar o mundo de ponta-cabeça, suscitava em cores realistas o medo da sociedade branca e escravocrata perante a possibilidade de uma revolta coletiva negra. Desde fins do século 18, o precedente da revolução haitiana, conduzida por escravos em uma colônia francesa, assombrava os senhores de escravos da América portuguesa. Em outros movimentos regenciais, como a Cabanagem e a Sabinada, as tensões sociais associadas à escravidão ressurgiam, confrontando os projetos políticos das elites que conduziam a consolidação do processo de independência.

Com a liberdade de imprensa, a disseminação de jornais como veículos de formação e ação política, e o funcionamento da Assembleia Legislativa, a partir de 1826, criava-se ambiente político que favorecia a disseminação de projetos alternativos. Não vingaram naquele momento. Como supor, porém, que a nossa nação pudesse ser livre enquanto fosse sustentada pelo trabalho escravo? A obra de nossa Independência só seria concluída com a abolição da escravidão, a verdadeira revolução social malograda em nossa Independência.

5 *A liberdade em construção*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

Independência: uma história inacabada

Lincoln de Abreu Penna⁶

A história é uma resposta a perguntas que nós nos colocamos.

Essa sentença se aplica a vários casos e momentos de nossa história. E, no caso da Independência como uma história inacabada, tal como é proposto, é um convite à reflexão. Cabe, então, a pergunta que nos interessa: é possível reconhecer a ruptura com as Cortes Portuguesas em 1822 como um ato que nos tornou independentes como nação?

Por sinal, o historiador francês Pierre Vilar considerava a história como um processo em construção, seja no sentido de se reverem os fatos do passado remoto ou recente, ou de entender que determinados fatos ainda não se concretizaram por completo. Estão em curso. É o caso que se aplica à Independência, uma vez que não a alcançamos em sua plenitude.

A Independência, assim, se encontra ainda em construção, para de novo recorrer ao mesmo historiador francês, que costumava dizer ser a história uma ciência do movimento. O que ele quis dizer com isso tem mais uma vez tudo a ver com a Independência do Brasil, uma vez que, não tendo se completado o seu processo ainda em

6 Lincoln de Abreu Penna – Historiador. Professor Aposentado da UFRJ e membro da diretoria do IBEP.

curso, demanda o conhecimento dos fatores que têm emperrado a sua completude como ato libertador de uma nação.

Logo, compreender as forças que protagonizam esse movimento no campo das ideias ou no das ações, ou ainda em ambos os aspectos, é a tarefa de quem se propõe a historiar os acontecimentos, sobretudo aqueles que assinalam marcos de um longo processo histórico com as inevitáveis implicações no que diz respeito à sociedade como um todo.

A Independência do Brasil representou, na verdade, uma autonomia negociada pela intervenção inglesa interessada em dar prosseguimento ao processo de favorecimento de seus negócios na América Ibérica. No Brasil, desde o Tratado de Methuen, de 1703, até os acordos de 1810, a presença inglesa foi determinante para esse gradual rompimento com as Cortes Portuguesas. Alan Manchester em seu livro *A preeminência inglesa no Brasil*, traduzido pela Brasiliense, tratou bem dessa questão.

Aliás, é bom ressaltar que a expansão colonial e imperial, o que resultou no primeiro grande surto expansionista com imensa base territorial, e se estendeu ao longo do século 19 e assim foi até a Primeira Guerra Mundial, precedeu o fenômeno do que viria a ser consagrado pela historiografia como o advento do imperialismo, no sentido de apropriação e exploração de recursos por parte de uma burguesia hegemônica no mundo já predominantemente capitalista.

Em paralelo a essas tratativas que resultariam no reconhecimento da Independência por parte de Portugal (1825) e na transferência da dívida deste país para o Brasil, acontecia outro movimento de origem mais autêntica e que se revelou em alguns momentos, como

nas Conjurações Mineira de 1789 e Baiana de 1798, assim como a Insurreição Pernambucana de 1817, e, mais tarde, a Confederação do Equador de 1824, ciclo de revoltas e insurgências que atestavam o caráter cruento do contexto em que se deu a Independência formal.

Movimentos insurretos que seriam retomados durante a vigência do regime das Regências (1831 e 1840), quando, finalmente, o Brasil começa a se tornar um Estado nacional, antecipando e atropelando a data da formalidade de 1822; não obstante não ter rompido com a dependência agora de caráter neocolonial, o que aliás deixou sequelas até hoje não inteiramente enfrentadas para que rompamos esse elo que nos prendem e reduzem o sentido da Independência.

A realidade passada a limpo é a de que, como dizia o historiador Nelson Werneck Sodré em um determinado trecho de sua obra: “Passamos da dependência política de metrópole decadente para a dependência econômica e financeira de metrópole próspera.” Acrescentaria ou atualizaria essa constatação dizendo: passamos para uma prosperidade que tem aprofundado terrivelmente as desigualdades sociais.

Essa chaga da desigualdade social, muito embora originária de nossa ocupação, exploração, às quais se designou de colonização, permanece porque representa mais um traço de uma dependência a mecanismos que têm reforçado essa mazela social que se encontra exposta visivelmente em razão também de não controlarmos os nossos interesses como nação. Não há nação independente que oprima os seus cidadãos.

Se até o primeiro centenário pouca coisa mudou — já que nesta data (1922) houve uma celebração da ex-metrópole e manifestações

sem a presença dos representantes dos povos nativos (indígenas) e negros (afrodescendentes) —, hoje é impensável deixá-los de fora, até porque a verdadeira independência ou será realizada com eles ou não acontecerá, pois seria uma nova cilada.

Mas, em oposição à velha conciliação que mantém intactos os fundamentos estruturais de nosso passado escravocrata e excludente, há muitos movimentos de contestação à ordem acontecendo nas periferias. Aliás, o Brasil de hoje se tornou uma grande periferia no sentido de reunir uma massa considerável de gente sem as condições básicas de cidadania.

Condição periférica que se aplica também no que diz respeito à ordem mundial na qual o Brasil e os países que compõem o Sul ainda se encontram: submetidos à hegemonia de um norte representativo do que é mais maléfico, no escopo de um modo de produção capitalista, que é a concentração de riquezas e a exclusão social e política dos povos, especialmente daqueles de passado colonial ainda não devidamente emancipado.

Assim, independência sem soberania, sobretudo num mundo como o que se vive presentemente, não é independência. E para quem associa a independência à libertação das formas de dominação interna ou externa, só teremos independência quando ela for não apenas nacional, mas popular. E o exemplo da República Plurinacional da Bolívia pode ser um bom caminho, no que diz respeito ao reconhecimento dos seus povos originários.

Precisamos construir um sentimento de nacionalidade singular porque plural, sem o que reproduziremos um falso e estéril sentimento de nação baseado no modelo de nossos colonizadores

européus e em culturas que se impuseram em detrimento de outras que formaram a verdadeira nacionalidade brasileira.

Finalizando, é preciso ressaltar que uma independência ou é nacional e popular para ser digna desse nome, ou estará vinculada a interesses que não consultam o povo e a nação enquanto representação desse povo. Este princípio é que assegura a soberania sem a qual a independência estará sempre comprometida.

Na oportunidade da passagem dessa efeméride, a do Bicentário da Independência do Brasil, reflitamos sobre o que temos sido e o muito que nos falta para sermos de fato e de direito uma nação digna e respeitada não apenas pelas demais nações, mas pelo povo brasileiro, o verdadeiro destinatário dessas lembranças.

O orgulho de ser brasileiro não se expressa empunhando a nossa bandeira nacional. Esse sentimento de evocação de um pertencimento à nação deve expressar a comunhão de toda a cidadania, independente de classes sociais às quais pertençam cada um, a convicções religiosas ou políticas e ideológicas, porque, sem essa verdadeira confraria do povo unido para erradicar a intolerância que venha a nos desunir, teremos sempre dificuldade de expressar os nossos sentimentos de brasilidade.

E, por fim, que esse sentimento se estenda a todas as nações latino-americanas, já que dela somos parte integrante e solidária com os seus destinos, que devem ser partilhados mediante esforços de uma unidade que contemple os nossos desejos de soberania compartilhada, e de paz e desenvolvimento para os nossos povos irmãos.

Soberania e independência na construção da nacionalidade

Randolfe Rodrigues⁷

“Para estudar o passado de um povo, é preciso fazer falar a multidão imensa dos figurantes mudos que enchem o panorama da história e são muitas vezes mais interessantes e mais importantes do que os outros, os que apenas escrevem a história”. (Sérgio Buarque de Holanda)

Melhor “sofrer mil mortes” do que ser “escravos de déspotas tiranos”. (Panfletos distribuídos aos envolvidos na Confederação do Equador)

Esta atividade, em conjunto com o Instituto Brasileiro de Estudos Políticos (IBEP), faz parte de uma série de eventos que inauguramos desde 2019, quando a Comissão Curadora dos 200 anos da Independência do Brasil foi instituída pelo Senado Federal. Destaco uma das ações dessa Comissão que considero de grande relevância: a edição do livro *Vozes do Brasil*, uma seleção e contextualização de panfletos do século 18, parte da coleção da biblioteca Oliveira Lima, que nos falam dos conflitos, das insatisfações e do cotidiano do país nos anos anteriores e imediatos à Independência. Consideramos que ali já se expressava um sentimento de autonomia e de distinção em

7 Randolfe Rodrigues – Senador da República Federativa do Brasil.

relação a Portugal, uma verdadeira certidão de nascimento de um espírito nacional, que são os panfletos da Independência.

Desde o advento da produção gráfica no Brasil, de 1808 até pelo menos 1824, começaram a circular, paralelamente aos jornais que eram produzidos, os panfletos, o que os portugueses na época chamavam de “papelitos incendiários”, ou o que alguns chamavam de “papelinhos”.

Esses panfletos eram bem diferentes dos documentos que hoje conhecemos com esse nome. Eram textos em crônica ou em poesia, como o texto de um certo Gabriel dos Santos Netto, um jovem fidalgo, integrante da Corte de Dom João, que veio para cá e aqui cresceu. É um soneto longuíssimo, de 1816, que descreve as exéquias de Dona Maria I, a rainha de Portugal, em território brasileiro.

Aliás, descreve três eventos que, naquela época, entre 1816 e 1818, incomodaram muito as Cortes de Lisboa. Primeiro, a morte da rainha de Portugal em território nacional e as suas exéquias pelas ruas do Rio de Janeiro. Gabriel, nesse panfleto/soneto, descreve com detalhes a preparação da cidade para a cerimônia fúnebre.

O segundo, no mês seguinte à morte de Dona Maria I, também no Rio de Janeiro, o casamento entre o príncipe Pedro I e dona Maria Leopoldina, uma princesa da dinastia dos Habsburgos, uma das mais conhecidas e nobres dinastias europeias, realizado com toda a pompa que o evento exigia. E, por fim, a coroação de Dom João como rei de Portugal. A projeção desses eventos terá um papel decisivo nos acontecimentos que se seguirão até a Independência. As Cortes em Lisboa, considerando o fim da ocupação francesa comandada por

Napoleão, não aceitavam que esses eventos estivessem ocorrendo na antiga colônia e não em Lisboa.

Em 1815, o Brasil foi elevado à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. O país é um raro exemplo de uma nação que adquiriu a soberania antes de se tornar independente do colonizador. O que ocorreu em 1822 foi a independência. A soberania, nós já a tínhamos desde 1815. Esse processo é singular no mundo.

O panfleto do fidalgo Gabriel foi publicado em 1822, e este é um dos vários panfletos que foram reunidos por um dos primeiros historiadores profissionais do Brasil, o professor pernambucano Manuel de Oliveira Lima, nascido na primeira metade do século 19, um dos fundadores da nossa diplomacia e que serviu em Washington, DC. Ele constituiu um acervo bibliográfico, considerado o segundo maior acervo sobre a história do Brasil e que está guardado na biblioteca que leva seu nome, na Universidade Católica de Washington, a Oliveira Lima Library.

Uma das nossas primeiras iniciativas foi estabelecer um acordo de cooperação com a Universidade Católica de Washington para a publicação dos panfletos. Na época, a diretora e curadora da Oliveira Lima Library, Nathalia Enrich, disponibilizou para o Conselho Editorial do Senado 100 panfletos da coleção, e desses, 21 foram escolhidos e reunidos na obra *Vozes do Brasil*.

As queridas professoras Heloisa Starling e Marcela Teles, da Universidade Federal de Minas Gerais, organizaram a obra com notas explicativas no qual está contextualizado o conteúdo de cada um dos panfletos. O livro conta ainda com um texto belíssimo da professora Heloisa: “A linguagem irada dos panfletos: Inglaterra,

França e Estados Unidos”, que apresenta os panfletos inseridos nas Revoluções democráticas burguesas dos séculos 17 e 18.

Outro eminente historiador, Sérgio Buarque de Holanda, faz uma definição talvez incômoda do processo de independência, mas que considero muito importante: ele diz que o que tivemos aqui foi uma guerra civil portuguesa além-mar, porque é um processo que começa em 1815-1816, antecedendo a um primeiro evento em solo brasileiro que inquietou as Cortes Portuguesas: as exéquias, em 1816, de Dona Maria I.

No ano seguinte, em 1817, começa a disputa entre diversos projetos da Independência. A elite pernambucana se levanta em revolução em 1817 e propõe a constituição de uma República Federativa e democrática. Recife chega a se sublevar e a constituir-se enquanto República independente durante 56 dias sob a liderança do filho de um fidalgo português chamado Domingos Martins.

O ufanismo local proclama que a bandeira pernambucana é a mais brasileira de todas as bandeiras porque foi uma bandeira desenhada, pintada e bordada sobre as cores de uma verdadeira revolução. A bandeira brasileira é uma adaptação dos símbolos da dinastia de Bragança e Bourbon realizada durante a transição para a República, em 1891.

Aderiram à Revolução de 1817, além de Pernambuco, o Rio Grande do Norte e a Paraíba. Na bandeira original da Revolução, que hoje é a do estado de Pernambuco, não tinha apenas uma estrela, tinham mais duas, representando as outras províncias que aderiram ao proclame da revolução.

Costuma-se dizer que aquela revolução não acabou, foi abafada. Realmente, foi abafada sob a espada e muito sangue derramado, inclusive com a execução de todos os principais líderes revolucionários e, conforme as doutrinas da Corte, não só execução, mas também decapitação e esquartejamento e a distribuição dos corpos pelos locais, onde, segundo a sentença de Portugal, teriam acontecido infames práticas.

Mas, há um contexto a ser atualizado: a Revolução Pernambucana não é apenas os 56 dias de 1817, não é só a primeira rebelião, como nos fala outro eminente historiador brasileiro, Evaldo Cabral de Melo, na célebre obra *A outra independência*. Esse processo de independência que propôs a separação do Brasil de Portugal na forma de uma República Federativa, e não como a continuação do regime monárquico, só foi derrotado em definitivo, em 1824, com o que se costumou denominar de Confederação do Equador e com o fuzilamento de Frei Caneca.

A Revolta Pernambucana não foi um ato isolado. Ao norte, no mesmo período histórico, entre 1820 e 1821, o governador do Pará se antecipa ao Brasil e adere aos ideais da Revolução do Porto. No *Vozes do Brasil*, podem ser vistos panfletos que circularam na província do Grão-Pará, à época.

Vale lembrar que até a chegada da família real em 1808, o Brasil não era o nome de um lugar, não era uma nacionalidade, não era uma pátria, era uma generalização que denominava o conjunto das possessões portuguesas na América. Não existia um projeto de unidade territorial, e, dada a distância continental e a dificuldade de comunicação à época, o que acontecia no Grão-Pará, em Belém, não tinha nenhuma identidade com o que acontecia no Rio de Janeiro.

Em Pernambuco, a rebelião também se faz por esses motivos. O povo não aceitava as ordens e imposições tributárias da elite pernambucana, da elite nordestina, sobretudo, a cobrança de impostos emanados de Lisboa e do Rio de Janeiro. Então, do ponto de vista dessa revolução, o que se queria era a constituição de um projeto de nação separada de Lisboa, separada do Rio de Janeiro.

Ao norte, isolado do Brasil, Belém não dialogava com o Rio de Janeiro e sim diretamente com Lisboa. O Grão-Pará defendia a manutenção do Reino Unido com Portugal, tanto que, após a Proclamação da Independência, foi necessário que Dom Pedro contratasse mercenários, liderados pelo Lord Cochrane e por Grenfell, para abafar a rebelião instalada na província que se recusava a aderir à Independência.

Do ponto de vista histórico, foi vitorioso o projeto de formação nacional conduzido a partir do Rio de Janeiro, mas, como vimos, havia outros dois projetos em curso, o da Amazônia, no Grão-Pará, que defendia a manutenção da condição de Reino Unido a Portugal; e o do Nordeste, em Pernambuco, que proclamou a constituição de uma República Federativa, com autonomia das províncias. E, talvez, se tivesse triunfado, teria ocorrido aqui algo muito parecido com o que aconteceu com as colônias espanholas nas Américas.

O projeto de unidade nacional, do Rio de Janeiro, foi executado por José Bonifácio e por D. Maria Leopoldina, cujo papel relevante só foi reconhecido um século depois da Independência, devido à formação do Estado brasileiro nascente, patriarcal e machista. As mulheres que construíram o processo de independência foram propositalmente invisibilizadas, e é a elas que o Senado Federal, por meio da Comissão Curadora do Bicentenário da Independência,

presta homenagem com a exposição Itinerário da independência que percorreu sete cidades, contemplando todas as regiões do país, relembrando Maria Leopoldina, Ana Lins, Hipólita Jacinta, Maria Felipa, entre outras.

Nessa exposição, trazemos uma pintura clássica, histórica, de dona Maria Leopoldina reunida com conselhos de ministros, embora seja pouco divulgado o fato de que essa tela só foi elaborada um século depois.

Celebramos a Independência no dia 7 de setembro, mas o momento crucial desse processo foi o 9 de janeiro, que ficou conhecido como o “Dia do Fico”, quando o príncipe regente decide não respeitar as ordens de Lisboa que pretendiam recolonizar o Brasil.

Nesse episódio, foi fundamental o papel de Bonifácio que alerta D. Pedro sobre a importância da decisão que o regente estava na iminência de tomar: “Se o senhor voltar à Portugal, o que poderia vir a ser um império, uma nação independente, um país de imensas dimensões, se separará. O desejo do vosso pai não se concretizará, aventureiros tomarão conta e o que nós temos se fragmentará”.

O projeto de independência que manteve a instituição monárquica, de constituição de uma nova ordem política separada de Portugal, deu ao Brasil a unidade que temos hoje. Esse projeto transformou o Brasil na quarta geografia do planeta e consolidou as fronteiras do país, embora com muito sangue e tragédias.

Chegamos aqui, duzentos anos depois, como nação independente, com virtudes e vicissitudes, mas a história não existe para condenar ou deificar personagens, a história, como diz um poeta fluminense: “é um carro alegre, que atropela indiferente, todo aquele

que a negue". Nossa identidade, como nação, deve à Revolução de 1817, assim como à resistência do Grão-Pará a aderir à Independência, de 1822.

Não esqueçamos que o brasileiro era o traficante de pau-brasil, e a denominação era utilizada pelos portugueses de forma pejorativa contra Dom Pedro e os brasileiros que se sublevavam contra a Coroa Portuguesa. Essa é a particularidade histórica do significado da nacionalidade brasileira, invertendo a lógica portuguesa.

Esses e outros episódios mostram que a Independência não foi um processo pacífico. Foi uma sucessão de guerras sangrentas como a Batalha de Jenipapo, decisiva no Piauí, que foi conduzida por vaqueiros, por indígenas e por pretos que pegaram em armas de forma heroica contra um batalhão de centenas de milhares de soldados portugueses. Foi essa batalha que consolidou o Piauí, o Maranhão e o Grão-Pará, em definitivo, como parte do território nacional.

E outros processos revoltosos se seguiram ainda durante a Regência. Houve a Cabanagem, a Balaiada, a Guerra contra o Uruguai na Província de Cisplatina. Enfim, nós tivemos um processo complexo, que, no senso comum, foi resumido ao grito de um príncipe regente, às margens de um riacho.

A formação nacional é patrimônio de todos nós, brasileiros. As cores da Bandeira, o Sete de Setembro, não pertencem àqueles que querem subverter a história. Àqueles que pretendem restaurar um regime autoritário em nosso país e subverter a democracia como a principal conquista que os brasileiros tiveram nos últimos 30 anos.

Sete de Setembro não é de nenhum fascista de plantão. É histórico que o fascismo se aproprie dos símbolos pátrios e passe a tratá-los como seus. Como Mussolini, que colocou o mastro romano na bandeira italiana e substituiu o símbolo tricolor da unificação da Itália, de 70 anos antes.

Isso é o fascismo. Hitler, anos depois, alterou os símbolos e as cores da bandeira da unificação alemã, colocando a suástica no centro e o vermelho ao fundo. Essa é a característica do fascismo, tratar como seus os símbolos nacionais.

O dever dos patriotas é lutar pela liberdade, lutar pela democracia. Por isso, a inquietação destes últimos dias e, talvez, dos próximos meses, que poderão colocar em risco a concepção de independência, de soberania e de Brasil, que construiu esta nação.

Somos responsáveis pelo Brasil dos próximos 200 anos, e o nosso legado será debatido por outras gerações de brasileiros, que farão a reflexão sobre os 200 anos que os antecederam. O que será o amanhã, os próximos 200 anos, estamos construindo agora. Espero que a esses brasileiros deixemos um país em que a democracia seja a regra, e nunca a exceção.

MESA 2

AS DEPENDÊNCIAS DO BRASIL:
RESISTÊNCIA E HORIZONTES

Bicentenário da Independência do Brasil: questões para o debate

Claudia Wasserman¹

“A colônia continuou vivendo na República”;
“a constituição hierárquica das colônias resis-
tia à organização democrática da República”

Nossa América, José Martí, 1891.

As comemorações relativas ao Bicentenário da Independência do Brasil ensejaram uma série de debates que abordam a constituição de uma identidade nacional, um sentimento de pertencimento a uma comunidade mais ampla do que a local, e os problemas decorrentes das condições em que se efetivou o processo de independência e seus desdobramentos. Na condição de historiadora que se dedica à história da América Latina, sempre pensando o Brasil como parte desse conjunto subcontinental, me proponho a discutir algumas questões pontuais levantadas pela historiografia profissional e outras, trazidas ao debate pelo senso comum.

1 Cláudia Wasserman – Professora titular da UFRGS, dra. em História Social da UFRJ, pesquisadora do CNPq.

O relato dominante da história da América coloca a Independência como ponto de partida de nossa identidade. Nossos heróis, nossas datas pátrias, Bandeiras e Hinos alimentam um imaginário coletivo que se reforça nos livros didáticos, nos monumentos erguidos no espaço público, nas homenagens aos heróis pátrios, no nome de ruas e praças. No entanto, a nossa Independência é uma parte da história da Espanha e Portugal e basicamente consiste na ruptura dos colonos criollos com as monarquias ibéricas, a partir de certo momento consideradas como "sócios incômodos". A Independência significava, na verdade, acesso livre ao comércio internacional, até então vedado pelas metrópoles. Por isso, a história das independências não é tão liberadora como a que necessitamos para fazer avançar nossas sociedades, não alcança para dar-lhes palavras e sonhos a uma identidade nacional ou latino-americana.

1. A primeira questão que se coloca é por que falar em América, se estamos a discutir o Bicentenário da Independência do Brasil? Afinal, a historiografia ressaltou tanto as diferenças entre os processos; então, a pergunta que se faz é: sob qual perspectiva podemos analisar o Brasil como inserido neste contexto maior, latino-americano?

Está claro que existem diferenças entre as independências da América hispânica e da América portuguesa. A mais visível dessas diferenças diz respeito ao regime republicano que vigorou nos países da América hispânica no pós-independência (a não ser pela breve experiência monárquica do México) e o regime monárquico que se manteve no Brasil, mesmo depois de rompidos os laços com a metrópole. A propalada desintegração da América hispânica nada mais é do que a constituição de países correspondendo praticamente

aos vice-reinados organizados pela metrópole. No caso do Brasil, a administração metropolitana manteve uma unidade centralizada durante praticamente todo o período colonial. Somente em 1572 houve uma divisão entre norte e sul. A unidade territorial também se explica pela vinda da família real (1808) e a elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves. Assim, a diferença entre uma administração descentralizada nas colônias espanholas e a centralização e unidade administrativas, no caso do Brasil português, constitui argumento central daqueles que deduzem pelas diferenças nos processos emancipatórios. De resto, temos mais semelhanças do que diferenças. As independências foram conduzidas pelas frações locais das classes dominantes coloniais — praticamente todos os processos ocorreram entre 1810 e 1825 —, com exceções do Haiti (1804) e Cuba (1898). Em todas as partes houve resistência dos colonizadores à emancipação e ocorrência de guerras pela independência com maior ou menor grau de violência.

Em todos os casos, a interferência da Inglaterra foi determinante a favor das emancipações. O liberalismo teve influência decisiva nos processos de independência, sobretudo, quando relacionado com a ideia de livre-comércio e término do monopólio econômico exercido pelas metrópoles. A participação popular foi praticamente nula em todos os processos e onde ela ocorreu foi rapidamente debelada pelo temor que as classes dominantes coloniais tinham em relação à participação popular, a exemplo do que ocorreu no Haiti. No dia 2 de julho passado, em 2023, a historiografia brasileira, professores de história de modo geral, e até o Caetano Veloso exaltaram o feito do povo baiano ao expulsar as tropas portuguesas que pretendiam a recolonização, certamente importante e até pouco tempo pouco conhecida e relegada a segundo plano. Mas, até que ponto crucial,

visto que a independência já era uma decisão negociada, pacífica, masculina e palaciana, controlada pelas classes dominantes coloniais sudestinas? Finalmente, mas não menos importante, as relações sociais, de trabalho, e a apropriação da propriedade permaneceram intocadas. Escravidão e servidão indígena, bem como apropriação das terras, o latifúndio e as atividades produtivas primário-exportadoras, mantiveram-se como base do poder, do prestígio e da riqueza das classes dominantes dos novos países. Estes países se reinseriram no comércio mundial como exportadores de matérias-primas e produtos primários, e importadores de manufaturados, com balança comercial sempre desfavorável, o que resultava num intercâmbio desigual de mercadorias; aumento crescente do endividamento externo; dependência de empréstimos para alavancar as atividades primário-exportadoras; limites ao desenvolvimento das forças produtivas, notadamente da tecnologia; e dependentes das oscilações de preço e demanda dos produtos primários definidos no exterior.

Neste sentido, estamos a falar sobre um passado que não passa de um presente “maculado” pelo passado que não foi suficientemente exorcizado, e, por consequência, dos traumas deixados pela colonização e pela formação de Estados dominados pelas oligarquias primário-exportadoras e sequelas/traumas/exclusões de todos os tipos que não desapareceram com as independências e que nos festejos oficiais tendem a ser omitidos.

2. É comum encontrarmos, na historiografia oficial, a interpretação das independências como uma expressão da explosão dos sentimentos de nacionalidade dos povos latino-americanos em cada país.

Concretamente, os países que realizaram sua emancipação política colonial entre 1810 e 1825 tinham como característica central a ausência de uma identidade nacional definida. As elites coloniais consideravam, por exemplo, uma fatalidade o nascimento extra-europeu, lamentavam ter nascido fora da Europa. Havia presença acentuada de regionalismos, o que tornava confusos os sentimentos identitários, principalmente porque a identificação com as regiões era mais acentuada do que as demais formas de identificação. Em algumas regiões de cada país, esses sentimentos de pertencimento regional eram ainda mais acentuados (rio-grandenses, pernambucanos, correntinos, morelenses). A presença do caudilhismo, na América hispânica, e do coronelismo, no Brasil, era um fator de instabilidade e era um obstáculo concreto à formação de um espaço unificado e organizado, sem fronteiras políticas, sociais e econômicas. A ausência de um mercado interno unificado era marcante no pós-independência; as atividades produtivas eram predominantemente voltadas para o exterior; as classes dominantes, totalmente identificadas e admiradoras da cultura europeia. Por causa dessa situação, todo o pensamento voltado para a transformação dessas regiões em países definidos e organizados – os países em nações e o povo em nacionalidade – foi inicialmente frustrado porque eram espaços saídos de uma dominação metropolitana. Estavam desorganizados devido às guerras de independência, e algumas regiões nem aceitavam a independência. No Brasil, temos guerras contra a independência nas províncias do Grão-Pará, Piauí, Maranhão e Cisplatina (atual Uruguai). Os regionalismos e as reivindicações de autonomia provincial refletem, de fato, a insistência de determinados grupos dominantes de não se inserirem em um projeto mais amplo de caráter nacional, de não renunciarem ao exercício direto e exclusivo do poder político e

econômico regional. Neste sentido, as forças centrífugas que atuavam para impedir a formação de estados nacionais eram resultado dos interesses que preferiam a manutenção de sociedades desarticuladas, onde o domínio interpessoal do grande proprietário era predominante. O que dizer das classes populares escravizadas ou subjugadas à servidão que se viam reprimidas por esses caudilhos regionais que procuravam manter os poderes locais e regionais e, portanto, acabavam por impor obstáculos à formação dos Estados nacionais. Assim mesmo, nesse período imediatamente posterior às independências, surgiram vozes alternativas – populares ou liberais – que se insurgiram contra as elites: Confederação do Equador no Brasil; Hidalgo e Morelos no México; Artigas no Uruguai, rapidamente debeladas pelo temor das classes dominantes em relação à participação popular na política.

3. Outras análises, sobretudo marxistas, se referem às independências como processos que não lograram a transformação da estrutura econômico-social colonial, mas que apenas significaram rompimento dos laços políticos.

De fato, a estrutura econômico-social sofreu poucas alterações, a escravidão e a servidão indígena perduraram por muito tempo depois dos processos de independência e constituíram-se em verdadeiros traumas da colonização portuguesa e espanhola no continente americano, responsável pelas piores sequelas do período colonial. Porém, a ruptura do sistema colonial ensejou uma transformação importante nos laços de dependência que passaram a ser regidos pelo imperialismo britânico e norte-americano; a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) determinou funções para os países periféricos,

no caso, produtores de alimentos e matérias-primas e importadores de manufaturados europeus e norte-americanos. Ao mesmo tempo, o controle político deixou de ser dos países ibéricos e passou para mãos das classes produtoras e comerciantes “nacionais”. A dependência econômica acentuou-se e perpetuou a posição dos países da América Latina, incluindo o Brasil, como periferia do sistema capitalista, fato esse aceito de bom grado pelas classes dominantes locais e que nos traz, até hoje, consequências nefastas.

Ao longo do século 19, disseminaram-se as ideias de Domingos Faustino Sarmiento, segundo as quais havia, na Argentina e, por analogia em todas as partes da América Latina, uma polarização entre Civilização e Barbárie. Na época, os governantes estimulavam a imigração europeia com a finalidade de “branqueamento da população” e para, supostamente, segundo aquelas teses, elevar os níveis de civilidade em seus países. E isso vai longe. Em 1967, Jaques Lambert lança a obra intitulada *Os dois Brasis* e, em 1974, o economista brasileiro Edmar Bacha cunhou a fórmula intitulada *Belíndia*, uma crítica ao regime militar cujas políticas criavam um país dividido entre os que viviam em condições semelhantes à Bélgica e outros que viviam em condições semelhantes à Índia. Ainda que essas teses mais recentes não estivessem propondo fórmulas de branqueamento da população, ainda assim estavam reproduzindo a ideia de dualidade entre uma parte do país enérgico e progressista e outra atrasada e subdesenvolvida. Aliás, todas as teses sobre desenvolvimento nacional estiveram mais ou menos subordinadas à ideia de que poderíamos atingir o patamar de desenvolvimento dos países centrais do capitalismo (ver, por exemplo, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falletto no livro *Dependência e Desenvolvimento na*

América Latina), sem pensar nos obstáculos interpostos pela manutenção das heranças/sequelas coloniais em nossa sociedade.

4. Quais são as heranças do período colonial que perduraram após as independências e até os dias de hoje? Dependência, racismo, patrimonialismo, autoritarismo, desigualdades.

O que restou de herança são sequelas, resultados da colonização, decorrência sobretudo da organização do sistema capitalista mundial que reservou aos países latino-americanos a condição de periferia do sistema. O que celebrar? Independências masculinas, coloniais, europeias, militares, que tiveram como protagonistas as classes dominantes coloniais racistas e autoritárias, escravagistas e senhoriais, que forjaram Estados nacionais que excluía negros e indígenas da condição cidadã, que continuaram o trabalho genocida iniciado pelos espanhóis e portugueses, que mantiveram os mecanismos de eliminação das populações originárias para aumentar as áreas de cultivo, que conservaram as atividades extrativistas predatórias do meio ambiente para atender a demanda internacional por alimentos e matérias-primas. Foi neste contexto, oligárquico, senhorial que ocorreram as celebrações do Primeiro Centenário da Independência do Brasil. As classes dominantes reivindicavam o desenvolvimento econômico, a modernização dos países às custas da miséria das classes populares e da eliminação dos povos originários. A pergunta que se faz hoje é: cem anos depois dessas primeiras comemorações, o que vamos celebrar? Os países da América Latina e o Brasil, em particular, continuam profundamente desiguais, alguns miseráveis. A pandemia comprovou o que já sabíamos: que as classes populares seriam as primeiras e mais fortemente atingidas

por qualquer tipo de crise econômica, política ou sanitária, e que os países latino-americanos, por mais modernizados que tenham sido desde as últimas celebrações, seriam os mais duramente afetados. Mesmo assim, os Estados se preparam para celebrar sociedades harmônicas e maduras que, na verdade, não existem. Assim, quando surgem vozes a contestar essas celebrações — como aquelas que quebraram os relógios instalados no Brasil pela Rede Globo no ano 2000, em homenagem aos 500 anos do descobrimento —, ao invés de serem tratadas como porta-vozes de uma perspectiva decolonial, são apontadas como vândalos.

Assim, o que esperar, no início do século 21, de países onde decretaram-se “a Independência sem soberania, a Abolição sem cidadania e a República sem democracia”?

É muito importante reivindicar a independência da Espanha e de Portugal já que significou o fim de um domínio baseado no aniquilamento e escravidão dos povos originários de toda a América Latina, na trasladação forçada de povos africanos que foram escravizados. Entretanto, é fundamental entender que o colonialismo e a colonialidade não desapareceram com o fim do domínio metropolitano. Cabe destacar que até o dia de hoje vemos as sequelas da subjugação a que foram submetidos os povos originários. Por isso, a luta legítima pela posse de suas terras, pela manutenção e valorização de sua cultura e de seu direito de existir continuam lutas vigentes. Assim, é exatamente isso que devemos reivindicar no Bicentenário: a decolonialidade, o fim dos resquícios da colônia (o que Nelson Werneck Sodré chamava, corretamente ou não, de resquícios feudais) como condição para que os povos latino-americanos conquistem a cidadania e a verdadeira independência.

Não há como falar em Revolução Brasileira. As classes dominantes brasileiras são herdeiras da colonização, as oligarquias rurais foram substituídas pelas oligarquias do agronegócio e do minério-negócio, ambas atividades predatórias, destruidoras do meio ambiente. Compostas por gente que não admite direitos às classes populares, que é racista e tem ímpetos autoritários e que segue admirando os centros hegemônicos do capitalismo e que, mesmo quando disfarçadas de social-democratas, acabam se voltando contra políticas públicas inclusivas e democráticas.

Nossa história precisa ser reescrita, precisamos vencer o relato dominante sobre os processos de independência e relativizar o peso dos heróis, das datas pátrias, dos símbolos. Os livros didáticos, os monumentos erguidos no espaço público, as homenagens aos heróis pátrios, os nomes de ruas e de praças devem ser questionados, revisados, para que tenhamos a dimensão exata de quem foram e o que representaram para chegarmos aqui às condições em que nos encontramos. A perspectiva decolonial nos oferece um caminho para colocar o foco sobre o nosso componente indígena e africano, para produzir uma visão aberta e crítica frente à força do pensamento europeu, modernizador, e para que nos preocupemos com o pouco peso relativo das culturas originárias e vindas da África que formam a nossa verdadeira identidade. Se para obter o “privilegio/domínio epistêmico”, os centros hegemônicos do capitalismo precisaram estabelecer hierarquia entre saberes e colocar a periferia do sistema como inferiores, a perspectiva decolonial oferece a chave para valorização de conhecimentos e saberes que foram relegados durante séculos, mas que resistiram. A proposição de rejeitar com essas hierarquias é fornecida pela ideia de interculturalidade crítica concebida como projeto político, social, ético e epistêmico de transformação

dessas realidades e advinda das lutas dos movimentos sociais e suas demandas por reconhecimento, direitos e transformação social.

“Conhecer é resolver. Conhecer o país, e governá-lo conforme o conhecimento, é o único modo de livrá-lo de tiranias. A universidade europeia deve dar lugar à universidade americana. A história da América, dos incas para cá, deve ser ensinada minuciosamente, mesmo que não se ensine a dos arcontes da Grécia. A nossa Grécia é preferível à Grécia que não é nossa. Nos é mais necessária. Os políticos nacionais substituirão os políticos exóticos. Enxerte-se em nossas repúblicas o mundo; mas o tronco terá que ser o de nossas repúblicas”.

José Martí, Nossa América, 1891.

Justos céus, não posso mais!!! Panfletos e debate público na Independência do Brasil

Heloisa Murgel Starling²

Entre os dias 19, 20 e 21 de fevereiro de 1822, um panfleto intitulado *Lamentos de uma Baiana* foi escrito, em versos, na cidade de Salvador. Sua autora sublinhou o anonimato que deixou anotado logo abaixo do título: “Uma menina de treze anos de idade, fechada no seu quarto, e lavada em lágrimas os produziu em consequência de tanta raiva nos dias 19, 20 e 21 de fevereiro”.³ Se prestarmos atenção ao eco de suas palavras, contudo, vamos perceber que ela era brasileira, avaliava muito bem a conjuntura política em que estava metida e decidiu intervir com voz própria na cena pública. Escreveu o panfleto para denunciar a tirania, os abusos da Coroa e as violências cometidas pelas tropas portuguesas que ocupavam Salvador, comandadas pelo governador das armas da província, o general português Ignácio Luís Madeira de Melo.

Aquilo que a menina baiana temia não tinha demorado nada para se tornar realidade. Afinal, foi na Bahia que Lisboa e o Rio de

2 Heloisa Murgel Starling – Professora titular Livre de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e coordenadora do Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória/UFMG.

3 “*Lamentos de uma baiana*”, Guerra literária; *Panfletos da Independência* (1820-1823) org. por José Murilo de Carvalho, Lúcia Bastos, Marcello Basille (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. vol. 4), p. 262 et seq.

Janeiro se enfrentaram política e militarmente para decidir o destino do então Reino do Brasil, entre fevereiro de 1821 e 2 de julho de 1823.⁴ A província se transformou no teatro central do conflito pelo qual se desenrolou a guerra de independência e isso ocorreu por duas razões principais. A primeira, a Bahia era a terceira província mais populosa do Brasil – depois de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. E Salvador, uma das cidades mais movimentadas do mundo. Concentrava uma importante indústria naval que produzia navios para diversas regiões do império português. Também funcionava como um grande centro exportador de algodão, açúcar, tabaco e outros produtos agrícolas – além de ser um dos principais portos para o tráfico negreiro. Fez diferença, no caso da Bahia, a combinação de armas e negócios que garantiu aos portugueses além de tropa estacionada em Salvador, o controle da quase totalidade do comércio da província.

A outra razão: a posição estratégica da Bahia entre o Norte e o Sul. Para impedir a Independência, Portugal apostava em um planejamento em duas etapas. Na primeira, Lisboa calculava conseguir quebrar o Brasil em duas partes, numa guerra de secessão. A Bahia e o porto de Salvador seriam a base de apoio para as operações militares portuguesas em todo Norte/Nordeste, a região de prioridade

4 Para a importância política e militar da Bahia e seu papel na guerra de Independência do Brasil, ver: Hélio Franchini Neto, *Independência e morte; política e emancipação do Brasil/ 1821-1823* (Rio de Janeiro: Topbooks, 2019); Evaldo Cabral de Mello, *A outra Independência; o federalismo pernambucano de 1817 a 1824* (São Paulo: Todavia, 2022). Ver também: TAVARES, Luís Henrique Dias Tavares, *Independência do Brasil na Bahia* (Salvador: EDUFBA, 2005); WISIAK, Thomas Wisiak, "Itinerário da Bahia na Independência do Brasil (1821-1823)", *Independência. História e Historiografia*, org. por István Jancsó (São Paulo: HUCITEC, 2005).

máxima para Portugal, que cogitava a separação das províncias do Norte do novo império declarado por Dom Pedro, no Rio de Janeiro. Uma vez consolidado o domínio português a partir da Bahia, teria início a segunda etapa das operações militares e as tropas saíam de Salvador para invadir o Rio de Janeiro. Os reforços para o embate viriam de Lisboa, do Piauí e da Cisplatina – onde hoje é o Uruguai – então precariamente vinculada ao Reino do Brasil.

A oportunidade para o conflito aberto tornou-se iminente. Ainda era a madrugada de 19 de fevereiro de 1822, quando a cidade de Salvador foi acordada a tiros de canhão disparados do Forte de São Pedro. Começava o contra-ataque português a uma revolta militar comandada por partidários da Independência que reunia oficiais, soldados e cerca de 500 civis. O centro da rebelião estava localizado no Forte de São Pedro, mas os levantes se espraíariam para os quartéis de Palma e da Mouraria. O general Madeira de Mello dispunha de poderio bélico suficiente para cercar os quartéis e avançar sobre os revoltosos. O cerco se fechou com início dos combates com enfrentamento a baioneta nas ruas próximas aos quartéis – Rua da Palma, Rua João Pereira, Campo da Pólvora. Durante 4 dias, soldados portugueses e rebeldes independentistas se enfrentaram nas ruas de Salvador, com saques, ataques a casas particulares e quebra-quebras se espalhando pela cidade.

Em 19 de fevereiro, Madeira de Mello deu ordens expressas para o cerco e bombardeio final do Forte de São Pedro. Sem condições de resistir, os rebeldes usaram cordas e lençóis para descer pelas paredes externas até o fosso, sumir no matagal, tomar a estrada para o Rio Vermelho e fugir de Salvador. Escaparam para a vila de Cachoeira, no Recôncavo, onde foi organizada a resistência contra

Portugal e o início efetivo da aproximação dos baianos com o projeto de Independência capitaneado por Dom Pedro, no Rio de Janeiro. Na noite de 20 de fevereiro, o general Madeira recebeu a comunicação da rendição do Forte. A partir de então, a Bahia se dividiu de vez. Os portugueses se encastelaram em Salvador. Madeira precisava garantir o controle da cidade, a mobilização militar foi intensa, a repressão também e isso contribuiu ainda mais para o aumento do medo e da tensão política na cidade.

Lamentos de uma baiana reflete sobre o que as pessoas andavam vendo e dizendo nas ruas. E sua autora sabia fazer versos: é um poema político escrito para ser recitado em voz alta. Cada estrofe pede uma inflexão diferente e a sonoridade das palavras procura ao mesmo tempo comover e revoltar o leitor ou ouvinte. O panfleto denuncia a violência, insurge-se contra o despotismo português e afirma a possibilidade de não existir justiça no Brasil – e, nesse caso, não há nada que conforte os brasileiros, diz a autora, exceto a ação política: “Justos Céus, não posso mais!!!/ Que dirá a Europa inteira!!!/ Há de perder-se a Bahia,/ Para governar Madeira? (...) De nossos males/ Justos céus condoei/ Se a Tropa existe/ Não há mais lei. (...) Justos Céus, de que nos servem/ As bases da Constituição/ Se a Lusa Tropa só quer/ Impor-nos a escravidão? (...) Justos Céus, onde está o Direito/ De quem sem culpa formada/ Não seria às vis prisões/ Triste vítima arrastada? (...) Justos Céus, se as nossas Cortes/ Não punem tanta maldade/ Ou não haverá mais Baianos/ Ou nunca mais tal Cidade”.⁵

5 “Lamentos de uma baiana”, *Guerra literária; Panfletos da Independência* (1820-1823), cit., p. 262 et seq.

Em 1991, a historiadora Lucia Bastos deparou-se com *Lamentos de uma Baiana* enquanto examinava folhetos políticos e jornais na Biblioteca Nacional para sua tese de doutorado. Copiou o panfleto inteiro em suas fichas de pesquisa – revelou e incluiu os versos da menina baiana na história do Brasil. Mas, sobre a autora pesa um silêncio profundo. Sente-se o peso do silêncio sobre sua existência concreta, sobre sua história singular e a imensidão do não dito: por duzentos anos não se sabia sequer seu nome.⁶ A autora do panfleto – a mulher que fala na cena pública – está escondida, está fora do relato que a história faz da Independência. O esquecimento é o preço que a menina baiana deve pagar pela transgressão que cometeu. Para uma mulher, assumir voz pública é ainda mais perigoso do que aquilo que sua voz enuncia.

Os anos da Independência foram de crise e de forte movimentação política – fartos em complexidade e contradições. Ainda não existia nada parecido com a unidade brasileira, mas, pela primeira vez, um grande debate público carregado de polêmica iria se espalhar por toda parte. À medida que se espalhou também se dividiu; novas ideias foram adaptadas, outras simplesmente incorporadas. Numa conjuntura como essa, em que o futuro estava em construção, mas o salto seria no escuro, o debate transitou entre Brasil e Portugal, e só fez se encorpar, alimentado pela sucessão de episódios que se acumulavam e pelas inúmeras ocasiões em que a situação política parecia se agravar de maneira quase irremediável.

6 Para pesquisas recentes sobre a identidade da menina baiana, ver: Patrícia Valim, “Lamentos e lutas de Urânia Vanério na Independência do Brasil”, *Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá*, org. por Heloisa M. Starling, Antonia Pellegrino (Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022).

Aliás, o que não faltou nessa conjuntura foram os momentos de picos da crise. Em 1820, eclodiu a Revolução Constitucionalista do Porto; em 1821, ocorreu o retorno de D. João VI a Lisboa, seguido do juramento do rei à futura Constituição elaborada pelas Cortes Portuguesas e o início da regência de Dom Pedro. Já em 1822, quando finalmente aconteceu a declaração formal de Independência, a crise ganhou estatuto de acontecimento, com a aclamação pública do Imperador, a convocação da Assembleia Constituinte e o início da guerra de independência. Manteve o estatuto nos anos seguintes, enquanto Dom Pedro procurava mobilizar apoios em torno de sua figura e da autoridade pública que poderia representar: em 1823, com a derrota das tropas portuguesas na Bahia e a violenta dissolução da Assembleia Constituinte; em 1824, com a eclosão da Confederação do Equador e a outorga da Constituição do Império.

No meio de tamanha efervescência política, as pessoas obrigavam-se a parar para pensar sobre todos esses assuntos ainda que não tivessem voz alguma na condução do governo e punham-se a conversar umas com as outras, cheias de indignação e veemência. Havia aí uma novidade e tanto: no processo de separação do Brasil de Portugal, o debate atraiu um público interessado, em todas as camadas da sociedade. Para dar forma e consistência a esse mundo de discurso e expressão, a palavra – falada, rabiscada, impressa ou até mesmo declamada – fez uso de um meio de escrita barato, fácil de circular e de feitura acessível a qualquer um com preocupações políticas e alguma ambição intelectual – os panfletos.⁷

7 Para a reunião de panfletos escritos à época da Independência, entre 1820 e 1823, que sobreviveram disponíveis em bibliotecas, coleções e arquivos, no Brasil, Portugal e Uruguai, ver: *Às armas, cidadãos! Panfletos manuscritos da*

Entre o século 18 e o século 19, panfletos representavam um gênero de literatura política que funcionava, ao mesmo tempo, como um meio de expressão escrita e uma modalidade de comunicação – foi dessa forma que muito do debate da Independência apareceu e circulou entre os brasileiros. A escrita de um panfleto, porém, nunca segue um padrão determinado: pode ser prosa ou verso. A oralidade é uma presença marcante no Brasil ainda hoje, mas no século 19, declamar poesia virou febre que alcançava praticamente a sociedade inteira. À época da Independência recitavam-se panfletos em versos nas festas públicas, nos teatros, em saraus domésticos, nas tabernas, nas estalagens, nos prostíbulos – as “casas de alcouce”, como se dizia então.

É certo que havia muito amadorismo por trás da feitura do poema – ou, melhor dizendo, da versificação – e o resultado literário pode soar afetado e desenxabido ao ouvido contemporâneo. O autor, contudo, não queria nem saber. Maus poetas são frequentemente bons oradores e panfletistas, diz Antonio Candido, e no calor da controvérsia os versos brotavam cheios de vigor, compunham novos argumentos, provocavam réplicas e tréplicas.⁸ O objetivo era esse. Ninguém ali era indiferente à literatura, mas a maior parte dos autores servia-se de fartas doses de patriotismo retórico e estava

Independência do Brasil (1820-1823), org. por José Murilo de Carvalho, Lúcia Bastos, Marcello Basille (São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012); *Guerra literária; Panfletos da Independência* (1820-1823) cit., 4 volumes.

8 Antonio Candido, “Poesia a reboque”, *Formação da literatura brasileira; momentos decisivos* (1750-1880), Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

convencido de que um panfleto só acerta o alvo depois de uma forte rajada de argumentação política.

A escrita de um panfleto incorpora uma grande variedade de gêneros: tratados sobre teoria política e ensaios sobre história, sermões, correspondência, discursos, fábulas, diálogos e poemas. Na conjuntura da Independência também surgiram panfletos na forma literária do Elogio, do Manifesto e das Cartas.⁹ O Elogio diz da arte de mostrar, de fazer mostra ou ostentação na cena pública. Esse propósito torna o elogio um gênero político por excelência. Ele se baseia no julgamento de algum valor; pode propagar ou reforçar, injetar, modificar e até mesmo criar um valor. Mas, em qualquer dos casos, é preciso que o valor esteja enraizado na linguagem comum da sociedade para que ela partilhe da sua evidência. O Manifesto, por sua vez, é uma modalidade de escrita direta e, se possível, bem afiada, dirigida às autoridades com um objetivo claramente definido: atacar uma medida do governo, cobrar providências, ver atendida uma exigência. Tal como ocorre com o Abaixo-Assinado, o Manifesto tem função de mobilização – em geral, visa agregar setores diversos da população em torno de uma demanda comum.

Tanto o século 18 quanto o século 19 concederam especial atenção à correspondência como gênero de escrita e os panfletos se aproveitaram largamente disso.¹⁰ Cartas são um chamariz e uma

9 Para os gêneros mais utilizados, no Brasil, à época da Independência, ver: *Guerra literária; Panfletos da Independência (1820-1823)*, cit.

10 Para a importância da atividade de escrever cartas no período e suas características como gênero literário, ver: Tiago C. P. dos Reis Miranda, "A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII", *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*, org. por Walnice

advertência: avisam ao leitor o que deve esperar do panfleto e como lê-lo. O artifício literário das Cartas se desdobra no manejo ficcional de dois procedimentos que têm por alvo esse recebedor que nunca é nomeado. De um lado, a palavra é apresentada como garantia da verdade do que é dito; de outro, o remetente é encarado à maneira de um orador cujo desempenho retórico deveria convencer por completo seu verdadeiro destinatário, o leitor. O autor precisa fornecer credibilidade o mais vigorosamente possível à narrativa e persuadir o leitor de que está diante de um documento – o panfleto sustenta a confiança no estatuto de verossimilhança e cumplicidade próprio à atividade de escrever cartas. Com um acréscimo: o efeito de verdade produzido por esse gênero de escrita não tem de ser provado ou demonstrado. Cabe ao leitor acreditar.

Criativo ou enfadonho, nenhum panfleto esgota suas revelações apenas no enunciado da finalidade imediata buscada pelo autor. Eles dizem muito sobre as pessoas que os escreveram. Além disso, costumam oferecer informações preciosas acerca da conjuntura histórica e da sociedade da época – quais eram seus temas e preocupações mais instigantes. Nesse aspecto, dois panfletos compostos em 1823 e intitulados *Correspondência do Tio Lopes com Gervásio Pires Ferreira*, e *Carta segunda escrita a Gervásio Pires Ferreira* por um muito seu apaixonado são reveladores. Dão notícia da intensidade imaginativa e da durabilidade dos efeitos produzidos, no Recife, durante o ciclo

Nogueira Galvão, Nádia Battella Gotlib (São Paulo: Companhia das Letras, 2000); Roger Chartier, "As práticas da escrita", *História da vida privada: da Renascença ao século das Luzes*. vol. 3. org. por Philippe Ariès, Roger Chartier (São Paulo: Companhia das Letras, 1991); *Escrita de si, escrita da história*, org. por Ângela de Castro Gomes (Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004).

revolucionário da Independência, sobre a vida e o comportamento político de uma larga população pobre de indígenas e descendentes de africanos livres e libertos, que vivia em uma sociedade hierárquica, escravista e profundamente desigual.

Foi *A outra Independência*, escreveu o historiador Evaldo Cabral de Mello.¹¹ A Revolução de 1817, em Pernambuco, abriu o ciclo revolucionário da Independência do Brasil, convocando a população a aderir a um programa de emancipação libertário e radical: federalista e ancorado na figura de um personagem de forte inspiração republicana – o “cidadão patriota”. No dia 3 de março de 1817, a República foi implantada na cidade do Recife. Nos anos que se seguiram, os pernambucanos continuaram em pé de guerra. A província contestou o projeto de império brasileiro encabeçado pela Corte instalada no Rio de Janeiro, com uma longa sequência de eventos políticos de natureza mais ou menos local. Como se tudo isso não bastasse, em 1824, Pernambuco hasteou novamente sua bandeira cravejada com representações da República e conjurou nova revolução. A Confederação do Equador reafirmou a autonomia da província, reimplantou a República, e convidou os vizinhos do norte a aderirem – Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Paraíba.

O ciclo revolucionário da Independência abriu um tempo novo de participação política no Recife e, em 1823, as Cartas narram o modo como essa população se mobilizou para garantir seu ingresso no espaço público. Formaram milícias de “pretos” e “pardos” – denominados “batalhões ligeiros”, por sua presteza em correr às armas

11 Mello, *A outra Independência; o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*, cit.

– decisivas, no plano militar, para anular as forças políticas favoráveis à adesão da província ao projeto de monarquia constitucional proposto pelo Rio de Janeiro e sustentar o governo provincial, vale dizer, a “Junta de Gervásio”, contra a tropa que continuava acantonada na cidade sob as ordens de oficiais reinóis. O autor das Cartas podia até estar indignado com a emergência política dos setores populares, mas seus panfletos revelam bem mais do que apenas braveza senhorial; eles dizem muito sobre o grande medo que atormentava a população branca de Pernambuco. Na noite do dia 3 de dezembro, narra uma das Cartas, ocorreu uma grande assuada feita por “300 negros, mulatos e brancos que entre a música de infernais chocalhos, matracas e outros instrumentos desta natureza”, saíram às ruas do Recife. Alguns, (os brancos) gritavam: “Morram os puças” (um termo pejorativo para nomear os portugueses); outros, (os negros) bradavam: “Branco não pode conosco, tem medo de nós”. Juntos, anunciavam, em alto e bom som: “Viva a Liberdade.”¹²

Mais cedo ou mais tarde, a tensão iria explodir. Em fevereiro de 1823, batalhões de pretos e pardos tomaram Recife e Olinda de surpresa, por oito dias, escoraçaram a Junta dos Matutos – o governo provincial – que fugiu para o interior da província e aclamaram o governador de armas, antigo capitão do Regimento de Artilharia, Pedro da Silva Pedroso — negro, jacobino, e revolucionário de primeira hora —, em 1817. A agitação cresceu depressa demais, escapou do controle das autoridades e assumiu o feitiço de insurreição.

12 “Correspondência do Thio Lopes com Gervásio Pires Ferreira”, *Vozes do Brasil: a linguagem política na Independência (1820-1824)*, org. por Heloisa Maria Murgel Starling, Marcela Telles Elian Lima (Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 202), p. 213 e 218.

“Se Pedroso puder criar um governo não veremos pessoas brancas participarem dele”,¹³ anotou meio apavorado em sua correspondência com Paris, o cônsul francês em Recife que enxergava no levante de 1823 os ecos da Revolução do Haiti.

A situação ia piorar. Quem se insurgiu em 1823 no Recife tinha, de fato, em mente, a Revolução do Haiti. A associação era tão manifesta, declarou um depoente à Devassa aberta logo após a derrota do levante, ao ponto de se ouvir pela cidade e em Olinda “os mais ridículos moleques falar na ilha de São Domingos, e que toda essa terra pertencia mais a eles pretos e pardos do que aos brancos”.¹⁴ A multidão associava Pedroso à figura de Cristovam – um ex-escravizado que comandou tropas revolucionárias, tornou-se general e chegou ao poder, em 1811, num Haiti destruído pela guerra civil – e tratou de ir para as ruas do Recife rimar Abolição, Revolução e Convulsão Social: “Qual eu imito a Cristovam/ Esse imortal haitiano/ Eia! Imitai a seu povo/ Oh meu povo soberano”.¹⁵

13 Citado em Mello, *A outra Independência; o federalismo Pernambuco de 1817 a 1824*. cit., p. 124 e 225.

14 “Motins de fevereiro de 1823 (traslados da Devassa)”, *Projeto Pernambuco*. Manuscritos (Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Pasta 14, Documento 11, Arquivo 0353), p. 64.

15 Citado em: Marcus Carvalho. “Rumores e rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848”. *Tempo*. n. 6, vol. 3 (dezembro de 1998): 7. Para a “Pedrosada”, ver também: Mello, *A outra Independência; o federalismo Pernambuco de 1817 a 1824*, cit.; Luiz Geraldo Silva. “Igualdade, liberdade e modernidade política; escravos, afrodescendentes livres e libertos e a Revolução de 1817”, 1817 e outros ensaios, org. por Antônio Jorge Siqueira, Flávio Teixeira Weinstein, Antônio Paulo Rezende (Recife: CEPE, 2017); Wanderson Édipo França, “Gente do povo em Pernambuco: da Revolução de 1817 à Confederação de 1844.” *CLIO*. n. 33, vol. 1 (2004).

Não é pouco; mas está longe de dar conta do esforço criativo dos panfletos como a principal ferramenta para a realização de um grande debate público sobre o momento em que o Brasil começou a existir como país. Centenas deles abasteceram a população de palavras, conceitos e imagens que formaram um novo vocabulário para o mundo político – e isso aconteceu num curto período de tempo. Grupos insatisfeitos nas províncias ou na Corte fluminense puderam vocalizar suas demandas fora das instituições estabelecidas, e no âmbito dos espaços de sociabilidade política – o espaço público – as pessoas comuns descobriram suas próprias opiniões e pontos de vista, firmaram compromisso com a pátria e compartilharam formas de ação.

A linguagem dos panfletos condensa nos vocábulos o contexto político e social no qual a palavra é usada – seu significado está associado às experiências do contexto no qual se inserem. É fácil conferir. A palavra “liberal”, por exemplo, desembarcou no Rio de Janeiro e no Recife vinda da Espanha, onde foi fartamente utilizada nas Cortes de Cádiz, durante os debates para elaboração da Constituição de 1812 – a Constituição de Cádiz, como ficou conhecida. “Liberal” servia, à época da Independência, para nomear qualquer pessoa disposta a defender a liberdade, combater a tirania e se insurgir com a condição de opressão colonial. Designava o indivíduo ou os membros de um grupo “que tinham sempre o vocábulo liberdade em seus lábios, e que passavam a apelidar o grupo oposto com o termo pejorativo de servis”.¹⁶ Já “Liberalismo” indicava – e acentuava – o conjunto de

16 Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, *Corcundas e constitucionais; a cultura política da Independência (1820-1822)*, (Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003), p. 145 et seq.

qualidades que guiavam a prática política própria a um liberal: certa disposição de alma que lhe permitia reconhecer o direito alheio mesmo com prejuízo pessoal; o sentimento generoso de desprezar vantagens individuais quando se tratava do bem geral; a aplicação da justiça como fonte de virtude. A palavra “iliberal” também circulava no Brasil no início do século 19. Era usada para nomear um sujeito infenso à liberdade, mas não necessariamente defensor do absolutismo – a esse chamavam por “corcunda”, de tanto se abaixar diante do poder do príncipe.¹⁷

Conceitos estão associados às palavras e foram amplamente definidos e debatidos pelos panfletos. Em meio à disputa política, os termos utilizados eram selecionados entre uma pluralidade de fontes e aplicados de modo a compor um vocabulário capaz de explicar para as pessoas a situação em que viviam e fornecer recursos eficazes de intervenção na vida pública. A Independência importa aos brasileiros hoje, dois séculos depois, porque traz de volta à lembrança os novos significados que os valores políticos ganharam na formação de uma ideia de país buscando tornar-se realidade no longínquo século 19. Centralizador em excesso e fortemente conservador, o projeto vitorioso da Independência, concebido sob o bastão da Corte fluminense, bancou e preservou a legalidade da escravidão e a dominação senhorial – está na matriz da configuração do Estado brasileiro. Mas, a linguagem dos panfletos, se forneceu as bases para

17 Ibidem. (especialmente capítulos 5 e 6). Ver também: Marco Morel, *As transformações dos espaços públicos; imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820-1840)*, (São Paulo: Paco Editorial, 2016). p. 107 et seq.

esse projeto, também colocou em circulação não apenas ideias e expressões discordantes, como uma crítica avassaladora a ele.

E, certamente, é mais complicado do que isso. “Fruto da crise do absolutismo, o Brasil se constituiu como Estado independente não apenas dando as costas a Lisboa”, escreveram Rafael Cariello e Thales Pereira, em *Adeus senhor Portugal: crise do absolutismo e a Independência do Brasil*, “mas adotando uma Constituição, separando os poderes, instaurando um Parlamento, inaugurando a representação política por meio do voto”.¹⁸ Só em nome desses valores políticos, acolhidos pela primeira vez entre nós dois séculos atrás, será possível “ainda que de forma lenta e tardia, nos tornarmos um outro país, suficientemente livre das piores heranças da escravidão”.¹⁹ Os panfletos da Independência revelam a nós o centro irradiador de um vocabulário capaz de mobilizar valores e princípios políticos que deram forma a um grande debate público em torno de uma ideia de país buscando tornar-se realidade, no longínquo século 19. Dizem muita coisa sobre a brasileira e o brasileiro que um dia já fomos – ou que poderíamos ser. Quem sabe, então, duzentos anos passados, conhecer essa história nos ajude a imaginar algo sobre a brasileira e o brasileiro que ainda queremos ser. Para decidirmos juntos sobre o futuro²⁰.

18 Rafael Cariello e Thales Pereira, *Adeus senhor Portugal: crise do absolutismo e a Independência do Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 2022). p. 332.

19 *Ibidem*. p. 333.

20 Ensaio publicado originalmente na Revista *Letterature D’América*. Anno XLII, n.190, 2022.

Para entender a Independência do Brasil

Isabel Lustosa²¹

Antes de 1808, ainda não se podia chamar o Brasil de Brasil. O Brasil era apenas um projeto.

A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, em 1808, se deu no contexto de uma Europa revolucionada. Como em um jogo de cartas, com um evento puxando outro, as turbulências na Europa a partir da Revolução Francesa estão na origem do processo vivido pelo Brasil. O século 18 assistira à emergência do racionalismo e o predomínio da ciência sobre a religião. O abalo nas certezas que sustentavam esses dois poderes — o sistema monárquico e a Igreja Católica —, reduziu muito o temor geral que havia com relação às duas instituições milenares.

A circulação livre ou clandestina dos impressos contribuiria para a difusão das ideias novas pelo mundo, incluindo as Américas. Rousseau e a ideia de que todos os homens nascem livres e iguais, vertido em linguagem comum e simplificada, dava o tom dos panfletos. A revolução norte-americana que levava à Independência dos Estados Unidos demonstrava na prática que era possível criar e governar um grande país adotando o sistema republicano. Os reis não eram mais indispensáveis. A essas modernidades se juntaria a

21 Isabel Lustosa – Investigadora do Centro de Humanidades (CHAM). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Universidade Nova de Lisboa.

adoção de constituições, formas de organização que prescindiam de um poder absoluto que orientasse os destinos da nação. Agora, com uma tábua de leis dizendo o que era ou não permitido, redigida (ou não) a partir da reunião de uma assembleia de representantes do povo, os limites do poder executivo, nos padrões propostos por Montesquieu, guiavam o futuro das nações.

Desde a Revolução Francesa, seguida pela ascensão de Napoleão Bonaparte, o continente europeu vivera em sobressalto. Portugal vinha de séculos de relação estreita com a Inglaterra, tendo-se convertido quase em uma colônia inglesa, tal a dependência que desenvolvera da poderosa nação enriquecida pela Revolução Industrial.

Depois de dominar a Europa quase por inteiro e com o objetivo de derrotar a Inglaterra em sua parte mais sensível — o comércio —, Bonaparte determinou o bloqueio continental. Nenhum país do continente europeu podia comerciar com a Inglaterra. Portugal se viu no meio do conflito entre as duas nações mais poderosas do mundo e, diante da invasão de seu território por tropas francesas, o príncipe regente, Dom João, decidiu partir com toda a sua Corte para o Brasil.

Mas que Brasil era esse? Na verdade, até a chegada da Corte em 1808, diz a historiografia²², Brasil era o nome genérico que se dava às possessões de Portugal na América. Não formavam um todo porque sua integração não interessava ao colonizador que, de Lisboa, controlava melhor as diversas partes de sua colônia americana, com

22 V. Graham, R. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. *Diálogos*, 5(1), 2001, p. 11-47.

políticas administrativas que foram sendo modificadas ao longo dos séculos sem que a concepção do dividir para reinar se alterasse. Havia grande distância e dificuldade de comunicação entre as ricas províncias do extremo norte, especialmente o Pará e o Maranhão, e o Sudeste, onde se fixaria a sede da monarquia portuguesa entre 1808 e 1821. Até então, as capitanias, depois chamadas de províncias, tinham vida quase autônoma e seus governadores reportavam-se diretamente a Lisboa. A união era mantida pela metrópole a partir das relações administrativas e comerciais, mas não se estimulavam as trocas entre as mesmas províncias, a não ser as que eram vizinhas ou entre as litorâneas, com alguns portos ligados pela navegação de cabotagem.

Apesar dessa política que não visava a integração, a ideia de uma colônia tão rica em recursos seria a inspiradora do projeto de um poderoso império transatlântico que tiraria sua força justamente da colônia americana que eventualmente poderia se converter em sede da monarquia. Assim, antes de 1808, a perspectiva do Brasil formando um todo só existia em algumas mentes ilustradas que, a partir de seus estudos e da experiência vivida na Europa, configuravam o Brasil como uma nação cuja força estaria, em certa medida, associada à unidade dessa vasta e rica porção de terra tropical²³.

O Brasil era a principal colônia portuguesa e os cuidados com a conservação desse rico patrimônio envolviam uma vigilância severa que, no reinado de Dom José, incluiria a cooptação de quadros da elite crioula no sentido de que, como portugueses nascidos na

23 V. Lyra, M. D. L. V. A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822. *Sete Letras*: 1994.

América, também se sentissem comprometidos com o grande projeto de constituição de um império luso-brasileiro. Essa política foi também perseguida por Dom João e, sob a liderança de seu principal ministro, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, promoveram-se expedições de pesquisa pelo interior do Brasil para fazer o levantamento das possibilidades econômicas das culturas nativas ou exógenas que pudessem para cá serem transplantadas, mapeamento das minas, verificação da navegabilidade de rios etc. Nessas missões, brasileiros formados em Coimbra e em outras universidades europeias ombreavam com seus pares portugueses²⁴.

Esse processo foi posteriormente chamado de Reformismo Ilustrado, conceito com que a historiografia portuguesa tenta estabelecer as características do despotismo esclarecido que caracterizou o reinado de Dom José I, enquanto o Marquês de Pombal esteve à frente do governo. Tratava-se de reformar o governo, a administração, sem alterar a ordem monárquica baseada no poder absoluto do rei²⁵. Tratava-se de superar o atraso em que Portugal vivia, apesar de todo o ouro e dos tantos diamantes que foram drenados das Minas Gerais quase que diretamente para financiar a revolução industrial inglesa pela compra das mercadorias e serviços que Portugal não produzia.

24 V. Silva Dias, M. O. L. Aspectos da ilustração no Brasil, in: *A interiorização da metrópole e outros ensaios*. Alameda: 2005, p. 39-126.

25 V. Lynch, C. E. C. Absolutismo político e liberalismo econômico: o reformismo ilustrado de José da Silva Lisboa (1800-1821). *Revista do IHGB*, 483, 2020, p. 47-74.

Em 1822, o Brasil já não era colônia de Portugal. Ao contrário!

As desvantagens da união das partes em um todo unificado sob o nome de Reino do Brasil, foram sentidas pela metrópole ao longo do período em que o Rio de Janeiro foi sede da monarquia portuguesa. Fato que propiciara uma integração maior das províncias brasileiras em torno da figura do rei. Na escala que fez na Bahia, antes de chegar ao Rio, D. João assinou o decreto que definiu os destinos de Portugal e do Brasil daí em diante: o fim do comércio exclusivo entre a metrópole e a colônia. Com isso, os portos brasileiros passaram a poder receber e enviar mercadorias de e para outros países, o que até então era proibido. Portugal perdeu sua principal fonte de riqueza e mergulhou numa crise econômica da qual nunca se recuperou totalmente²⁶.

O Fico de D. João VI foi quase tão importante para os acontecimentos que levaram à Independência quanto o de D. Pedro. Evidências de que o rei preferia ficar na América foram: a recusa em embarcar na frota que a Inglaterra mandara para levá-lo de volta a Portugal, no final de 1814; a elevação do Brasil a reino, em 1815; o casamento do príncipe herdeiro com a arquiduquesa da Áustria, em 1817; e, finalmente, sua coroação em 1818, cerimônias oficiais que consolidavam no contexto internacional a Corte do Rio de Janeiro como sede do poder da monarquia portuguesa.

26 V. Cardoso, J. L. 1808: O ano zero da autonomia econômica do Brasil. *Rio de Janeiro, capital do império português: 1808-1821*. Editora Tribuna da História: 2010, p. 117-125.

A perfeita acomodação do rei à vida no Brasil, onde era, nas palavras de Varnhagen, mais rei do que jamais fora, estava associada à fatalidade da invasão de Portugal pelos franceses e à permanência de Napoleão Bonaparte no poder, na França. Com sua queda, em 1814, não parecia aos olhos dos portugueses haver mais motivos para a continuação da orfandade a que o país se submetera desde 1808. A recusa de D. João de voltar quando a Inglaterra lhe mandou um navio para isto, seguida da elevação do Brasil a Reino com o mesmo status de Portugal, em 1815, acendeu o alarme do lado de lá do Atlântico e sepultou os sonhos dos portugueses que imaginavam a volta à antiga “normalidade” colonial.

Bem antes de 1822, os jornais portugueses publicados em Londres constataram que a independência era inevitável. Era grande o contraste entre o Portugal invadido e consumido por uma sucessão de guerras e a era de progresso que, no Brasil, sucedeu à abertura dos portos e à instalação da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro. A insatisfação em Portugal se refletiu na imprensa liberal portuguesa que se publicava em Londres. Tanto João Bernardo da Rocha Loureiro, no *Português*, quanto José Liberato Freire, no *Investigador* e depois no *Campeão*, subiram o tom nas críticas ao rei e ao Brasil.

Em seus textos, percebemos como a independência do Brasil já estava precificada pelos liberais portugueses desde 1818, pelo menos. Diante da fatalidade dessa separação consagrada na frase do Abade De Pradt, que previra que o navio que levasse o rei e sua corte de volta para Lisboa, levaria também a Independência do Brasil, o jornalista José Liberato Freire concluiria que o melhor seria que essa separação se fizesse logo. Em artigo publicado no jornal *Investigador Português*, de junho de 1818, ele lembrava que D. João tinha dois

filhos homens, recomendava a divisão do império português entre ambos e garantia que os portugueses de Portugal veriam de bom grado ser logo separado da Coroa o que a Coroa iria fatalmente perder “em época mais ou menos remota”.

Essa relativa indiferença diante da possibilidade de separação dos dois reinos seria renovada em março de 1822 por outro jornalista liberal, cujos escritos, tal como os de José Liberato, tiveram grande influência sobre os revolucionários de 1820 — que exigiram a volta de D. João VI para Lisboa. Em seu “Exame Crítico”, João Bernardo da Rocha Loureiro questionava se realmente, caso o Brasil optasse pela independência, Portugal ficaria arruinado. Lembra que se conservariam ainda as “mui valiosas ilhas adjacentes”, as possessões da África, a Ilha da Madeira e as Ilhas de Cabo Verde, entre outras riquezas. Considera que a independência do Brasil, na verdade, livraria Portugal dos “cuidados de o defender e conservar”, pois, acrescenta: há quatorze anos não vinha dinheiro do Brasil para Portugal, antes pelo contrário, “daqui lhe foi para lá o muito, ou pouco que tínhamos”.

Rocha Loureiro cita e reforça Manuel Fernandes Thomas, o grande líder da Revolução Constitucionalista de 1820, no discurso que ficou na história associado à expressão “Adeus, senhor Brasil, passe por lá muito bem!”. O deputado se referia à insubordinação do Brasil e do príncipe regente, D. Pedro, ao que estava sendo decidido pela assembleia constituinte de Lisboa. Concluía sua fala dizendo que, se o Brasil não quisesse se submeter, podia se declarar independente sem grande prejuízo para Portugal.

O acima citado artigo de Liberato Freire, tinha como título: “Deve Sua Majestade El Rey nosso Senhor restituir-se com sua Corte à antiga residência de Seus Augustos Maiores, estabelecida na

Europa? Deve Sua Majestade El Rey nosso Senhor fixar a Metrópole do Império no seu vasto, e novo Reino do Brasil?" A questão da sede ideal para a monarquia portuguesa seria recorrente e voltaria com força total depois da Revolução de 1820. Dois anos depois, foi publicado em Portugal outro panfleto anônimo em que se indagava: "Qual dos dois Reinos está convidando com mais meiguice a S. Majestade para vir estabelecer nele a sua Corte: o Brasil ou Portugal? A terra dos macacos, dos pretos e das serpentes ou o país de gente branca, de povos civilizados e amantes do seu Soberano?" Reagindo com indignação à possibilidade de D. João VI ficar no Rio de Janeiro, o autor dizia que qualquer que fosse o modelo político adotado que tivesse o Brasil como sede da Coroa, seria ruinoso para Portugal. O rei, "constituído o centro de todos os movimentos desta grande máquina" tomaria todas as decisões a partir do Brasil e, com isto, concluía indagando: "Fica ou não Portugal colónia do Brasil?" Esse panfleto era assinado por um certo Compadre de Lisboa que outra não era senão o mesmo Manuel Fernandes Thomas aqui já citado.

Os ideais liberais que, antes mesmo da Revolução Francesa já tinham uma legião de seguidores, com a repressão posterior à queda de Napoleão ganharam a forma de uma espécie de internacional liberal tal o número de exilados franceses que se espalharam pelo mundo²⁷. A proximidade com a Inglaterra, que acolheu muitos portugueses perseguidos por suas ideias, fez com que o modelo de monarquia constitucional ali estabelecido há séculos, inspirasse desejos de liberdade e de direitos que não existiam em Portugal.

27 V. Isabella, M. *Risorgimento in Exile: Italian Emigres and the Liberal International in the Post-Napoleonic Era*, Oxford University Press, New York, 2009.

A conspiração do general Gomes Freire e sua execução em 1817 aprofundaram os desgostos dos liberais portugueses com a situação. Uma revolução constitucionalista na Espanha, ocorrida no começo de 1820 serviu de inspiração a um grupo de liberais e militares portugueses da Cidade do Porto que, em 20 de agosto daquele mesmo ano, promoveu um levante que logo conquistou Lisboa. Era uma revolução reformista, pois não pretendia derrubar a monarquia, apenas reformá-la, transformando-a em monarquia constitucional. Com a força e a coragem que deram aos revolucionários o controle das tropas, o rei foi intimado a voltar e assumir seu lugar naquela história. De absolutista, D. João VI fora convertido em constitucional e, como era do seu feitio, adaptou-se perfeitamente ao novo papel.

Depois da Revolução de 1820, os liberais do lado de lá desconsideraram as mudanças promovidas pelo rei e pela própria ação social e econômica impulsionada pela vinda da Corte, e decretaram o fim da capitalidade do Rio de Janeiro e a volta do príncipe herdeiro para Portugal. Com isto, as províncias brasileiras ficariam subordinadas diretamente a Lisboa, tal como antes de 1808. Ao longo dos quase 14 anos em que o lado brasileiro predominou, os interesses das elites econômicas de um lado e de outro do Atlântico, antes harmônicos, tornaram-se antagônicos. As evidentes vantagens do livre comércio sobre o exclusivo colonial e de uma estrutura administrativa interna autônoma e centralizada no Brasil, fizeram com que os brasileiros do centro-sul se unissem em torno do príncipe, impedindo sua partida e resistindo às determinações das Cortes de Lisboa. O príncipe ficou e proclamou a Independência.

Qual Brasil? Interesses e paixões que orientaram as disputas e guerras em relação ao modelo do novo país.

D. João teve que voltar, mas deixou aqui o filho mais velho como uma garantia de que o Brasil continuaria unido a Portugal. O decreto com que D. Pedro foi nomeado regente não agradou à assembleia reunida em Lisboa, que ignorou a elevação do país a Reino e determinou a extinção da regência de D. Pedro e sua volta a Portugal. O Brasil não teria mais uma capital e suas províncias seriam governadas exclusivamente a partir de Lisboa. Essas medidas, quando foram conhecidas no Rio de Janeiro, provocaram reações imediatas. No mês de dezembro de 1821, uma grande mobilização envolvendo membros das elites do Rio e de São Paulo levou D. Pedro a desobedecer às ordens de voltar a Portugal. Tudo isto culminou com o famoso Dia do Fico, 9 de janeiro de 1822, outro passo fundamental para o processo da Independência.

No Brasil, como em outros lugares do mundo, o espaço de articulação dos liberais passava pelas lojas maçônicas. No Rio de Janeiro, a principal personalidade da maçonaria era Joaquim Gonçalves Ledo que, a partir de setembro de 1821, junto com o padre Januário da Cunha Barbosa, publicariam um jornal, o *Revérbero Constitucional Fluminense*, defendendo os ideais do liberalismo e do constitucionalismo. Inicialmente partidários das Cortes de Lisboa, pois temiam que o príncipe tivesse projetos absolutistas, seriam levados a mudar de posição diante da impopularidade das decisões tomadas pela assembleia constituinte com relação ao Brasil. A grande disputa que marcaria a Independência se daria entre o projeto centralista de José

Bonifácio e o projeto quase republicano e federalista dos liberais da maçonaria²⁸.

Depois da Revolução Constitucionalista de 1820 na cidade do Porto, a assembleia que se formou para dar início aos trabalhos de redação da constituição portuguesa determinou que o governo das províncias fosse feito por meio de juntas compostas de três ou mais membros eleitos. José Bonifácio, personalidade mais importante da elite de São Paulo, assumiu a vice-presidência da junta daquela província. Logo seria convidado a usar sua influência para convencer D. Pedro a desobedecer às ordens das Cortes de Lisboa que determinavam sua volta para Portugal.

O documento que José Bonifácio enviou de São Paulo, quase que ordenando que D. Pedro não deixasse o Brasil até que ele e outros paulistas viessem ao Rio, teve papel importante na decisão que resultou no Fico. Poucos dias depois, José Bonifácio chegava ao Rio de Janeiro, assumia a liderança do ministério e baixava decreto determinando que nenhuma ordem das Cortes de Lisboa seria obedecida sem a sanção de D. Pedro.

Creio que entre os estudiosos do período, não há dúvida que seus projetos para o Brasil eram os que mais teriam favorecido o desenvolvimento do país de forma mais bem sucedida do que as políticas que se impuseram depois de sua queda. Mas a intransigência e a arrogância no trato com as elites brasileiras granjearam enorme antipatia a José Bonifácio. Antipatia que também tinha a

28 V. Oliveira, C. H. S. Entre "reciprocidade de interesses" e "recolonização": o debate na imprensa do Rio de Janeiro, 1821/1822. *Revista de História das Ideias*, 40, 2022, p. 81-115.

ver com a natureza progressista, digamos assim, daqueles projetos que afrontavam interesses enraizados na antiga colônia em suas conexões com Portugal.

Entre esses projetos constavam: abolir o tráfico negreiro o mais cedo possível; libertar os escravizados e integrá-los, como também os indígenas, à sociedade; estimular a mestiçagem e promover uma reforma agrária que confiscasse os latifúndios improdutivos, cedendo-os a esses novos brasileiros integrados à cidadania. Se nos dias de hoje essas ideias ainda enfurecem parte das elites nacionais, naquele momento inaugural da nossa história, em um mundo revolucionado, parecer-lhes-iam ainda mais ameaçadoras²⁹. O papel decisivo do Andrada no sentido de levar D. Pedro a não obedecer às ordens de Lisboa, bem como as medidas que adotou contra os portugueses - donos ainda de grande parte do comércio que se fazia transatlântico desde os primórdios de nossa história - tentando obrigá-los a escolher entre Brasil e Portugal, fizeram-no tão odiado na Europa quanto se tornara na América.

A antipatia dos liberais brasileiros contra José Bonifácio se manifestaria logo diante de sua iniciativa de convocar eleições nas províncias para compor um conselho de procuradores que deveria funcionar como uma espécie de assembleia em torno do príncipe. As províncias do norte e nordeste tinham se beneficiado muito com a abertura dos portos, mas tinham queixas dos impostos que pagavam para manter a Corte no Rio de Janeiro. Elas foram as primeiras a aderir à Revolução Constitucionalista Portuguesa pelo que esperavam

29 Dolhnikoff, M., & Ferlini, V. L. A. Construindo o Brasil: unidade nacional e pacto federativo nos projetos das elites (1820-1842), 2000.

ganhar em maior autonomia ao poderem eleger a junta governativa, mas também reagiram negativamente ao saberem que o comando das armas seria obediente a Lisboa e não a essa mesma junta. Como a matéria ainda estava em debate, do qual participavam deputados representantes dessas mesmas províncias, estranharam a convocação de eleições para a formação de um conselho de procuradores que atuaria no Brasil paralelamente à assembleia portuguesa. Temiam que o governo do Rio de Janeiro assumisse a forma absolutista com D. Pedro reinando sob a tutela de José Bonifácio³⁰.

No Rio de Janeiro, logo depois do Fico, os liberais da maçonaria, tomados de igual desconfiança, deram início à campanha por uma constituinte brasileira, iniciativa à qual Jose Bonifácio, pelo menos a princípio, se mostraria contrário. D. Pedro atendeu ao apelo e convocou eleições em junho de 1822. José Bonifácio talvez sonhasse em exercer no reinado de D. Pedro o mesmo papel que o Marquês de Pombal exercera no reinado do avô, D. José I. A ideia de partilhar esse poder que lhe caíra nas mãos não era desejável ainda, porque ele tinha elaborado um projeto para o Brasil. Esse projeto previa a conservação do status de reino para o Brasil cuja capital continuaria a ser o Rio de Janeiro. O reino do Brasil teria um poder executivo central exercido por D. Pedro e garantiria a união de todas as províncias em torno desse centro de poder. José Bonifácio não desejava a separação dos dois reinos, ao contrário, a união seria consolidada pela regência do herdeiro do trono português e por uma série de outros vínculos que seriam mantidos com Portugal. Mas, quando

30 Lyra, L. A província de Pernambuco na conjuntura da Independência. *Revista de História das Ideias*, 40, 2022, p. 161-175.

seu projeto intitulado “Lembranças e apontamentos do governo provisório da província de S. Paulo para os seus deputados”³¹ foi apresentado por seu irmão Antônio Carlos, deputado eleito para representar São Paulo nas Cortes de Lisboa, a tendência dos deputados portugueses era oposta ao que desejava José Bonifácio e suas ideias foram sumariamente repelidas.

Com a inauguração dos trabalhos da Assembleia Constituinte em 3 de maio de 1823, pelas regras então adotadas, ministros podiam acumular as funções com as de deputado. José Bonifácio pôde, assim, zelar em plenário pelo projeto político que defendia, contando com o apoio e a virulência de seus irmãos Martim Francisco e Antônio Carlos, também eleitos deputados. Aquela Assembleia abriu espaço para vozes que tinham sido silenciadas pela prepotência do “paulistério”, como o vulgo chamava o ministério dirigido por José Bonifácio e que tinha seu irmão Martim Francisco como ministro da fazenda.

A reação ao discurso proclamado pelo imperador na abertura dos trabalhos, em que disse que aprovaria a constituição desde que a julgasse digna do Brasil e dele, deu início à queda de braço com a Assembleia. O que faria se não a julgasse digna? Não a adotaria ou renunciaria ao poder? Questões formais sobre onde deveria se sentar o imperador quando comparecesse à Assembleia, se sua cadeira devia estar em lugar mais alto do que a do presidente dela, por

31 Bonifácio, J. Lembranças e apontamentos do Governo Provisório para os Senhores Deputados da Província de São Paulo; mandadas publicar por ordem de Sua Alteza Real, o Príncipe Regente do Brasil; a instancias dos mesmos Senhores Deputados. *Rio de Janeiro: Typographia Nacional*, 1821. Available online: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos>.

exemplo, demonstravam a divisão que havia entre os dois partidos: os que desejavam mais poder nas mãos do executivo e os que desejavam o predomínio da Assembleia.

Os irmãos Andrada lideravam os primeiros. Conseguiram impor seu argumento de que o príncipe estava acima da Assembleia, pois já reinava antes da mesma existir e apelaram mesmo para alguns signos absolutistas relativos à monarquia. Os demais acabaram cedendo e ficou decidido que o imperador se sentaria em lugar mais elevado, teria poder de nomear os governadores das províncias e controlaria a força armada. A opção por um governo nacional centralizado em detrimento dos projetos federalistas que animavam o norte foi uma das seis leis aprovadas ainda na Constituinte de 1823. Formato que seria mantido com poucas alterações na carta outorgada de 1824, que também incorporou outros elementos do projeto que fora redigido pelo mais novo dos irmãos Andrada, Antônio Carlos³².

No entanto, quando esse projeto foi apresentado a D. Pedro, em setembro de 1823, José Bonifácio e Martim Francisco não eram mais ministros. Eles se demitiram em meados de julho de 1823 e tão logo deixaram o ministério, começaram a fazer oposição ao governo. Não que tenham aderido aos princípios defendidos pela turma liberada por Joaquim Gonçalves Ledo. A oposição se concentrava no combate à política de D. Pedro com relação aos portugueses, tanto civis quanto militares. Apesar de, no começo de seu governo, terem sido favoráveis ao ingresso de militares portugueses que se decidissem pelo Brasil, diante da política de incorporação dos militares que

32 Slemian, A. *Sob o império das leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo, FFLCH-USP (doutorado), 2006.

tinham lutado na Bahia contra as tropas do Imperador, o partido dos Andrada procurou provocar indignação entre os leitores. Para levar adiante essa campanha foi criado um jornal, o *Tamoio*, de caráter antilusitano e que era a expressão do grupo liderado pelos irmãos.³³

Moderados nos propósitos, porém radicais e apaixonados na ação, depois do rompimento com D. Pedro, os três irmãos se dedicaram exclusivamente à assembleia e à publicação do *Tamoio*. Não mudaram de projeto com relação ao lugar do poder, que devia continuar concentrado em sua maior e melhor parte nas mãos do imperador. A ideia de que um executivo forte em que o imperador controlasse as províncias, nomeando seus presidentes e garantindo o poder sobre a força armada era complementar ao sucesso da guerra empreendida para submeter as províncias rebeladas do norte. E os preparativos para essa guerra foram iniciados ainda no governo de José Bonifácio. O mais importante para os homens que, como o Andrada, herdaram o espírito do Reformismo Ilustrado, era garantir a integridade do Brasil e realizar na América o sonho do grande império português, agora em nova roupagem. A guerra da Independência e o projeto constitucional que garantiu o controle do imperador sobre todas as províncias foram fundamentais para a consolidação desse mapa do Brasil que nos chegou aos dias de hoje com poucas modificações.

33 Varnhagen, F. A. D. História da independência do Brasil: até ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data. (*No Title*), 1957.

Nos 200 anos da independência de um país por ser

Roberto Amaral³⁴

"A mim preocupa o povo, durante três séculos capado e recapado, sangrado e ressangrado..." – Capistrano de Abreu, *Correspondência*, vol. III. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1954.

"Não há, nunca houve, aqui, um povo livre, regendo seu destino na busca da própria prosperidade. [...] Nós, brasileiros, somos um povo em ser, impedido de sê-lo." – Darcy Ribeiro, *O povo brasileiro*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2010.

A busca do novo, a revolução nacional – que tantos povos experimentaram nos primórdios de sua formação – foi sempre, entre nós, uma aventura banida. Mesmo as reformas mais superficiais foram e são admitidas tão só quando estritamente necessárias para que tudo permaneça como está. Ou seja, se destinadas a preservar o mando, que é o mesmo em 500 anos. A busca pela estabilidade como um objetivo em si cerceia o movimento; a ordem impede o progresso.

34 Roberto Amaral – Escritor, Cientista Político, Professor universitário. Ex-Ministro de Ciência e Tecnologia. Com a colaboração de Pedro Amaral.

A vida social é condicionada pelo passado que se projeta na história como ameaça ao futuro. A conciliação como alternativa a qualquer crise é o outro lado da moeda que estampa o medo à ruptura.

A Independência de 1822 não poderia deixar de ser uma transação burocrático-autoritária, negociada à distância mediante um concerto no qual o grande ausente é o povo brasileiro. Não ousamos a revolução nacional pela independência, saga que caracterizaria, por exemplo, as histórias estadunidense e hispano-americana. Coube-nos um golpe de Estado consolidado em concílio liderado pelos interesses do império britânico.

Os donos do poder, portugueses, brasileiros e ingleses, nutriam verdadeiro pavor do mau exemplo que chegava dos nossos vizinhos. Mas, para a tranquilidade dos senhores da terra, no evento da Independência não proclamamos a temida República, nem muito menos decretamos a abolição da escravatura. Vencia a terra. Venceria sempre.

Nossa carta de maioridade e autonomia política, a Constituição de 1823, será lavrada e promulgada pelo príncipe herdeiro. Assim, sem povo, sem opinião pública, sem noção de nacionalidade, tornamo-nos livres das peias de colônia e inauguramos a monarquia absolutista, que nasce consagrando a grande conciliação com o latifúndio. Nascíamos condenados a viver no passado. Permanecia o governo da casa-grande. Não havia, não há, espaços para a ruptura, ainda quando caminhamos da colônia ao império, do império arcaico à República de 1889, sustentada pela lavoura paulista e a agropecuária mineira.

As diferenças entre as lideranças liberais e conservadoras eram exclusivamente nominais e todos se uniam, inclusive os interesses portugueses, na defesa do latifúndio e da salvação da monarquia. Caminhavam para o rompimento com Lisboa, em 1822, mais preocupados em evitar o surgimento de algum pleito ou de alguma liderança, como aquelas que, ao arrebataram para a independência política as colônias espanholas do continente, haviam instalado regimes republicanos. A possibilidade de um Bolívar ou de um San Martín aterrorizava e unificava. A manutenção da ordem, via monarquia absolutista e a grande propriedade, garantia a unidade política, e seu objetivo, o mando das elites. Daí haveremos alcançado o rompimento político com a Corte Portuguesa sem haveremos levado a termo a ruptura com o regime colonial. Na primeira oportunidade, os interesses portugueses são reconciliados com o golpe de 1831.

O Brasil que despertava para a maioria política era o encontro do deserto cívico com o deserto demográfico descrito por Thomas Lindley, viajante-comentarista inglês: “Vida social não existia porque não havia sociedade; questões públicas tampouco interessavam, e mesmo não se conheciam: quando muito sabiam se há paz ou guerra”.³⁵

Ao fim e ao cabo, a casa dos Bragança estará sentada nos tronos do Brasil e de Portugal, ambos dependentes dos empréstimos extorsivos devidos à família Rothschild. Ao invés de ruptura, composição.

35 Lindley, Thomas. *Narrativa de uma viagem ao Brasil*. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1969, p. 76; Abreu, Capistrano. *Capítulos da história colonial - Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Editora Universidade de Brasília. 1963, p. 228.

A pré-independência

Desde o descobrimento, o Brasil tem sua história vinculada a fatores de ordem mundial. A terra achada de há muito era conhecida pelas potências marítimas. Consabidamente, as tropas de Junot determinaram a transmigração da família real portuguesa, fato que tornaria inevitável a imprevista Independência de 1822, dispensando o concurso das tímidas forças sociais; a preeminência inglesa (que se abatia sobre Portugal e a colônia) impusera a abertura dos portos sob o monopólio do tráfico inglês; as pressões das Cortes Portuguesas determinaram o retorno do rei e a resistência do Fico, calçando a ascensão de D. Pedro I e o gesto do 7 de setembro.

As condições objetivas de um Portugal empobrecido condicionam sua intervenção no vasto território por conhecer e explorar. Não podendo empreender o desafio colonizador, empenha-se Lisboa em garantir a posse, assegurada naquela altura apenas, e assim fragilmente, do ponto de vista jurídico, pelo Tratado de Tordesilhas, que a futura colônia, a despeito da metrópole, cuidaria mais tarde de ultrapassar como primeiro sinal de uma nacionalidade que demora em construir-se. Será obra mameluca, de paulistas e nortistas, caminhando para o sul e para o oeste, correndo os sertões com o boi, e deixando em seu rasto aldeias e vilas. A breve união de Portugal e Espanha, por fim, facilita a expansão territorial brasileira.

A viagem foi longa. Primeiro as feitorias, os pequenos núcleos populacionais espargidos segundo uma estratégia militar³⁶ cujo escopo é a proteção do território vastíssimo às margens de litoral imenso à mercê da pirataria e das belonaves inglesas, francesas, holandesas e até espanholas; daí, não raro, as povoações apegadas a fortes e fortificações erguidas às custas do etnocídio indígena. Uma logística determinada por critérios militares de segurança, não de exploração da terra.³⁷

Frei Vicente do Salvador, autor de nossa primeira História do Brasil, é certamente o primeiro crítico da fragilidade da política portuguesa de além-mar, sempre mais voltada para a reiteração da posse jurídica, e sempre longe da empresa colonizadora. Escrevendo em 1627 profligaria: “Da largura que a terra o Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse por negligência dos portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos!”.³⁸

36 Esta estratégia revela-se clara no *Foral de Duarte Coelho* e no *Regimento de Tomé de Souza*, in: Bonavides, Paulo e Amaral, Roberto. *Textos políticos da História do Brasil*. Brasília: Edições Senado Federal, 2002.

37 Exemplar dessa política é a Fortaleza de São José de Macapá, construída por ordem do Marquês de Pombal na cidade de Macapá, capital do atual estado do Amapá, no extremo norte do país, em 1782. O forte foi erguido com o objetivo de proteger a região contra invasões estrangeiras e controlar o tráfico de escravos na área. Não se contam quantos indígenas morreram nos 18 anos consumidos em sua construção, de 1764 a 1782.

38 Salvador, Frei Vicente do. *História do Brasil*. (Edição revista por Capistrano de Abreu). S. Paulo e Rio: Irmãos Weiszflog Editores, 1918, p. 19.

As capitanias hereditárias conservam o poder soberano reafirmado nos governos-gerais e depois no reino; a organização política precede a organização social, a cidade se antecipa à nação, a população nasce já sob prescrições administrativas. O país se antecipa à nação.

O sistema militar fixa o caráter que imperará por todo o período – a farda afidalga e a batina facilita o diálogo com Deus –, antes dos títulos nobiliárquicos, organizando um estamento aristocrático quando não havia ainda Corte, premonição de muitos feitos da história brasileira escrita nos séculos seguintes.

As exportações do pau-brasil, a lavoura e a indústria do açúcar criando o engenho e a casa-grande; a extração do ouro; e, já no império, a exportação do café, transferindo do Nordeste para o Sudeste e o Sul (Rio de Janeiro e depois São Paulo) a hegemonia de baianos e pernambucanos – donde constituirão mais tarde o cenário em que se decidiria a Independência. São economias fundadas no latifúndio e no braço escravo, de vida curta, tão brutal era a exploração no eito, o que explica a importância do tráfico negreiro, e a resistência de Lisboa às pressões do império britânico, incomodado com a concorrência do açúcar brasileiro à produção de suas colônias nas Antilhas. Nascíamos e crescíamos como economia primária agroexportadora dependente, destinada a suprir as necessidades demandadas pelo mundo de então.

Fenômeno econômico e político colonial que marcará o primeiro e o segundo impérios, a escravidão está no eixo de nossa política externa, participará das negociações para a Independência e será um dos pontos nodais das permanentes dificuldades da diplomacia

brasileira com o império britânico e sua preeminência sobre Portugal e a colônia de que Lisboa se tornara dependente.

A administração monopolista e predatória desconhece a manufatura. Mais ainda, proíbe-a de forma mais radical possível³⁹, na colônia em benefício da metrópole, e impossibilita-a, mais tarde, depois do Reino, da abertura dos portos e da Independência, pela via do livre-cambismo que expunha nossos produtos a uma concorrência letal com os ingleses.

Descompassado no mercantilismo, havendo perdido a primeira Revolução Industrial — de certa forma financiada na Inglaterra e na França com as reservas minerais das colônias da Península Ibérica —, Portugal limita-se ao monopólio do transporte e comércio de matérias-primas fornecidas pela colônia. É apenas um entreposto. Lisboa converte-se em empório importador-reexportador de madeira, açúcar, tabaco e ouro, destinados à Inglaterra, de quem o antigo império marítimo, já satélite e impedido de industrializar-se, importa tudo de que carecia: manufaturados de um modo absoluto, tecidos, manteiga e até água mineral.

O Brasil, colônia de Portugal — já de sua parte virtual colônia do império britânico —, tem seu destino de economia exclusivamente agrícola determinado ainda pela preeminência inglesa, sucessora do domínio espanhol (mais tarde submetido a Napoleão), sob o qual padecerá a metrópole. Portugal vive do monopólio da concorrência da colônia, que sustenta a Corte e a economia reinol parasitária: é

39 Cf. Alvará da rainha D. Maria, de 15 de outubro de 1785 determina a extinção e abolição de todas as fábricas do Brasil. In: Bonavides, Paulo e Amaral, Roberto. *Ob. Cit.*, p. 282-283.

o preço do monopólio do comércio e dos impostos, crescentes, cobrados da colônia, impedida de industrializar-se ou de comerciar com o mundo, proibida mesmo de ter prensas para reproduzir os catecismos dos padres. O Reino passa a depender de sua colônia.

A Revolução Industrial, todavia, era incompatível com o monopólio do transporte e com os mercados fechados. Onde quer que se tenha estabelecido, para instalar-se e desenvolver-se, revolucionando os instrumentos de produção e as relações sociais mesmas, a burguesia rompe com a economia e a política fechadas; ela necessita de mais mercados, necessita de um mundo maior, necessita de estabelecer-se onde quer que seja, explorar onde quer que seja, produzir em centros privilegiados e comercializar em todo o mundo.

Uma antecipação do imperialismo vai suceder a uma forma de colonialismo. Para a Europa que se moderniza é insuportável o gueto escravagista brasileiro. Azar de Portugal, que haverá de ater-se com as tropas de Junot e a diplomacia bélica de Canning.

No desenvolvimento dessa lógica, a transmigração da família real, e, consequência dela, a abertura dos portos – a primeira, em 1808 – deram-se como fato inevitável, porque não podia ser de outra forma, como observa o Marquês de Sapucaí, para quem aquele ato dependia dos acontecimentos e não da vontade humana ou de sua intenção⁴⁰.

40 Marquês de Sapucaí. "O Sr. José Bonifácio Patriarca da Independência" *apud* Mercadante, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro. Ed. Saga, 1965, p. 67.

Enquanto na Europa, de particular na França, Inglaterra e Holanda, a burguesia lança as bases daquele mundo econômico que a história cunhou como Revolução Industrial, raiz de sua hegemonia política, no mundo periférico — Áustria, Espanha, Rússia e Países Baixos (a Santa Aliança com a qual, após a derrota de Napoleão, D. João tentará coligar-se como forma de fortalecer-se contra a Inglaterra) —, sobretudo em suas colônias e em Portugal consolida-se o poder do senhor da terra, entre nós senhor de terra e de escravos, negros africanos e indígenas preados.

Aqui, o monopólio que mais se fecha num esforço de isolamento e autoproteção: a Santa Aliança quer parar o tempo, a Europa industrializada quer avançar os ponteiros, o Portugal agrário é aliado sem escolha da Inglaterra, que mais ambiciona as potencialidades da colônia americana. Lá, a liberdade de produção a reclamar por mercados sem peias; em Portugal, a sobrevivência dos Bragança depende da exploração monopolista da colônia, e mais tarde do Vice-Reinado e do Reinado.

A burguesia, repita-se, precisa aumentar o mundo e torná-lo todo livre para si, para o tráfego livre de suas mercadorias. A metrópole quer suas colônias fechadas à produção externa que não seja a sua, donde o monopólio do mercado, necessidade portuguesa, e a abertura dos portos brasileiros, exigência inglesa. Abertura que, consabidamente, não passava de consolidação do monopólio inglês.

A Inglaterra industrial quer e obterá o que almeja: o livre mercado (que é o mercado cativo para seus produtos no Brasil); em suas terras, o liberalismo; na colônia da colônia (com a Independência de 1822, o *Foreign Office* dispensará a mediação de Lisboa), as vantagens da economia fechada.

O Brasil transforma-se em mercado prioritário de absorção comercial, principalmente depois do controle francês sobre a Espanha. Tratava-se, assim, fundamentalmente, de assegurar o comércio com o Brasil, mas com o Brasil importador de manufaturas e exportador de matérias-primas *in natura* demandadas pela Europa, Inglaterra à frente. O Corso podia ficar com a metrópole esvaziada. Por isso, a Grã-Bretanha forçou a transmigração da família real e tentará apressar seu retorno, quando D. João é chamado de volta pelas Cortes e reluta; no regresso e no Fico, tomará o partido dos brasileiros, aos quais o príncipe se alia até o rompimento de 1823, a primeira estação de 1831.

A transferência do reino para a antiga colônia se consumou com dois atos decisivos: a primeira abertura dos portos e os tratados de 1810 – um de comércio e navegação, um outro de aliança e amizade, e uma convenção disciplinando o serviço de navios entre o Brasil e a Grã-Bretanha, que deixam a colônia – tanto quanto já o era a metrópole – cativa dos interesses ingleses.

Por isso, será ainda a diplomacia inglesa, ou o poder persuasivo de sua armada, que presidirá as negociações de reconhecimento da Independência, contra restando o reacionarismo da Santa Aliança, demolindo as resistências portuguesas, administrando as aspirações brasileiras. É tal a preeminência que, no episódio da Independência de 1822, Portugal far-se-á representar diante do Brasil por um súdito inglês, Charles Stuart, também representante pessoal de George Canning. Como é sabido, será alta a conta cobrada por tais serviços. Desse preço consta a manutenção dos privilégios comerciais britânicos e o pagamento das dívidas inglesas contraídas por Portugal,

as quais compreendiam até o empréstimo tomado por Lisboa para financiar o esforço militar de combate à Independência brasileira.⁴¹

A esses empréstimos, Felisberto Caldeira Brant, nosso negociador, acrescentará mais um, necessário ao governo brasileiro para suprir o déficit público decorrente da crise, agravada com o saque promovido pela Corte retirante. Mas, acrescentará outro custo, abrindo triste e bem seguido precedente na história das negociações de nossas dívidas externas: sua própria comissão.

O acordo negociado com a Inglaterra termina por conceder a D. João o título de imperador. Essa cláusula é da maior importância para que se compreenda a história imediata de Portugal e a futura luta de nosso Pedro para retomar a Coroa ameaçada por D. Miguel e a direita absolutista.

A concessão do título pessoal de imperador a D. João VI dava à separação política do Brasil o caráter de uma transferência de soberania, pelo que a eventual transformação de D. Pedro I em futuro rei de Portugal, já era preparada do ponto de vista legal. Mediante essa medida, D. João se antecipava à guerra de sua própria sucessão, tomando o partido do primogênito contra as articulações da rainha e do filho Miguel, instrumentos dos interesses espanhóis, do império austríaco e da França.

Canning estava atento.

41 Sobre os custos da Independência ver Amaral, Roberto. "Introdução à Independência", *apud* Bonavides, Paulo e Amaral, Roberto. Ob. Cit., vol. I, p. 208.

No plano econômico, o acordo assegurava ainda a vigência, no Brasil, das garantias comerciais portuguesas e, finalmente, exigência inglesa: a promessa do governo brasileiro de não aceitar a incorporação ao seu território de qualquer colônia de Portugal, cláusula mediante a qual a Inglaterra esperava impedir o tráfico, especialmente com Angola, cuja burguesia comercial fornecedora de escravos desejava manter a região politicamente unida ao nosso país.

Para Portugal, a transmigração representa a salvação da monarquia, lá e cá; para o império britânico, o acesso monopolista ao mercado consumidor brasileiro; as vantagens extorsivas da metrópole feudal são agora privilégio da parceira “liberal” industrializada. O açambarcamento da colônia pelos interesses britânicos, com a incorporação dos portos brasileiros ao comércio inglês, constitui o pacto mais desigual entre nações independentes.

Portugal renuncia à autonomia e à recuperação econômica, conforma-se como pensionista do comércio brasileiro; o Brasil tem perdida por um século a expectativa de industrialização; há que prevalecer a ideologia do livre-cambismo e do “livre-comércio”, derogadas as esperanças de proteção alfandegária, que teria papel relevantíssimo na industrialização dos EUA independentes e republicanos, cujo rompimento das amarras políticas e econômicas com a metrópole inglesa encontrara na República sua consolidação institucional.

O conflito já resolvido entre o mercantilismo e o capitalismo liberal, e os benefícios proporcionados à Grã-Bretanha pelas tarifas de 1810, retiram do Estado – na tradição portuguesa e na vida brasileira, autoritário e centralizador – o controle da economia,

reduzindo o governo a mero cobrador de impostos, tornando inevitável a Independência.

A Independência, a grande obra de conciliação da monarquia com o poder da terra e sua representação jurídico-política, é também a concordata do Estado absolutista de 1808 com um projeto de liberalismo condicionado à manutenção das grandes propriedades escravistas.

Nessa contingência, tornaram-se inevitáveis a abertura dos portos de 1808 e os tratados de 1810 e 1814, efetivos instrumentos preparatórios de um 1822 também inevitável, uma Independência prevista e esperada de há muito até pelos portugueses, que, temendo-a, terminaram por precipitá-la, graças ao comportamento hostil das Cortes de Lisboa.

As consequências da presença da família real, a condição de Vice-Reinado e do Reinado; o desenvolvimento urbano (sem embargo do fracasso da tentativa de industrialização); o crescimento das grandes cidades, principalmente do Rio de Janeiro; a fixação dos comerciantes brasileiros, portugueses e ingleses; o desenvolvimento, inclusive rural, consequente da abertura dos portos (nada obstante os privilégios britânicos)... tudo isso construindo um país para o qual o retorno à condição colonial — ameaça com a qual acenavam as Cortes —, era simplesmente inaceitável, transformando a Independência, gestada desde anos, em remédio inafastável. De preferência com o príncipe, mantidas a monarquia e as boas relações com a metrópole.

E, assim, mudamos para que a ordem fosse mantida: troca-se João por Pedro, a colônia pelo império carente de autonomia, e

conserva-se a dinastia dos Bragança lá e cá. Troca-se Portugal pela Inglaterra e permanece a dependência.

O início do século 19 assiste à emergência de um personagem novo, o senhor rural autenticamente nacional, senhor de uma economia da qual havia conseguido manter afastado o português, visto como intruso, limitado à burocracia e ao comércio. Produto de uma conciliação, é ele próprio um projeto de conciliação, pois pretende, num bifrontismo aparentemente paradoxal, conciliar o liberalismo das cidades com a economia dominial fechada de suas fazendas, verdadeiros burgos autônomos no meio do sertão, tanto quanto procurar conciliar a Independência e a monarquia absolutista com as liberdades decantadas pelo liberalismo europeu, o livre-comércio com a economia fechada.

Nunca será demais lembrar que a revelação passado-presente é a melhor forma de estudar história: os que mais de um século e meio depois fariam a Nova República veriam os derrocados de ontem recompostos no novo sistema. A obra encetada pelo Partido Brasileiro, em 1822, daria o poder real ao Partido Português. Na verdade, a Independência de 1822 vai se consolidar em 1831, na Regência, com a definitiva tomada do poder pelos donos de terra e de escravos.

De 1822 a 1831 assistimos à luta dos nacionais pela extinção da influência dos portugueses (que se haviam recomposto aliando-se a D. Pedro I) na política da Corte. Demonstração deste fenômeno foi a postura do Partido Brasileiro que, havendo defendido a Independência, passaria quase todo o período na oposição.

Na Independência, uma transação toma o lugar da revolução, acomodando o liberalismo de índole jacobina e o absolutismo.

Esse mencionado caráter de arranjo ou conciliação, ou negociata, ou concordata, da Independência, proclamada pelo próprio ministério que estava no poder, configura-se mais como um golpe de Estado do que uma revolução, posto que não ocorreram quer ruptura de poder, quer mudanças nas relações sociais e econômicas. Continuamos como santuário das oligarquias, e seu melhor indicador é a permanência econômica e ideológica da casa-grande. Uma vez mais nos distinguimos não só da América hispânica, mas igualmente das experiências europeias e norte-americanas. Aqui estão a fonte, a raiz e a matriz de um movimento cujas rédeas estiveram sempre nas mãos dos senhores da terra. Fonte e raiz, mas principalmente matriz, posto que o modelo se reproduzirá.

A vitória secular da sociedade colonial, tradicionalista e conservadora, é também a derrota do progresso, é a derrota do povo, o futuro pária urbano, o futuro operário desempregado, o mameluco, sacrificado na educação, na saúde, no bem-estar; é a fonte da violência silenciosa, da mortalidade infantil, do analfabetismo larvar, da vida subumana dos cortiços e nas favelas, da quase-vida do lavrador alugado no campo, do boia-fria. É a vitória da conciliação que garante o *statu quo* que se mantém sufocando os interesses das maiorias.

No Brasil, a conciliação é o pacto de elite que visa a preservar os privilégios de classe. Ela foi fundamental na Independência e na regência da história que se segue.

A conciliação não abole a violência

O sangue e a violência não são estranhos à história brasileira, na colônia, na Independência, no reinado dos Bragança e na República; já não se fala na revolta surda, na violência silenciosa da fome, na estrutura social iníqua.⁴² Não se trata mais de se referir, tão-só, sem com isso diminuir seu significado, à violência que é a privação do bem-estar, da vida ou da segurança, ou mesmo o monopólio da violência estatal “legítima” a que se refere Max Weber. A tradição da história não-violenta se esboroa em face da sequência de conflitos que vêm da colônia à República. O império apresenta sua força repressora em 1824, com a violência que esmaga a Confederação do Equador. A República se apresenta com o massacre de Canudos (1896-1897). O desfecho de todas as insurgências é o mesmo, seja na colônia, no Império, na república: o povo é sempre o grande perdedor, e quanto mais de origem popular a insurgência, maior é o peso da repressão implacável. Em toda a nossa história, um só levante foi vitorioso: o movimento civil-militar que a historiografia grafou como “Revolução de 1930”: uma dissensão interoligárquica comandada por três governadores de província apoiados por setores majoritários das Forças Armadas.

Para enfrentar os focos de resistência portuguesa à Independência, o novo império moveu guerra sem quartel. Mas o que eram, nesse então, o exército e a armada de D. Pedro I, senão uma legião

42 Sobre as insurgências populares pontuando a história do Brasil ver Penna, Lincoln Abreu. *República e insurgências-lutas de classes na cidade e no campo*. Ed. Autografia. Rio de Janeiro, 2021.

de mercenários irlandeses, ingleses, franceses e alemães, para não falarmos do grosso da oficialidade portuguesa incorporada às nossas fileiras após a rendição de Madeira (1823), provocando e precipitando a crise de dissolução da Constituinte? São os mesmos mercenários que sufocarão a Confederação do Equador. Serão eles que apagarão os focos de resistência.

Foi o mercenário francês Pierre Labatut o general que expulsou os portugueses na Bahia (comandava 11 mil mercenários); foi o Lord Thomas Crochane (também Conde de Dundonald e Marquês do Maranhão), o mestre dos mares, contratado por nosso monarca como primeiro almirante brasileiro e comandante da armada, quem rechaçou as tropas portuguesas do Maranhão (comandava oito mil mercenários). Finalmente, Jorge Canning (ministro inglês dos Negócios Estrangeiros), que levou Portugal à resignação, efetivando a Independência e tornando possível a futura obra de consolidação que a Regência encetaria.

A preeminência inglesa e o preço da Independência

Por largos 116 anos, a Inglaterra dominou o mercado importador-exportador brasileiro, seu comércio e sua economia, interferiu em sua política, influenciou em seu destino de povo, nação e Estado. Isso desde 1808, sobretudo, quando determinou a transmigração da família real para o Brasil. Seu papel na preparação da Independência – pela via da transmigração e, por consequência, abertura dos portos e ativação do comércio – e, principalmente, no reconhecimento internacional da soberania, foi igualmente decisivo para seus próprios

interesses comerciais e militares, interesses que a ligam desde muito ao passado europeu da Aliança Anglo-Portuguesa.

Quando D. Pedro I procurou o reconhecimento da Inglaterra e seu patrocínio internacional, e procurou porque não dispunha de alternativa em face da recusa portuguesa de aceitar a declaração unilateral de soberania, foi forçado a ratificar as estipulações negociadas antes com o vice-reino e que davam à Inglaterra condições excepcionais em suas relações comerciais com Portugal e, agora, com o Brasil, que renunciava a qualquer possibilidade de industrializar-se. Ganhava a Inglaterra, perdia o Brasil como um todo, mas ganhavam os senhores da terra, beneficiados com a associação da abertura dos portos ao sistema primário de exportação. Estava aberto por inteiro o mercado brasileiro ao capitalismo inglês. E se efetivava o projeto de Caninng, que visava a afastar a América do Sul da esfera de influência francesa.

À classe dominante brasileira (os herdeiros da casa-grande) não interessa a consulta histórica. Satisfaz-se na firme convicção de que o relevante é o puro e simples exercício do mandonismo; daí o acachapante desprezo pela educação e pela cultura em todas as suas dimensões, temerosa da elevação da consciência das massas.

É o aqui e o agora da mediocridade e do atraso. Mas, não há de ser fruto do acaso estarmos, nos primeiros anos da terceira década do terceiro milênio, patinando na periferia do capitalismo. E mesmo no capitalismo permanecemos órfãos de um projeto de país. Criamo-nos e formamo-nos sob o signo da dependência ideológica, a marca colonial que presidiu o império e chega à República dos nossos dias. Caminhávamos e caminhamos no contrapelo daquelas sociedades que, ousando mesmo a aventura do desconhecido, puderam construir seu destino.

Brasil: padrões herdados e novos desafios

Tania Bacelar⁴³

Agradecendo o convite e a honra de dividir esta mesa com Roberto Amaral, destaco, de saída, que minha intervenção complementa a dele, cujo foco foi a dimensão política, enquanto vou colocar algumas reflexões na dimensão econômica. E começo concordando com ele.

Uma das raízes mais importantes das nossas dificuldades como nação é ter engatado no modelo colonial. E faço uma explicitação: o engate se deu como “colônia de exploração”. Isso nos aproxima dos demais países da América Latina e nos afasta dos Estados Unidos, cujo engate, na mesma época, se faz como “colônia de povoamento”. Os ingleses foram para lá “fazer a América”.

O colonizador de todos os países do bloco latino-americano os trataram como colônias de exploração. Aí, na minha visão, está uma raiz importante para o fato de nossas dificuldades em construir nações verdadeiramente autônomas. Em decorrência, aqui se construiu uma economia de base primária exportadora cuja lógica de funcionamento era o comando externo, com os grandes produtores nos atrelando ao mercado externo. As elites locais, até hoje,

43 Tania Bacelar – Economista, Socióloga, Professora UFPE e Sócia da CEPLAN Consultoria Econômica e Planejamento.

guardam esta marca, apoiando modelos de subordinação externa como os mais viáveis.

Como se não bastasse isso, séculos de escravidão... Esta relação social de produção cria as bases para o nosso racismo estrutural que se perpetua até hoje e organiza uma das fraturas mais importantes da nossa sociedade.

O Brasil é um país cuja abolição tardia (1888) foi precedida pela "Lei de Terras" (1850), determinante para a concentração de terras como padrão fundiário, o que também revela o DNA das nossas elites: não dar chance ao escravizado liberado ter acesso à terra... Traço que marca o Brasil contemporâneo. Ali fica nítida a opção estratégica por uma estrutura fundiária concentrada, que resiste e se reforça.

O século 20, no entanto, marca uma mudança econômica importante: o Brasil deixa de ser uma economia primária exportadora para ser uma economia industrial (e assim, um país rural se transforma num país urbano). E consegue, tanto que chega, nos anos 80, como a oitava base industrial do mundo. Isso com uma mudança importante: ao invés de olhar, prioritariamente, para o mercado externo, passa a valorizar o mercado interno.

O projeto de industrialização que Vargas patrocinou embutia essa tentativa de mudança importante, mas, logo depois, nos anos JK, se entrega nosso mercado interno e se estimula a importação de tecnologia... Isso para fazer os "50 anos, em cinco". Um exemplo é o da indústria automotiva, que, para se expandir rapidamente, faz um acordo: as montadoras são estrangeiras e a indústria de autopeças é brasileira. O mercado é brasileiro (para as grandes produtoras mundiais) e a tecnologia vem do pacote.

Um Brasil industrial, que chega a se inscrever no rol das grandes potências industriais, mas que não consegue se libertar da velha marca central herdada: a dependência externa.

Nos anos 90, a situação piora. O governo Collor deixa dois legados: primeiro, uma maior abertura comercial, construída, de novo, como processo submisso; e segundo, o engate do Brasil no rentismo (quando o governo abriu a nossa conta de capital, novamente, de forma submissa ao movimento rentista que já guiava a economia mundial).

Fernando Henrique Cardoso, em meados dos noventa, dá uma contribuição importante ao nosso modelo de desenvolvimento, quando aprova a Lei de Patente, e reconhece pipeline.

Eu nunca vou esquecer aquela foto na Folha de São Paulo: nosso presidente ao lado do secretário de Estado Americano, no Gabinete Presidencial, no dia da votação no Congresso da Lei da Patente (com aprovação de patentes pipeline, mecanismo para reconhecimento de patentes estrangeiras no território nacional, com o propósito de proteger a propriedade intelectual dos detentores estrangeiros de patente industrial). Com ele, a aprovação do Instituto Nacional de Patentes Industriais (INPI) é apenas formal. E, por exemplo, a indústria farmacêutica estrangeira e oligopolista agradeceu.

Portanto, essa é uma herança importante, que dialoga sempre com o que foi dito antes: nossa dificuldade de gerar o pensamento nacional e uma tecnologia nacional.

No século 21, como já foi dito aqui, já no final dos governos militares, o Brasil vai, gradualmente, impulsionando a ocupação do oeste, comandado pelo agronegócio. É como se a matriz inicial de

um Brasil primário exportador estivesse ali, latente, e ela encontra espaço em um território ainda pouco ocupado. E o faz sob o patrocínio do nosso Estado nacional e o apoio firme da Embrapa. Mas, de novo, nossa herança estrutural: o país é um grande produtor, reconhecido internacionalmente pela sua avançada tecnologia de produção, mas dependente de insumos importados e de máquinas importadas.

Portanto, a permanência desse traço histórico é muito importante, mesmo no movimento de fortalecimento do agronegócio. E ele se dá em paralelo ao movimento de fragilização da indústria nacional.

Assim, como economista, aposto — em acordo com a análise anterior feita por Roberto Amaral com foco na dimensão política — que, na economia, há uma raiz de dependência da qual o país não consegue se libertar. Embora existam resistências, eu acho que, por exemplo, a defesa da indústria nacional junto com a tentativa de montagem do Estado nacional da era Vargas e a criação da Petrobras, da CSN, da Vale do Rio Doce, da Eletrobras (que absorveu a CHESF), todas, salvo a Petrobras, foram entregues ao setor privado transnacional.

Nesse contexto, foi importante a resistência observada nos governos Lula, ao lado da inserção ativa do Brasil nos BRICS. Não podemos negar, portanto, os momentos em que o Brasil tentou construir alguma coisa mais descolada dessa dependência estrutural.

Por fim, destaco que existe uma dimensão que nós economistas valorizamos pouco: a dimensão da cultura. É nela que vou buscar minha esperança, na qual percebo que existe uma resistência

mais consistente à submissão estrangeira: um germe de uma nação brasileira.

Quando se observa a produção cultural brasileira, verifica-se que há uma resistência importante ao modelo dominante, e sem xenofobias... O que nos faz lembrar de Ariano Suassuna, para não recorrer a nenhum economista.

Ele dividia a sociedade brasileira em: andar de cima e andar de baixo. E dizia que no "andar de baixo" estava o sentimento de pertencimento a um território e de articulação entre pessoas de várias formações, inclusive os povos originários (por sinal, ocultados pela sociedade herdeira da colonização). A dimensão e a força dos povos originários reaparecem, agora, em avanços da luta dos povos indígenas, por exemplo, para sobreviver aos ataques que têm ocorrido permanentemente.

Esse "andar de baixo" é o germe da nação brasileira e ela solda isso na produção cultural: produção rica, diversa e nacional. Ela é internacional, mas não é estrangeira, como destacou um dos nossos principais criadores de cultura, Gilberto Gil.

É na cultura que o país não deixa que seja só estrangeira: ela é nacional e chega ao internacional, dialoga com o internacional, mas não se sujeita a ele. É uma das marcas do Brasil! No mundo somos reconhecidos pela força da nossa cultura.

E ele falava do "andar de cima", que é constituído por grande parte das nossas elites empresariais, das nossas elites técnicas, das nossas elites militares, das nossas elites acadêmicas (o que, aliás, tem a ver com essa reflexão aplicada ao desenvolvimento da ciência e tecnologia).

Existe uma marca no “andar de cima”, que Ariano dizia ser da submissão cultural. Ele contava o caso de um jantar em que ele foi, no Rio de Janeiro, e a dona da mansão perguntou se ele tinha ido à Disney, e quando ele disse que não, ela ficou escandalizada: como você nunca foi à Disney? E ele respondeu: nunca fui nem nunca irei.

Essa atração pelos Estados Unidos, essa atração por Miami (que, aliás, não representa a diversidade dos Estados Unidos) é muito forte em grande parte de nossas elites. Para elas, por exemplo, é sinal de sucesso e de prestígio ter uma casa em Miami (e, agora, também, casa em Portugal, voltando para quem foi o fundador da nossa colônia).

Ariano raciocinava com a cabeça do nosso povo: dos que tem os pés fincados no Brasil e geram a produção de valores e de cultura que são brasileiras e que são capazes de dialogar com o estrangeiro e com outra parte de nossas elites.

Como foi dito por Roberto Amaral, a produção da indústria e a produção de conhecimento e, no século 21, cada vez mais a produção de conhecimento, fazem da universidade um lugar de disputa muito importante para se poder construir algo de nacional. Embora a universidade também ainda esteja muito atrelada aos valores externos (por exemplo: nos nossos cursos de pós-graduação vale mais quem publica um artigo numa revista estrangeira do que quem apoia, com base no conhecimento, uma transformação técnica e social relevante no Brasil).

Valorizamos mais a pesquisa (o que é uma coisa importante), mas desvalorizamos a extensão. E não é preciso fazer isso: para valorizar uma não precisa desconsiderar a outra.

Portanto, concordo com Roberto Amaral que um dos desafios da construção da nossa nacionalidade é a “estrutura do aparato produtor de ciência e tecnologia” comprometido com valores e desafios nacionais.

Para finalizar, destaco alguns debates que estamos fazendo hoje sobre a universidade no país. Elas cresceram, se expandiram, se interiorizaram: e este é um capital novo que o Brasil tem.

As universidades, antes excessivamente muito concentradas no Sudeste ou no litoral de outras regiões, agora adentraram o país. Portanto, hoje o país tem um lastro importante, disseminado no Brasil. E o país também está discutindo sua reindustrialização. Em tempos de profunda transformação da base técnica mundial, em especial com a passagem para a era digital. E em tempos de crise ambiental.

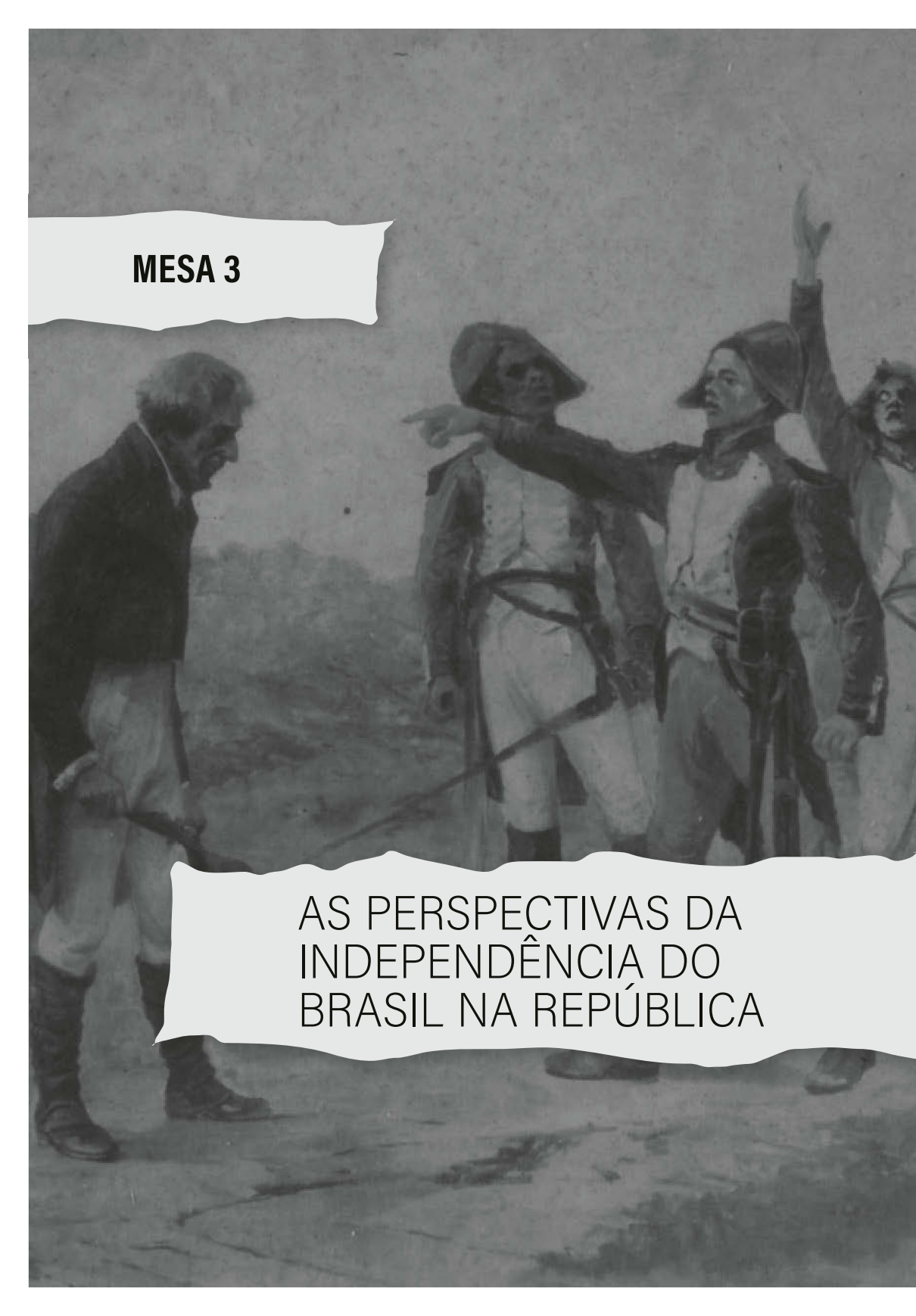
E o projeto da reindustrialização interessa muito para quem tem essa preocupação com o excesso de dependência externa.

Aí, eu vejo uma “luz no fim do túnel”, que é a discussão do Complexo Econômico e Industrial da Saúde, inserida no debate sobre a reindustrialização.

Um sistema como SUS tem um grande potencial para transformar sua demanda em oferta de produtos industriais fabricados no Brasil, apesar da normal resistência da indústria farmacêutica, que tem muita força no mundo e no Brasil. Não é à toa que a nossa ministra da Saúde está na vitrine, sendo questionada aqui e acolá. Vem da Fiocruz, onde se construíram as bases da proposta do Complexo Econômico da Saúde e da defesa do enorme potencial que o Brasil tem para refundar as bases de sua indústria.

Indo pela cultura, pela indústria, o Brasil poderia ver alguma luz no fim do túnel, considerando o que Roberto Amaral falou. Mas fundamental é a educação. Inclusive a educação popular e a educação política.

Elas não estão, infelizmente, na agenda prioritária do país. Há muita gente falando nisso, mas continua sendo para mim uma das nossas fragilidades, tanto que o país avança em políticas que são centrais no combate à desigualdade, mas isso tem sido insuficiente para ampliar a consciência da população sobre seus direitos e sobre o padrão de desigualdade herdado e prevalecente no Brasil.



MESA 3

AS PERSPECTIVAS DA
INDEPENDÊNCIA DO
BRASIL NA REPÚBLICA

O outro lado da Independência do Brasil

Claudete Maria Miranda Dias⁴⁴

“A história precisa ser reescrita a cada geração, porque embora o passado não mude, o presente se modifica; cada geração formula novas perguntas ao passado e encontra novas áreas de simpatia à medida que revive distintos aspectos das experiências de suas predecessoras”.

(HILL, Christopher, 1987, p. 32)

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Estudos Políticos - IBEP, em parceria com a Comissão Especial Curadora do Senado para os 200 anos da Independência do Brasil e apoio do Clube de Engenharia, realizou um evento comemorativo do Bicentenário da Independência com o objetivo de “debater o percurso narrativo sobre o longo e complexo

44 Claudete Maria Miranda Dias – Historiadora, Professora da UFRJ e UFPI.

processo histórico que conduziu à Independência do Brasil, com suas diferenças regionais, diversidades e conflitos”.

O evento, em formato híbrido, foi organizado em três mesas temáticas, das quais participei da terceira, como debatedora, abordando a seguinte temática: “As perspectivas da Independência do Brasil República”, a convite do prof. dr. Lincoln Penna, coordenador da Comissão Organizadora do Bicentenário da Independência.

Esse evento se somou a outros tantos em várias partes do Brasil, com o objetivo de discutir ideias e aprofundar as muitas questões para esses tempos de crise, como assinalou João Pedro Stédile, líder do MST, um dos participantes dessa mesa temática, que levantou “a necessidade da discussão em torno de um projeto popular para o Brasil, a partir dos graves problemas, alguns causados pelos 400 anos de escravidão, como as desigualdades sociais, a pobreza crônica, a crise nas cidades, a degradação da cultura e do meio ambiente”. De acordo com Stédile, nos últimos 40 anos, mais de 180 milhões de quilômetros quadrados de florestas foram derrubadas, e ao longo de 100 anos de industrialização, totalmente submetida ao grande capital, o Brasil continua dependente do capitalismo imperialista norte-americano, atualmente em crise.

As palavras de Stédile se coadunam com a do outro expositor, Márcio Pochmann, presidente do Instituto Lula, que alerta para os vários problemas estruturais da sociedade brasileira e da frágil democracia, “cujo sistema político se mantém injusto por ser manipulado pelo poder dos ricos e poderosos grupos, como os ruralistas, que elegem parlamentares para defender seus interesses e causas, sendo a maioria no Congresso Nacional”! Enfim, um Estado a serviço e

sequestrado por 1% dos donos do grande capital e que controlam o Banco Central, como afirmou Stédile.

Para ambos, falta na sociedade brasileira, tanto entre as lideranças e partidos políticos, a consciência sobre a necessidade de um projeto de Brasil para aglutinar propostas que resolvam os problemas da sociedade (como o bem-estar social), mas que não basta ter bens materiais, é preciso avançar na obtenção de cultura, lazer e arte.

Nas palavras de Stédile, em termos econômicos, esse projeto de país precisa se apoiar em alguns pilares fundamentais, como: reindustrializar o país; desenvolver uma agroecologia para produzir alimentos sem agrotóxicos; e um Estado democrático forte, capaz de comandar a economia; e para enfrentar essa crise e derrotar o projeto capitalista, é preciso uma unidade dos países latino-americanos.

Na avaliação do líder do MST, não basta só ter boas ideias, é preciso que haja grandes manifestações de massa para edificar um grande projeto de construção nacional.

E por fim, uma classe trabalhadora organizada e com consciência da necessidade de um projeto de nação, que, de acordo com nossas pesquisas de mestrado e doutorado, esteve presente, exatamente, durante o processo de lutas pela independência do Brasil, quando foi “abortado” pelo Grito do Ipiranga — em 7 de setembro de 1822, pelo príncipe Pedro de Orleans e Bragança —, que proclamou a Independência “à revelia do povo”, como afirma o historiador Caio Prado Junior. Para ele, o príncipe Pedro, com esse gesto, se antecipou às numerosas manifestações por todo o Brasil e impediu que o país se tornasse uma República, a exemplo de todas as ex-colônias latino-americanas, garantindo a manutenção

do sistema monárquico, que adiou o projeto de nação brasileira ao manter a mesma estrutura colonial — a escravidão —, bem como os latifúndios agrários.

O Estado nacional se forma com características elitistas e autoritárias: baseado nas oligarquias rurais, eleições censitárias, além da repressão às manifestações sociais, e da outorga (ou decretação) da primeira Constituição brasileira, após a dissolução da Assembleia Legislativa, pelo imperador Pedro I, com poderes absolutistas, ao criar um quarto poder, o Moderador, além dos representativos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.

Algumas reflexões em torno do longo, penoso e violento processo de lutas pela independência do Brasil.

A Independência do Brasil não se resume a uma data ou ato praticado por essa ou aquela autoridade, mito ou herói. Ao contrário, foi um longo processo, penoso e violento, em todo o Brasil, com inúmeras manifestações, lutas da população, mas controladas por mecanismos e instrumentos utilizados pelos ricos grupos econômicos — poderosos políticos do Brasil e aristocratas portugueses — para garantir uma monarquia, a escravidão, a grande propriedade e os privilégios.

Esse longo processo se estendeu do final do século 18 (1789) até meados do 19 (1850), sendo 1789 o ponto de partida, por indicar o marco inicial das manifestações pela independência do Brasil no contexto de profundas transformações mundiais, devido, sobretudo,

às revoluções liberais, como a francesa. O limite estabelecido em 1850 marca o final de um período de acontecimentos e o surgimento de uma nova ordem social, com a extinção do tráfico de africanos e a criação da Lei de Terras, e é reprimido o último movimento rebelde, a “Praieira”, em Pernambuco, quando, então, se consolida a monarquia constitucional e censitária.

O processo de independência do Brasil faz parte de um campo histórico com características e circunstâncias expressivas, sendo possível reuni-las em uma cadeia. Nela se encontram em atuação forças com as mesmas dimensões daquelas verificadas em outras partes do mundo, no cenário histórico revolucionário do final do século 18 a meados do 19, no qual se insere a crise do sistema colonial nas colônias do continente americano e o processo de independência do Brasil.

O historiador inglês Eric Hobsbawm denominou essa época de “Era das Revoluções”, geradora de uma “onda revolucionária” que percorreu o mundo, e Fernando Novais, historiador brasileiro, definiu de “o grande ciclo das revoluções liberais” ou burguesas. Ele foi delimitado a partir da independência das colônias inglesas, na América do Norte (1776), que se estendeu pela Revolução Francesa (1789), Revolução Industrial Inglesa (1798), e se prolongou até 1848, com a divulgação dos 18 de Brumário, de Karl Marx e F. Engels.

O Brasil se insere nesse contexto de inquietações sociais e de crises econômicas mundiais com efeitos e repercussão, uma vez que foi no quadro desse processo global que o país “começou a receber o impacto das grandes transformações que ocorriam no cenário internacional”, que alcançou as Américas. A participação popular nos movimentos de independência pode ser encontrada nos mais

diferentes países, como na ação dos escravos haitianos que ascenderam ao poder e no caso excepcional nas Antilhas espanholas, onde a burguesia, em pleno desenvolvimento, recusou-se a romper os laços com a metrópole. A massa de nativos (mestiços, negros e brancos) forma o quadro da composição dos movimentos sociais pela independência de diferentes países, como Cuba, Saint-Domingues, Venezuela, Paraguai, Peru, México e outros.

As lutas pela independência do Brasil, ocorridas no âmbito da crise do sistema colonial, inserem-se nesse contexto da “Era das Revoluções”, a exemplo do processo de independência das demais colônias latino-americanas, da formação dos Estados nacionais e do estabelecimento da primeira república negra do mundo, no Haiti.

A fragmentação política da América colonial e a unidade brasileira – mantida em torno de um príncipe português – foram resultados das reais circunstâncias que fizeram a primeira se esfacelar e a segunda se manter unida. As novas ideias e os embates sociais foram, de fato, influenciados, nesse outro lado do mundo, pela onda de liberdade que vinha da nova república norte-americana e do Velho Mundo.

Ao seguir as trilhas abertas pela historiografia brasileira e pelas fontes documentais, desvendam-se as lutas em vários pontos do Brasil, com a participação de diversos setores sociais: de pobres sertanejos aos ricos proprietários, que lutaram para pôr fim ao domínio colonial, conquistado com muitos combates e ataques sangrentos entre brasileiros e portugueses, que resultaram em prisões e mortes, a exemplo do que ocorreu no Maranhão, Pará, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí e Bahia. Inúmeras revoltas, insurreições e rebeliões da população livre, pobre, mestiça e a escrava foram violentamente

reprimidas por um eficaz aparato armado que garantiu a vitória do projeto de independência e a instalação da monarquia constitucional, defendida pelos poderosos políticos e ricos grupos econômicos (comerciantes, proprietários de terras e de escravos e a aristocracia), impedindo a República e sufocando qualquer manifestação popular.

Com a ascensão desses setores a todas as instâncias do governo independente, se instauraram mecanismos de controle da população para garantir a independência de acordo com seus interesses.

Esses mecanismos de controle significaram a aniquilação das manifestações por meio da coerção, força, intimidação e violência. Com a justificativa de defender a ordem, a tranquilidade pública e garantir o projeto de independência, defendido por esses grupos, um eficaz aparato armado foi montado com vários tipos de tropas, além de uma legislação rigorosa e de prisões de lideranças. Essas lideranças foram originadas das camadas populares, que, em certa medida, agiram com autonomia e objetivos próprios nessas manifestações, ao contrário de serem um mero instrumento dos setores mais influentes, interessados em garantir suas regalias e privilégios.

O significado da Independência para os grupos populares passava pelo discernimento de ser brasileiro, diferente de ser português, o desejo de expulsar o elemento estrangeiro e a liberdade de poder conduzir os próprios interesses, sem a opressão colonial.

O anseio para pôr um fim ao domínio português e expulsar o elemento estrangeiro, que significava opressão e escravidão, bem como o sentimento de repúdio aos portugueses ou europeus uniram a população – numa composição social heterogênea – em torno do sentido de ser brasileiro – um embrião de nacionalidade.

Diante dessa complexa conjuntura e da diversidade da composição social nas lutas, a Independência do Brasil se apresentava com diferentes significados e diversas tendências.

Para os ricos proprietários e comerciantes, representava a efetivação de uma monarquia com o príncipe Pedro e o livre comércio, sem romper com Portugal, pelo contrário, seriam mantidas as cordiais relações políticas e sociais; para a massa da população, significava aversão aos portugueses ou europeus e sua retirada do Brasil, a organização de um governo republicano e a liberdade de poder conduzir seus próprios interesses e ter direito à cidadania.

Com a antecipação da Independência, marcada pelo Grito do Ipiranga, os interessados na monarquia são beneficiados, e as próprias lideranças que defendiam a República aceitaram a independência proclamada pelo príncipe Pedro, por garantir os interesses dos comerciantes, proprietários de terras e escravocratas, ansiosos por mudanças favoráveis a elas. Os ideais republicanos foram sobrepostos pelos monárquicos.

O poder foi totalmente assumido, em todo o Brasil, pelos ricos fazendeiros e comerciantes, as grandes famílias proprietárias de terras e de escravos, os grupos sociais dominantes, ou seja, a oligarquia rural.

A partir do momento em que pressentiram que a independência era irreversível, aproveitaram a oportunidade para se afirmarem no poder e assegurar seus interesses e privilégios, apoiando a Independência proclamada pelo príncipe Pedro, com o receio de que a massa "ignorante e alienada" tomasse as rédeas do processo.

Essa massa anônima ou “multidão sem rosto” foi ludibriada e marginalizada após a oficialização da Independência, garantida por meio da força de um aparato repressor, organizado em torno de uma legislação, formação de tropas armadas recrutadas e de prisões, uma vez que essa população representava uma ameaça ao projeto de independência que interessava aos ricos grupos econômicos e políticos, ao clero e aos militares.

Uma breve conclusão

Durante muito tempo, a historiografia brasileira negligenciou o papel da população no processo histórico, como se ela fosse apenas uma “multidão sem rosto”. Por isso, a reinterpretação se faz necessária. Através do diálogo com a historiografia e as fontes, revela-se um processo de lutas pela independência do Brasil muito mais complexo do que se conhece. Com base na confrontação, análise e interpretação, é possível identificar as aspirações, níveis, tipos e formas de luta da população, mesmo que se considere a dificuldade para encontrar nessas fontes (em geral oficiais) a origem social daqueles que se envolveram nas manifestações e lutas pela independência do Brasil.

No tratamento de uma questão dessa natureza, impõe-se esse diálogo, sendo impossível não polemizar em alguns aspectos, revelando-se novos fatos, expressões linguísticas, narrativas e relatos dos inúmeros episódios, fundamentais para uma compreensão da conjuntura brasileira da época, bem como das ideias e pensamentos políticos do período, na Europa e no Brasil. Ao mesmo tempo, abrem-se trilhas por onde percorrer e a perspectiva para novas

abordagens, o que possibilita lançar inúmeras questões sobre: a participação popular; formas de lutas; de expressão; aspirações; o papel das lideranças populares que representavam uma ameaça por praticarem atos contrários ao projeto dos ricos e poderosos grupos econômicos e políticos. Os comerciantes, fazendeiros, escravistas e aristocracia favoreceram a concretização da Independência do Brasil de acordo com os interesses desses setores ricos e poderosos, e contribuíram para o obscurecimento das lutas e resistência da população, se prolongando por todo o processo histórico, o que favoreceu a formação de uma sociedade autoritária, elitista e a subordinação da população brasileira!

Em 2022, quando se completaram 200 anos da proclamação da Independência, ficou evidente que o Brasil apenas conquistou a emancipação política e administrativa de Portugal e se tornou a única monarquia da América republicana, adiando o projeto de nação e a nascente brasilidade.

Referências:

Fontes:

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Documentos sobre a Independência do Brasil, caixa 740.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos. Documentos para a História da Independência, v. 1.

Bibliografia:

COSTA, Emília Viotti. Da Monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

DIAS, Claudete Maria Miranda. Balaíos e Bem-te-vis: a guerrilha sertaneja. 3ª. ed. Coleção Nordestina. Teresina: EDUFPI, 2014.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HILL, Christopher. O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. Tradução e apresentação de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

HOBSBAWM, Eric J. A era das revoluções: Europa 1789-1848. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marco Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

KRANTZ, Frederick (Org.). A outra história: algumas reflexões. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

MOTA, Carlos Guilherme, e NOVAIS, Fernando A. A independência do Brasil. São Paulo: Moderna, 1986.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). 1822: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972.

PRADO JR., Caio. Evolução política do Brasil e outros estudos. 11a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RODRIGUES, José Honório. Independência: revolução e contrarrevolução: a evolução política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

RUDÉ, George. A multidão na História. Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730/1848. Tradução Waltenir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

Diante de “desejos de gozar de sua liberdade”: notas sobre cultura política no Brasil Escravista, c. XIX

Flávio Gomes e Marcus Vinicius Teixeira dos Anjos¹

Experimentando liberdades

Em 1818, interessantes avaliações apareceram nos escritos do intendente de polícia da Corte do Rio de Janeiro, Paulo Fernandes Viana. Em correspondência a Thomaz Antônio de Vilanova Portugal, comentava sobre a petição de Damásio Dias, cativo de José Ignácio Vaz Vieira. O cativo solicitava intervenção das autoridades, visando garantir o que considerava seu “direito” de alforria. O intendente de polícia alertou:

“O suplicante nem alega bons serviços, nem sevícias. Tem desejos de gozar de sua liberdade. E qual será o escravo que não deseje? Mas qual será também o exemplo que resulte aos muitos escravos que o mesmo seu Senhor tem e os mais, que não podem passar sem eles no Brasil? Por um instinto natural todos

1 Flávio Gomes – professor da UFRJ e pesquisador do CNPq. Marcus Vinicius Teixeira dos Anjos – Doutorando em História Comparada do Instituto de História da UFRJ.

recorrerão á clemência de Sua Majestade, todos os dias El Rei Nosso Senhor verá em torno de si montão de tais pretendentes, e a ideia que irão concebendo (para o que não são brutos) de que Sua Majestade protege a sua causa, os fará arredar dos serviços de seus senhores para serem pretendentes de sua liberdade, e desenganados de a não conseguirem, se desviarão de tornar a casa e serviços dos seus senhores, e aí se tornam fugitivos, salteadores de estradas e inimigos mais perigosos dos senhores”.²

Dois anos antes, o mesmo intendente Viana fazia comentários expressos quando da apresentação de um “plano de melhoramentos geral do estabelecimento da Polícia do Reino do Brasil”. Uma das suas preocupações era a entrada de estrangeiros. Temia não só “franceses” como o espírito de insurgência que vinha da América espanhola. Dizia em 1816:

“se lembrar de fazer algum projeto que nos inquiete ou seja diretamente em qualquer porto do Brasil ou indiretamente pelo serviço que vão tomando com os espanhóis insurgentes? Não é muito provável que não tendo eles exércitos procurem seduzir os povos das nossas Costas para quererem o seu Chefe, que procurem arrebatá-lo de toda a vigilância para ver se nelas é mais bem recebido principalmente tendo sabido, e de certo com exageração, que tem havido espírito insubordinado na escravatura [...]?”

2 Arquivo Nacional, GIFL, Documentação Identificada, Pacote 6J, maço 80, Ofício de 17 de dezembro de 1818.

Enfatizava que o extenso litoral brasileiro oferecia perigos na “introdução de estrangeiros”, mais ainda porque “a nossa população é de pretos escravos talvez dez vezes maior que o número de brancos, e por isso mesmo mais fácil e mais propensa a ser seduzida e que exige mais Polícia”.³ Talvez seja possível considerar as perspectivas de “infrapolítica” nos termos de James Scott⁴. Outro caminho é seguir trajetórias. Começamos pelo liberto Delfino, que, nascido no Brasil no final do século 18, havia sido cativo na fazenda Quissamã, e vai, em 1826, dirigir uma petição à Câmara dos Deputados, reclamando de estar em “prisão ilegal”, sem processo ou culpa formalizada.

O direito de os cidadãos peticionarem diretamente à Câmara era uma das garantias da Constituição outorgada em 1824. Foram vários os particulares (incluindo pequenos lavradores e proprietários) que fizeram isso na década de 1820. Mas provavelmente, a petição de Delfino, morador em Campos dos Goytacazes, então sob a jurisdição da Província do Espírito Santo, era uma novidade. Seu requerimento chegou ao Congresso em julho de 1826 e, através dele, Delfino denunciava a fragilidade da liberdade dos forros, quando esta se opunha à segurança das elites senhoriais.

A Fazenda Quissamã era objeto de disputas acerbadas entre os herdeiros de João Antônio de Barcellos Coutinho, assassinado, em 1825, com 42 anos. Constava que João Antônio tivera cinco filhos, sendo quatro com as escravizadas Feliciano Joaquina e Paulina, todos

3 Arquivo Nacional, GIF, Documentação Identificada, Pacote 6J, maço 83, Ofício de 24 de novembro de 1816.

4 Ver: SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Lisboa/Fortaleza: Livraria Letra Livre/Plebeu Gabinete de Leitura, 2013.

alforriados na pia batismal, e seu futuro herdeiro João Batista, com a forra Anastácia Ferreira. No entanto, os parentes colaterais do falecido João Antônio, liderados por seu primo, coronel João Carneiro da Silva, assumiram a administração da fazenda e por algum motivo mandaram prender Delfino, que foi enviado para a Corte e encarcerado por ordem do juízo de bairro da Sé e de São José.

A petição de Delfino destacava que “o suplicante como liberto é um cidadão, não pode ser preso, e muito mais continuar em existir na prisão”. Dando início a um longo debate, que mobilizaria, de um lado, as sentinelas da liberdade, e de outro, os defensores da propriedade. Antes mesmo de se julgar o mérito da prisão ilegal de Delfino, a questão a ser discutida era sobre sua condição de liberto, ou ainda, o seu direito à cidadania. Caso o contrário, era tão somente um cativo e, portanto, uma propriedade. Os deputados José da Cruz Ferreira, Antônio da Silva Telles e Antônio Augusto da Silva foram indicados para elaborar um parecer à Comissão de Legislação e de Justiça Civil e Criminal da Câmara.

O parecer só foi lido no plenário em maio de 1827, qual seja, passado quase um ano. Não se avançou muito numa decisão final, embora a soltura, o relaxamento de prisão e um novo encarceramento tenham sido discutidos. Em pleno alvorecer de um Brasil independente, não mais colonial, e num debate liberal de políticos e intelectuais que vão formular a base do Estado nacional, a liberdade era algo precário para ser demonstrada e provada para a população negra, principalmente aquela que tinha sido escravizada e agora estava liberta por alforria. Em tese, pela Constituição de 1824, o liberto Delfino podia estar incluso entre os “cidadãos brasileiros”. Na prática, era um negro, podendo estar associado à escravidão ou sob

“suspeição generalizada”. Além de tudo, podia ser uma propriedade, algo que a Constituição e os juristas da época estavam comprometidos em proteger e legitimar⁵.

Também rumores, indícios e fantasias são reveladores⁶. O negro Argoins ou Agoins é um personagem enigmático. Existiu? Ou foi apenas fruto da imaginação, figura de escritos em panfletos de propaganda política? Notícias sobre ele foram publicadas pela Revista do Arquivo Mineiro, em 1900⁷. Na verdade, fragmentos de panfletos. Em 19 de agosto de 1821, os jornais de Lisboa publicavam sobre “uma revolução entre pretos” em Minas Gerais: revolta que teria custado “muito sangue aos pretos e brancos” caso eclodisse. Os revoltosos tinham planos para controlar toda a Vila Rica. Entre denúncias e rumores — tudo muito aumentado numa época difícil — a publicação

-
- 5 Ver: CAMPOS, Adriana Pereira & MOTTA, Kátia Sausen. “IMPERFECTA LIBERTATE: Petição ao Congresso brasileiro do liberto Delfino (1826). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, volume 467, 2015, pp. 289-304; CAMPOS, Adriana Pereira & MOTTA, Kátia Sausen. “Escravo até prove-se o contrário: petição do liberto Delfino à Câmara dos Deputados (1826)”. In: CAMPOS, Adriana Pereira; SILVA, Gilvan Ventura da; MOTTA, Kátia Sausen da. (Org.). O espelho negro de uma nação: a África e sua importância na formação do Brasil. Vitória: EdUFES, 2019, p. 141-158. LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Org.). Direitos e justiça no Brasil. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2006 e PEREIRA, Vantuil. Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial Brasileiro (1822-1831). São Paulo: Alameda, 2010.
- 6 Ver: GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: Mitos Emblemas Sinais: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.143-179.
- 7 Com bases em fontes secundárias e transcrições do final do século 19, este episódio foi apresentado inicialmente nas obras de: GOULART, José Alípio. Da Fuga ao Suicídio (aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil). Rio de Janeiro: Conquista, 1972; e MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala. Quilombos, insurreições e guerrilhas*. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

no Diário Lisboaeta mencionava que ideias de liberdade tinham se espalhado e persuadido os “pretos”, sugerindo que “todos são iguais aos brancos”. Inúmeros escravizados que trabalhavam nas lavagens de ouro estariam prontos para “proclamar a Constituição”. Com muito pânico se espalhava que teriam apoio dos indígenas das regiões próximas. Havia também muitos libertos e negros livres — donos de datas de exploração aurífera — que iam aderir ao movimento.

A principal acusação de liderança — o “chefe supremo” — recaiu sobre o “preto Argoins”. Houve quem o tivesse presenciado declarar que em “Portugal proclamou-se a Constituição que nos iguala aos brancos”. Informações em libretos — sobre os britânicos e tensões na Europa — estavam chegando às lavagens auríferas de Sabará até o Jequitinhonha. Vale lembrar que mais de três décadas antes — em 1789 —, levantes fiscais preocuparam autoridades, gerando prisões, julgamentos e execuções. Ao depor no processo de Revolta Fiscal — conhecido posteriormente como Inconfidência Mineira — em 1789, José Álvares Maciel Filho já destacara que “sendo o número de homens pretos e escravatura do país muito superior ao branco, toda e qualquer revolução que aqueles pressentissem nestes, seria decerto motivo para que eles mesmo se rebelassem”. De fato, Minas Gerais estava repleta não só de escravizados, mas de uma população negra livre considerável. Entre 1799 e 1801, cerca de quase 10% dos proprietários, entre as localidades de Vila Rica e Serro — eram de forros, sendo que mais de 18% destes possuíam de

três a seis cativos. Aproximadamente 60% dos libertos proprietários possuíam apenas um escravizado⁸.

Em Minas Gerais — contexto da Revolução do Porto (1820) — ampliaram-se temores de distúrbios anticoloniais diante de episódios de críticas fiscais ou de insubordinação de escravizados. Além disso, a revolução liberal em Lisboa gerou expectativas do retorno de Dom João VI à Europa, sem falar das repercussões das eleições para as Juntas Provisórias em 1821. Panfletos produzidos em Portugal tinham influenciado rumores, chegando às regiões de Caeté, Pitangui, Tamanduá e Baependi. Na linguagem dos mesmos panfletos eram comuns as especulações de desprezo raciais evocados nos debates sobre descolonização⁹.

No contexto da Independência no Brasil, percepções políticas diversas foram ativadas e tais temores, certamente com outros significados, retornariam com força total. Como destacou João Reis para Salvador, temia-se não só a participação de escravos, africanos, crioulos e libertos, como falava-se da existência — naqueles debates políticos — de um “partido português”, de um “partido brasileiro” e de um “partido dos negros e das pessoas de cor”.¹⁰ Este último era

8 Cf. COSTA, Iraci Del Nero da & LUNA, Francisco Vidal. “A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos”. Separata da Revista Ciência e Cultura, volume 32, número 7, 1980, p. 836-841.

9 Ver: CARVALHO, José Murilo: BASTOS, Lúcia & BASILE, Marcelo (Org.) Às Armas, cidadãos! Panfletos manuscritos da Independência do Brasil (1820-1823). São Paulo, Belo Horizonte: Editora UFMG, Cia. Das Letras, 2012.

10 Cf. REIS, João José. “O jogo duro do Dois de Julho: O ‘Partido Negro’ na Independência da Bahia”. In: REIS, João José & SILVA, Eduardo. Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

o “mais perigoso, pois tratava-se do mais forte numericamente” e seus partidários viam “com prazer e com esperanças criminosas as dissensões existentes entre os brancos”. Tal avaliação era, na verdade, de um informante francês enviado pela Coroa Portuguesa, entre 1823 e 1824. Preocupava-se com panfletos e papéis “sediciosos” lidos pela população negra livre. Alertava: “todos os brasileiros, e, sobretudo os brancos, não percebem suficientemente que é tempo de se fechar a porta aos debates políticos, às discussões constitucionais?” De outro modo “se continuam a falar dos direitos dos homens, de igualdade, terminar-se-á por pronunciar a palavra fatal: liberdade, terrível e que tem muito mais força num país de escravos do que em qualquer outra parte”. E em tom quase profético definiria aquela situação: “toda a revolução acabará no Brasil como o levante dos escravos, que, quebrando suas algemas, incendiarão as cidades, os campos e as plantações, massacrando os brancos e fazendo deste magnífico império do Brasil uma deplorável réplica da brilhante colônia de São Domingos”.¹¹ Na mesma ocasião, um credenciado — e não menos amedrontado — observador, o almirante francês Barão Albert Roussin, em estadia na Bahia, diagnosticou: “não somente os brasileiros

11 Para as repercussões do Haiti no Brasil, ver: GOMES, Flávio. “Experiências transatlânticas e significados locais: ideias, temores e narrativas em torno do Haiti no Brasil Escravista”. *Tempo*, Niterói, UFF, número 13, 2002, pp. 209-246; GOMES, Flavio dos Santos e SOARES, Carlos Eugênio. “Sedições, haitianismo e conexões no Brasil: outras margens do atlântico negro”. *Novos Estudos*. CE-BRAP, São Paulo, v. 63, p. 131-144, 2002; MOREL, Marco. *A Revolução no Haiti e o Brasil escravista. O que não deve ser dito*. Rio de Janeiro: Paco Editorial, 2018; MOTT, Luiz R. B. “A Revolução dos negros do Haiti e o Brasil”, *História: Questões & Debates*, Curitiba, 3(4), 1982 e In: *Escravidão, Homossexualidade e Demonologia*, São Paulo, Ícone, 1988; REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. “Repercussions of the Haitian Revolution in Brazil, c. 1791-c.1850”. In: GEGGUS, David e FIERING, Norman. (Orgs.). *The World of the Haitian Revolution*. Bloomington: Indiana University Press, 2009, p. 284-313.

livres e crioulos desejam a independência política, mas mesmo os escravos, nascidos no país ou importados há vinte anos, pretendem-se crioulos brasileiros e falam de seus direitos à liberdade”¹².

Possibilidades de Leituras

Consideramos mesmo a emergência de discursos públicos (nunca homogêneos ou com identidades cristalizadas) em arenas políticas mais amplas. Havia muito de expectativas nas primeiras décadas do século 19 — após a separação política — incluindo apropriações inter e intracoloniais. Em termos teóricos, há ainda as dimensões de uma história conectada¹³ revelando universos da política, indo das adaptações conservadoras do ideário liberal que, intermediado por um pensamento francês, chegava à Corte pelas mãos, por exemplo, de livreiros como Pierre Plancher¹⁴; passando pelas expectativas de emancipação, alcançando áreas lusitanas, como Angola¹⁵; pelos ecos das insurgências negras caribenhas (Saint-Domingue no final do

12 Ver as reflexões mais recentes de REIS, João José. “Rebeldia, negociação, desencanto: negros na independência da Bahia”. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, Volume 15, p. 78-102, 2022.

13 Ver: SEIGEL, M. “Beyond compare: comparative method after the transnational turn”. *Radical History Review*, volume 91, p. 62-90, 2005.

14 Cf. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços ...*

15 Cf. GUIZELIN, G. da S. “Província (de) um grande Partido Brasileiro, e mui pequeno o Europeu: a repercussão da Independência do Brasil em Angola (1822-1825)”. *Afro-Ásia*, CEAO, Salvador, número 52, 2015.

século 18 e mesmo de Demerara¹⁶ em 1823) que se transformavam em debates nas páginas dos periódicos fluminenses¹⁷, produzindo ressonâncias desde as cidades portuárias (Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Luís) aos altiplanos das Gerais¹⁸; até a contemplação do abismo das chamadas revoluções regenciais¹⁹.

Para todas as partes das Américas são abundantes os exemplos destas circulações e apropriações. Para Porto Rico, há evidências de ideias, influências e rumores relativos às revoltas caribenhas no final setecentista, particularmente no episódio em torno da conspiração de Aguadilha em 1795. Na Jamaica, também no final do século 18, mais propriamente quando ocorreu a segunda guerra quilombola (maroons) em Trelawny (1797-1796), estando a Inglaterra em guerra com a França. As autoridades coloniais britânicas temiam que agentes franceses entrassem em contato direto com os quilombolas jamaicanos, inoculando “doutrinas revolucionárias”²⁰.

Para o Brasil da década de 30, as revoltas separatistas que ecoavam em várias partes do império ajudaram a aumentar os boatos

16 Ver: COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

17 *Diário do Rio de Janeiro*, 28/12/1826.

18 *O Universal*, 19/01/1827.

19 Cf. MOREL, Marco. *O período das Regências* (1831-1840). Rio de Janeiro, Zahar, 2003, p. 20.

20 Cf. BARALT, Guillermo A., *Esclavos rebeldes. Conspiraciones y sublevaciones de esclavos em Puerto Rico (1795-1873)*, Porto Rico, Edições Hurucan, 1981, p. 13-20; SHERIDAN, Richard. B. “The Maroon of Jamaica, 1730-1830: livelihood, demography and health”. *Slavery & Abolition*, volume 6, número 3, 1985, p. 159.

a respeito das insurreições escravas. O jurista Perdigão Malheiro já havia destacado, no século 19, que os "escravos, descendentes da raça africana, que ainda conservamos, hão por vezes tentado, e ainda tentam, já por deliberação própria, já por instigações de estranhos, quer em crises de conflitos internacionais, quer intestinas, é o vulcão que ameaça constantemente a sociedade, é a mina pronta a fazer explosão à menor centelha"²¹.

Acompanhando a produção historiográfica brasileira, identificam-se inflexões. Nos estudos mais clássicos, a centralidade recaiu sobre os interesses das elites²² econômicas, políticas e intelectuais e sua contribuição na transformação de uma monarquia absolutista em um império liberal e legalista. Quando sob o microscópio, as elites são estudadas em suas movimentações políticas de forma vertical, como determinantes de historicidade²³. Através desse locus se estabelecem métodos, erigem-se temas, definem-se interesses

21 Cf. MALHEIRO, Perdigão, *A Escravidão no Brasil. Ensaio Histórico, Jurídico, Social*, Petrópolis, Vozes/INL, 1976, Volume II, p. 87-102.

22 Em uma definição inicial entendemos a elite, em análise, como aquela que emerge dos conflitos do vintismo português, conforme foi apresentada por KENNEDY, John Norman. "*Bahian Elites, 1750-1822*". *The Hispanic American Historical Review*, volume 53, número 3, 1973, p. 416. Vale ressaltar que Kamen e Ponce Leiva apresentam outras definições para o termo que merecem atenção. Ver: KAMEN, Henry. *Early Modern European Society*. Londres: Routledge, 2000, p. 70-119 e PONCE LEIVA, Pilar. *Certezas ante la incertidumbre: elite y cabildo de Quito em El siglo XVII*. Quito: Abya-Yala, 1998, p. 21-59.

23 Consideramos aqui Certeau: "Há uma historicidade da história que implica o movimento que liga uma prática interpretativa a uma práxis social". Ver: CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.33.

e se constroem questões. Com a produção de silêncios (do) sobre o passado²⁴.

Propomos uma reflexão sobre a polifonia na (da) cultura política do Brasil pós-Independência enquanto dimensões transnacionais, a partir da circulação de ideias e as conexões entre as sociedades coloniais, escravistas e pós-coloniais. Sendo movimentos históricos globais que precisam de ferramentas de análises comparativas, eles extrapolam quaisquer sentidos analíticos enquanto “histórias nacionais”. Ao invés disso, podemos avaliar ambiências plurais, problematizando mais as percepções e protagonistas, do que eventos e lugares²⁵. Além disso, o Atlântico — dimensões euro-africanas nas Américas — pode ser tomado como uma categoria analítica, enquanto espaço histórico múltiplo, permeado de conexões e interações²⁶.

Há a nossa intenção aqui de nos aproximar das perspectivas renovadas na historiografia em correlacionar a formação das culturas políticas (o plural será sempre fundamental em termos teóricos) com a conquista da cidadania. Tem sido possível aprofundar o debate sobre a construção de um “sujeito histórico cidadão” em um Estado monárquico, cuja hegemonia e dominância dependiam apenas do consenso das elites, ao contrário das vizinhas repúblicas americanas, compreendendo que essa formação discursiva, a par de revelar projetos de exclusão social vislumbrados pelas formas

24 Cf. TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Curitiba: Huya, 2016, capítulo 1.

25 Cf. PRADO, Maria Ligia Coelho. “Repensando a História Comparada da América Latina”. *Revista de História*, 153, 2º - 2005, p. 11-33.

26 TOMICH, Dale. “O Atlântico como espaço histórico”. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, número 26, Volume 2, p. 221-240, 2004.

institucionais (símbolos, memórias e narrativas), tendo o condão de emudecer vozes dissidentes e disruptivas, que não necessariamente buscavam de forma ontológica, ascendente e submissa, sua inserção na estrutura estatal dominante, posto que o “habitar as cidades” permite leituras sobrepostas.

Interpretações que vão desde a esfera pública observada em seus múltiplos sentidos por Habermas²⁷, nas primeiras épocas da modernidade ou aquelas estudadas por Morel²⁸, na perspectiva brasileira, no correr do século 19, passando pelo seu indicador inverso, na abordagem de Ivo Coser, quando o “habitar os sertões dos homens pobres livres”, sem propriedade e sem laços de interesse, até o “isolar um espaço próprio”²⁹, oferece um conceito que enfatiza a singularidade da experiência urbana. Num sentido mais amplo, vislumbra-se uma reflexão sobre os processos de constituição da modernidade brasileira e, por extensão, latino-americana, por meio de “processos socioculturais em que estruturas ou práticas, que existiam separadamente, são combinados para gerar novas estruturas, objetos e práticas”³⁰. Entendendo que o estabelecimento dessas conversações horizontais, transnacionais e atlânticas se contrapõe ao conceito

27 Cf. HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1984. p. 9–11 e 17–21.

28 Cf. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos, imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*, São Paulo: Hucitec, 2005.

29 COSER, Ivo. “Civilização e sertão no pensamento social do século XIX”. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 18, n. 44, p. 237-248, Maio/Ago. 2005.

30 Cf. GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 2006, capítulo XIX.

de assincronia (ainda que transitória) ou de apego ao tradicional e resistência ao moderno, apontado pelas análises contemporâneas como presente nos discursos de setores subalternos³¹.

Vários estudos chamaram atenção para a cultura política e as ideias de liberdade dos escravizados em meio aos debates, conflitos, guerras e perspectivas de independência e fim dos laços coloniais nas Américas. Aline Helg avaliou que as expectativas de autonomia e liberação atravessavam percepções dos escravizados e a população negra no primeiro quartel do século 19, quando as ondas de rupturas coloniais e sentimentos autonomistas cruzaram com fugas, deserções e mesmo leituras políticas. A ideia de escravo não mais ("slave no more") surgia em todos os cantos, tanto do medo senhorial, apreensão das autoridades, e avaliações e ações dos escravizados. Podia haver vários modelos, caminhos e ideias de liberdade no interior de ambiências atlânticas sob mares e margens em permanente movimento. Conspirações, denúncias, pânicos e outros registros textuais sugerem isso. Escravizados foram atores e protagonistas, e não passivos cenários de um espetáculo de mimetização de ideias revolucionárias europeias e desejos de setores letrados coloniais europeus.³²

31 Cf. COSER, Ivo. *Idem*.

32 HELG, Aline. *Slave no More. Self-Liberation before Abolitionism in The Americas*. The University of North Carolina Press, 2019, p. 113-138 e 197-218.

No contexto das comemorações do Bicentenário da Independência (1822-2022), os historiadores podem fazer vários caminhos e apostas. Revisões historiográficas, porém, sempre foram escolhas.³³ Afora quaisquer anacronismos, é possível pensar os contextos de tensões, projetos e temores, considerando a marca da escravidão do (no) Brasil, que atravessava séculos. Junto com a população escrava (com maioria africana) havia considerável percentual de população livre negra, incluindo libertos e filhos destes. Para cenários urbanos e litorâneos abundavam estrangeiros — marinheiros, soldados, colonos e prisioneiros de guerra — fazendo explodirem conflitos e expectativas.

33 Consideramos aqui as propostas teóricas de: TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Curitiba: Huya, 2016.

Bicentenário da Independência: o desafio da elaboração de um projeto de Nação

João Pedro Stédile³⁴

O tema mais do que necessário é refletirmos sobre a necessidade de um projeto de país, um projeto popular para o Brasil e acho que a metodologia mais apropriada para nós conversarmos sobre essa necessidade é partirmos dos próprios problemas da sociedade brasileira. A sociedade brasileira vive graves problemas, alguns resultados do seu acúmulo histórico, afinal nós passamos 400 anos como uma sociedade escravocrata colonizada pelo capital mercantil europeu. Depois, passamos cem anos do século 20 tentando industrializar o país e fomos dominados pelo capitalismo Imperial dos Estados Unidos, que transformou a nossa economia, ainda que industrializada, totalmente dependente dos interesses do imperialismo americano. Agora, no século 21, estamos enfrentando, ou estamos imersos numa grave crise do capitalismo mundial, porém, como todos sabemos, as crises também sempre ensinam mudanças, para o bem ou para o mal, e certamente teremos mudanças aqui no Brasil.

Então, isso gerou uma sociedade com gravíssimos problemas. O primeiro deles é a desigualdade social. Não é possível pensarmos

34 João Pedro Stédile – Economista pela Universidade Autônoma do México e integra a Direção Nacional do Movimentos dos Trabalhadores/as Sem Terra (MST)

numa democracia ou construir um bem-estar para todos/as em uma sociedade em que 1% da população tem o controle absoluto do poder econômico, do poder midiático, do poder político. E, do outro lado, nós temos 85% da população que vivem do trabalho e a metade deles estão na faixa da pobreza, que é o nosso segundo grande problema. Pobreza não no sentido discriminatório. Acho inclusive que não devemos nos referir aos trabalhadores como os pobres. Mas, a pobreza a que me refiro aqui é uma sociedade que não consegue produzir os bens fundamentais para toda a população ter alimentos, ter casa digna, ter trabalho, ter terra, ter educação e ter saúde.

Também enfrentamos um problema crônico das nossas cidades, que são vítimas da especulação do capital, que as transformou em um inferno; que não têm transporte, que não têm acesso a bens públicos e a maior parte da população está jogada nas periferias, amontoada sem nenhum acesso à política pública. Estamos vivendo graves problemas em consequência de uma crise ambiental, pela agressão às nossas florestas, pelo uso intensivo de agrotóxico que mata a biodiversidade e mata as pessoas.

Nos últimos 40 anos, segundo o MapBiomass, o capitalismo brasileiro destruiu 180 milhões de hectares de florestas e biomas nativos. Não há paralelo na história da humanidade de que uma sociedade tenha destruído tanto em tão pouco tempo. E isso serviu para quê? Para nada! Algumas empresas acumularam riqueza desses bens da natureza, porém para a sociedade brasileira só ficou o passivo. Passivo da destruição do meio ambiente, das mudanças climáticas e da nossa contribuição inclusive aos problemas de todo o planeta.

Temos também, como problema estrutural que vivemos uma organização econômica totalmente dependente do capital estrangeiro

do ponto de vista tecnológico - a pesquisa e a tecnologia foram abandonadas. Nosso querido professor Roberto Amaral foi ministro, ele sabe muito bem, é só olhar para os orçamentos do Ministério de Ciência e Tecnologia que é ridículo. Uma economia controlada por grandes empresas transnacionais e pelos bancos não precisa investir em tecnologia nacional.

Nós temos também um problema de degradação cultural. Em algumas regiões do país há uma verdadeira barbárie do ponto de vista de valores sociais, onde a lei do mais forte impera na base da violência, do individualismo e de nenhum compromisso com os valores humanitários.

Temos também uma ausência da democracia verdadeira. O sistema eleitoral brasileiro é injusto e foi manipulado pelo capital. A prova está nos ruralistas, a "fazendeirada" no Brasil representa 0,2% da população. Eles são 300 mil fazendeiros, e eles controlam 340 deputados. Essa é uma distorção total, porque é o poder do Capital que elege os parlamentos, e não a população. Portanto, a democracia brasileira é fajuta, distorce o sistema legislativo, distorce o Poder Judiciário, que ainda é o único poder não republicano. Ninguém elege, a sociedade não controla o Poder Judiciário. Disso resulta um Estado capenga, para usar uma expressão popular, um estado que apenas protege os privilégios dos capitalistas, a maior prova está aí na ação do Banco Central que é uma instituição de estado e está lá controlando juros, câmbio e inflação, a favor de quê? A favor dos capitalistas, daquele 1%. Então, o Estado brasileiro foi sequestrado pela burguesia, pelos capitalistas do 1%. Por mais que o Lula tenha defendido justamente que os trabalhadores têm que entrar no orçamento, não basta dividir melhor o orçamento, é um problema de

estrutura do Estado brasileiro que precisa de uma profunda reforma política, que está no futuro com uma nova constituinte.

Nós temos também um problema gravíssimo que é a questão dos transportes deste país. Um país continental como o nosso se dobrou aos interesses das empresas transnacionais automobilísticas, privilegiando apenas o transporte rodoviário. Isso é um absurdo! Nós teremos que reconstruir o sistema de transporte de cargas e passageiros ferroviários, não só em todo o território, mas também nas cidades. É um absurdo, é uma loucura, o tempo que a nossa população perde para se deslocar em dias de vida, para ir ao trabalho. Da mesma forma o custo dos fretes e do transporte de mercadoria é um absurdo! Tudo é transportado em cima de caminhões. Como se pode imaginar que uma carga de frango sai de Chapecó para ir abastecer os supermercados em Belém de caminhão? É uma vergonha! E isso é escondido na imprensa burguesa. Para eles não é problema, também é uma fonte de lucro, mas para sociedade brasileira é um problema.

E terminaria acrescentando, também como um problema da nossa sociedade, que infelizmente não há consciência, ou, se quiserem, condições subjetivas das classes, seja da burguesia, seja da pequena burguesia e mesmo da classe trabalhadora, sobre a necessidade de um projeto nacional. A esquerda olha de lado achando que defender o projeto nacional seria nacionalismo. A classe média só se interessa pelo seu bem-estar e a classe dominante só se interessa pela taxa de lucro. Mas aqui, quando a gente se refere a projeto nacional, não é projeto nacionalista da burguesia, é um projeto da nação, portanto, um projeto que atenda a toda a população.

E aí vou então para o segundo tópico que queria compartilhar com vocês sobre quais são as saídas. Quais as saídas para enfrentarmos esses graves problemas que elenquei de uma forma genérica e até quase irresponsável? O projeto de país. Podemos usar várias conceituações, mas, para ser bem sucinto, eu acho que é um projeto que consiga aglutinar as propostas que resolvam os problemas fundamentais da população, para que todos de forma igualitária possamos ter uma vida boa nesse mesmo território, convivendo em democracia, em igualdade, sem discriminações e evoluindo permanentemente do ponto de vista cultural e espiritual. E não bastam bens materiais para você saciar a fome, ter casa ou ter educação. É preciso também que o nosso povo tenha cultura, tenha acesso às artes, ao lazer.

Então acho que um projeto de país é um projeto que resolva os problemas e tenha como meta o bem-estar coletivo de todas e todos do ponto de vista econômico, puxando a brasa para a minha sardinha.

É evidente que o novo projeto de país terá que se basear em alguns pilares fundamentais, como, primeiro, “reindustrializar” o país. Sem instalar indústrias, nós não vamos produzir os bens necessários para a população desde o mais simples, como roupas, alimentos, sapatos, até o mais complexo, que exigirá tecnologia mais aprofundada. Nós precisamos ter como segundo pilar uma agricultura que não seja agressora do meio ambiente, como a que usa os agrotóxicos que matam biodiversidade e que alteram o clima. Nós precisamos de uma agricultura baseada na agroecologia para produzir alimentos para nossa população e, evidentemente, alguma matéria-prima para as indústrias.

E o terceiro pilar fundamental do ponto de vista econômico para um projeto que sonhamos é termos um estado democrático forte que induza investimentos produtivos e organize a economia.

Evidentemente também faz parte dessa saída que nós precisamos ter uma classe trabalhadora organizada e com consciência da necessidade de um projeto. E por que me refiro à classe trabalhadora? Porque historicamente quem desenvolveu projetos de desenvolvimento nacional no conjunto de países do nosso planeta foi a burguesia nacional, daí também esse certo preconceito de que falar em desenvolvimento nacional seria um tema da burguesia. Aqui, no Brasil, nós nunca tivemos uma burguesia nacional. A burguesia brasileira não é nacionalista, não está comprometida com a nação, ou seja, com todo o povo. Só está comprometida com a sua taxa de lucro.

Então, só é possível termos um projeto de nação brasileira que atenda todos os interesses se a classe trabalhadora assumir essa necessidade de construir um projeto de país que vai unir a própria classe trabalhadora, os mais pobres e todo o povo.

Bem, para terminar, queria ainda compartilhar um breve tópico dos tempos que nós estamos vivendo. Nós estamos passando por uma grave crise mundial do modo de produção capitalista. Isso significa que o capitalismo não está conseguindo mais resolver os problemas das necessidades fundamentais da população. Esta é a contradição principal dos capitalistas: seguem sendo bilionários e cada vez mais bilionários, porém as massas estão atiradas na calçada. Os problemas cada vez mais estão aumentando e a situação de crise do modo de produção capitalista o transformou em um sistema do passado que não consegue mais trazer progresso social

nem resolver os problemas da humanidade. Isso afeta também o Brasil e a economia brasileira que, ao ser dependente, está à mercê dos destinos do próprio capitalismo. Além do fato de que, cada vez que o capitalismo no Norte entra crise, eles aumentam a exploração sobre nós.

Então, nós estamos diante de um dilema. No curto prazo estamos vivendo essa crise desde 2014, já se vão lá quase dez anos. Para enfrentar a crise a burguesia brasileira nos impôs a extrema direita, o fascismo do Bolsonaro, mas não resolveu a crise. Por isso que nas últimas eleições eles mesmo abandonaram o Bolsonaro e agora o “inelegeram”. O Poder Judiciário, que cassou os direitos do Bolsonaro, é o mesmo que o protegeu antes, quando prendeu o Lula. Então há mudanças na correlação de forças, porém elas não são suficientes. O governo Lula se elegeu para derrotar o fascismo e com o plano de emergência para enfrentar a fome, o desemprego, a moradia, a falta de terra. Mas para resolver os problemas estruturais da população brasileira só com um projeto de país. E esse projeto está pendente agora da capacidade de organização da classe trabalhadora das lutas de massa e da mobilização massiva da população brasileira, de que ainda estamos longe.

Então, essas são as dificuldades de construir um projeto, porque não basta ter apenas ideias boas e propostas necessárias, é preciso fazer um grande movimento de conscientização no país, que motive a classe trabalhadora para que tenha consciência disso e para que se organize e lute. Nós então façamos grandes mobilizações de massas como fizemos nas “Diretas Já” para derrotar ditadura. Agora serão necessárias mobilizações de massa para construir um grande projeto de desenvolvimento nacional.

Termino dizendo que, para que esse nosso projeto tenha sucesso, necessariamente ele tem que estar vinculado com um processo de integração latino-americana e, certamente, outros companheiros tratarão desse tema já que não temos tempo. Porque todos os problemas que eu citei nós poderíamos repetir para o Chile, para o México, para a Venezuela e para Cuba. Isso significa que as saídas para os problemas em cada um dos países ainda dependem da luta de classes em cada um dos nossos territórios, mas a saída e as propostas dependem de uma unidade latino-americana. Porque, no fundo, o inimigo é o mesmo: o império dos Estados Unidos, o capital financeiro internacional e as empresas transnacionais. Então, para derrotar esses três inimigos de um projeto popular de país no Brasil, no Chile, na Venezuela, será preciso uma união latino-americana que enfrente esses três inimigos comuns.

Agradeço imensamente a oportunidade e o privilégio de estar com vocês e cumprimento novamente essa iniciativa que nós deveremos repetir de forma virtual, presencial e envolver a juventude, os partidos, os movimentos populares, as universidades. É mais que urgente colocarmos na pauta da classe trabalhadora e da esquerda o debate de um projeto popular para o Brasil.

A Independência e os Projetos Nacionais desde 1822

Marcelo Barbosa³⁵

Para Saturnino Braga

A passagem daquele 7 de setembro de 2022 colheu os brasileiros (e brasileiras) na maior crise de pessimismo de toda sua história. Quem respirou a atmosfera do período lembra. O país, “governado” por um agitador fascista, parecia despencar num abismo de incertezas. Todo dia, fizesse sol ou chuva, o noticiário trazia notícias ruins: inflação, desemprego em alta, desnacionalização da economia e boatos de golpe de Estado. O fio de esperança único? A eleição de Lula.

Desanimado consigo, mas ao mesmo tempo cultivando a expectativa de dias melhores, o Brasil, de maneira inconsciente, reproduzia os altos e baixos presentes nas interpretações buscadas no acervo de seu pensamento social, desde o século 19. Nesses documentos, como se sabe, convivem percepções antitéticas, umas voltadas para a condenação, em bloco, de toda a trajetória histórica do país; e outras, igualmente críticas, porém mais confiantes diante de nossas possibilidades civilizatórias enquanto povo, nada obstante a desigualdade, o racismo e o machismo que pontuam o percurso brasileiro.

35 Marcelo Barbosa – Escritor, Doutor em Literatura Comparada pela UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e Diretor de Projetos, Pesquisa e Estudos do IBEP (Instituto Brasileiro de Estudos Políticos).

Por não ser adepto de Maniqueu, não preciso aprovar, in abstracto, nenhuma ótica aprisionada em oposições, algumas entre as quais bastante reducionistas. Gostaria apenas de ressaltar que o excesso de pessimismo pode embotar o senso crítico. Aliás, um dos expedientes mais utilizados pelos setores dominantes consiste em deprimir a autoestima dos dominados. No caso, é muito funcional aos poderosos fazer esquecer o fato de que, se não existe povo eleito (a não ser no delírio colonialista de povos do Norte Global), também não há povo condenado. Todas as nações têm sempre algum tipo de contribuição a oferecer às demais.

Nem paraíso, nem inferno, mas um pouco purgatório de seus filhos (e filhas), em especial os mais humildes, o Brasil continua demandando esforços de compreensão. Por mais limitados que sejam, conforme a hipótese do presente texto. Com essa ideia, em conversa com amigos, surgiu a sugestão de olhar o Bicentenário da Independência na lógica dos “projetos nacionais” encaminhados desde 1822. Um balanço, por certo, orientado menos para a percepção do detalhe e muito mais para o acompanhamento das linhas gerais do tema, em suas rupturas (e continuidades) internas.

O debate alusivo ao termo “projeto nacional” abarca uma controvérsia composta por um sem-número de matizes, fundamentada, por sua vez, numa bibliografia extensa e insuscetível de reprodução num artigo curto. Sendo assim, no lugar de definições, propriamente ditas, cabe apontar referências. Para a compreensão da categoria “nação”, portanto, faço uso de problematizações nas quais essa unidade de sentido aparece na qualidade de “comunidade imaginada” (Anderson), ou seja, experiência compartilhada por populações que aspiram, a partir de traços comuns, nem sempre cumulativos, de

território, língua, etnia, entre outros nexos, constituir-se em “Estado Moderno” (Habermas). Em seguida, sob a inspiração desses marcadores teóricos, proponho aclimatar esses termos à nossa realidade local, concebendo a ideia de projeto nacional na condição de sensibilidade dos indivíduos às representações de seu passado, quando conjugadas às suas expectativas em relação ao futuro. No plano político, aprofundar esse tipo de abordagem, significa estar atento, ao longo da história, aos diferentes filtros ideológicos que animam essas mencionadas representações e expectativas, sejam essas encarnadas por correntes de espectro progressista, liberal, conservador ou até mesmo ultradireitista.

Feito esse reparo, até onde avança minha compreensão, entre a multidão de planos arquivados e aqueles que se afirmaram, sobressaíram pelo menos cinco proposições nacionais: a Monárquica, a República Oligárquica, a Era Vargas, a Ditadura Militar-Civil de 1964 e a Redemocratização, a partir de 1985.

A monarquia e o conflito de identidade (1822-1889)

Em nossa região periférica, o processo de Independência assumiu as características de uma ideação de suas elites, algumas delas bem-intencionadas e um pouco nefelibatas (a exemplo dos Inconfidentes), e outras, pragmáticas e um tanto medíocres (figurino da Casa de Bragança). Teria sido desejável um meio-termo entre essas duas linhas de força. Mas a hegemonia dos interesses da antiga ordem impediu a afirmação de projetos nos moldes daqueles

propostos por José Bonifácio, propostas capazes de unir emancipação e viabilidade, conforme seria o caso da abolição da escravatura.

Coadjuvante de luxo, o povo compareceu e forneceu uma moldura épica ao espetáculo do nascimento de uma nova nação. Sua presença na guerra seguida à Autonomia de 1822, especialmente nas províncias da Bahia, Maranhão e Grão-Pará, conferiu dignidade ao que era para ser apenas um acordo de passagem de comando entre um colonialismo decadente sediado em Lisboa e um outro em ascensão, com praça em Londres. Mulheres, negros - escravizados e libertos- caboclos de ascendência indígena e brancos pobres lutaram, e muito, até o desenlace ocorrido a 2 de julho de 1823. Seu esforço, contudo, não alterou a dinâmica do rompimento com Portugal nem criou condições para que a participação popular influísse decisivamente nos mecanismos de tomada de decisões do (então) novo governo.

Essa escassez de “povo” responde, muito provavelmente, pela ausência, no projeto monárquico, de medidas essenciais a uma ruptura mais efetiva do que retórica, com o regime colonial: ou seja, no interior da nova ordem, o tráfico transoceânico e o latifúndio continuariam a ser as peças sobre as quais assentariam os mecanismos de acumulação de capital da pátria menos “livre” do que supunha o hino da Independência composto pelo Imperador Pedro I. Sob tais condições, a “mão gentil” via-se literalmente condenada à renunciar à industrialização, aprofundando-se a opção pelo exclusivo agrário. Resignada a um molde pré-urbano e pré-manufatura, assim permaneceria a incipiente sociedade brasileira por décadas, até as tentativas isoladas — e combatidas — do Barão de Mauá, voltadas para fixar os alicerces da construção naval no Brasil.

O sistema político da monarquia, embora tão carecido de dinamismo quanto a economia, exibiu uma enorme complexidade. Especialmente a partir do Segundo Reinado. Na aparência, uma importação das instituições parlamentares europeias, com sufrágio censitário e previsão de alternância de poder; na realidade, mais um daqueles casos assinalados por Marx, nos quais a essência não corresponde à aparência. Dispensando o caudilhismo republicano dos nossos vizinhos latino-americanos, a barroca liturgia de eleições e troca de gabinetes servia para mascarar a verdadeira fonte de soberania, o poder moderador exercido pela Coroa. Essa encenação de uma nação europeia nos trópicos expõe a estreiteza das tarefas atribuídas ao Estado brasileiro ao longo do século 19, que seriam as seguintes: a manutenção da ordem, criação de burocracia de Estado e a defesa da integridade do território (esta última desafiada internamente por diversas insurreições que brotaram como um sarampo por toda extensão do país, como a Farroupilha, Cabanagem e a Praieira, entre outras, mas também por perturbações externas como os conflitos cisplatinos e paraguaio).

Mais um Estado, menos uma nação, o Brasil buscava interrogar a si próprio sobre sua identidade. Toda a produção simbólica do século 19 reflete esta indagação: seríamos europeus como as elites olhavam a si mesmas? Indígenas tal qual a versão sonhadora de poetas da estatura de um Gonçalves Dias ou de ficcionistas como Alencar? Coube ao status quo conservador, no entanto, na pessoa de um brasilianista, ligado à principal agência cultural do período, o IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro) fornecer a resposta mais óbvia: éramos (e somos) um país miscigenado. Foi o bávaro Von Martius o portador da notícia do grau de mestiçagem incrustada nas origens do processo social brasileiro, inclusive destacando

a participação do componente negro da gênese do povo daqui. Auto — evidente, a constatação gerava inquietação numa sociedade organizada sob o modo de produção escravista.

Sem muita consciência interna, ao longo das décadas da monarquia, a cultura brasileira reforçou tendências acumuladas desde o período da colônia. Em particular, a assimetria entre a produção letrada, composta por suas classes dominantes, reprodutora de padrões imitativos das matrizes europeias (alguns entre os quais indispensáveis ao progresso científico e artístico, outros meramente ornamentais); e a cultura popular dos segmentos de baixo da pirâmide social, em especial dos negros, portadores de valores da diáspora africana em contato com outros setores formadores da nacionalidade, tais como indígenas em processo de massacrante deculturação. Dessa interação, estruturalmente conflitiva, decorre a força de expressão e o aspecto sincrético dos produtos mais bem realizados da arte brasileira a partir do período. Seria possível indicar um sem-número de provas desse relacionamento entre matrizes tão distintas. Fiquemos apenas com uma: a sofisticada criação literária do maior escritor do país, que como se sabe, era um elemento miscigenado, nascido em condições de pobreza indiscutível, na cidade do Rio de Janeiro, chamado Machado de Assis.

Na Primeira República, o reforço das oligarquias (1889-1930)

Quem olhasse a aceleração do tempo histórico, após o marco de 1870, ao fim da Guerra do Paraguai, pensaria estar diante de

uma espiral de profundas mudanças na sociedade brasileira. Custa a crer que um processo tão comprometido em mudar tudo não tenha mudado nada. Ou quase nada. De fato, em se tratando de projeto nacional, a Primeira República, inaugurada a 15 de novembro de 1889, nada mais fez do que perseguir os mesmos objetivos da Monarquia por meios diferentes.

É bem verdade, em seus primeiros cinco anos, a República até concebeu um programa de inspiração modernizante, ainda que executado de forma autoritária e centralizadora, à imagem de seus idealizadores, entre os quais, o Marechal Floriano Peixoto. O conjunto de medidas pressupunha uma ação mais racional do Estado. Tudo com vistas a dar partida num processo de industrialização, inclusive impondo aumento de tarifas a incidir sobre os produtos manufaturados no estrangeiro. Uma iniciativa arrojada, sem dúvida, mas a que faltou apoio, por parte do staff político, em sua maioria formado por quadros oriundos dos interesses da lavoura e, por isso mesmo, pouco interessado em mudanças no padrão de funcionamento da economia brasileira da época. Derrotados em suas veleidades reformistas, só restou aos florianistas o recuo em suas pretensões e a “devolução” do poder aos civis, a partir de 1895. O retorno aos quartéis só não foi completo na medida em que, apesar de afastados do exercício direto do poder, os militares passaram a exercer a tutela do processo político, herdando o espaço antes exercido pela moderação da Coroa. A defesa da ordem, em tal contexto, voltava ao centro das preocupações, haja vista a repressão (endossada por elementos fardados e “paisanos”) aos sertanejos homiziados no Arraial de Canudos, sob a liderança de Antonio Conselheiro.

Ultrapassada a instabilidade do experimento jacobino, o país voltou a vegetar na pasmaceira, por mais de vinte anos. Um tempo em compasso de espera, de uma belle époque tropical, reprodutora de mimetismos da cultura francesa, onde as ruas do Centro da Capital Federal, o Rio de Janeiro, eram postas abaixo para abrigar largos bulevares e a Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897, emulava as sessões do Trianon. Escapando um pouco ao predomínio das vogas artísticas da pátria de Zola, também havia algum espaço, no interior do debate cultural brasileiro para influências de outros países do Velho Continente, tais como Alemanha e Itália. A absorção de toda a sorte de determinismos de “raça” e clima confirma tal demanda. Nesse cenário de assimilação de tendências externas — muitas vezes recepcionadas de forma acrítica — poucos intelectuais dispuseram-se a contestar os cânones estreitos da cultura oficial. Lima Barreto é um deles.

Em se tratando da cultura parlamentar, a velha paixão pelas instituições britânicas arrefeceu um tanto diante da admiração crescente pelo modelo estadunidense, com seu federalismo servindo de base para a constituição brasileira de 1891. Ao inverso das expectativas, a introdução de mecanismos de descentralização administrativa, à moda americana, serviu para reforçar o domínio das oligarquias rurais, em especial as de São Paulo e Minas Gerais, fortalecendo o modelo econômico agrário-exportador. Mais vocacionado para produzir café e borracha do que aço e energia, o Brasil da Primeira República retardava a oportunidade de expandir seu mercado interno, negando oportunidades de ocupação e mobilidade social a milhões de trabalhadores (em sua maioria mestiços), uma gente completamente desassistida de educação e saúde, precariamente socada no meio rural, que respondia por mais de 80 % da população.

Finalmente, muito por pressão das condições externas, aí incluída a Guerra Mundial (1914-1918), um certo de grau de complexidade produtiva e adensamento urbano foi se infiltrando, aos poucos, na desanimada paisagem social brasileira, especialmente ao fim da década de 1910. Esse vento de mudança, transformado em tempestade a partir da agitada passagem dos anos 20, traria o quadro de renovação, em todas as áreas, que varrerá o país no contexto da chamada Revolução de 30.

Com Getúlio, um projeto nacional (1930-1964)

Francamente desperdiçadas na Primeira República, as oportunidades para o lançamento de um projeto nacional, criadas a partir da abolição da escravatura, novamente abriram-se em 1930, e, desta vez, puderam ser aproveitadas. Mas não em sua totalidade.

Pois, mesmo em face de toda efervescência cultural e política deflagrada no período, em especial no espaço dos grandes centros urbanos, a mudança deixava intactos, fortes elementos do atraso de nossas estruturas sociais, conforme é o caso do regime agrário. Outra limitação do processo faz alusão à guinada autoritária³⁶ de 1937, com a edição do Estado Novo. Repletos de contradições, os anos da era Vargas, embora orientados para a liquidação das engrenagens geradoras da dependência e da desigualdade no país, nem por isso

36 O grande ensaio da recaída autoritária do Estado Novo pode ser testemunhado na brutal repressão ao levante do complexo ANL/PCB, em 1935. Evento ocorrido ainda sob o regime de franquias da Constituição de 1934.

deixaram de pagar um forte tributo à tradição política autoritária assente à vida pública brasileira. A propósito, neste ciclo da República, apenas formalmente encerrado em 1964, chama a atenção o volume de concessões feitas ao setor mais tradicional do patronato político brasileiro, metodologia sem a qual, muito provavelmente, numa homenagem ao paradoxo, as mudanças introduzidas na sociedade não teriam obtido nem o consenso e nem a profundidade que alcançaram.

Sim, porque não como negar. Há um antes e um depois da passagem de Getúlio Vargas e o pacto político-social proposto por este último sobre a fisionomia interna do Brasil e seus nexos com os países centrais. Durante quatro décadas, é forçoso reconhecer, nossa periferia viu aumentarem seus espaços de soberania e capacidade da ação do Estado num nível jamais alcançado. E nem superado. Levaria muito tempo para descrever a extensão das transformações, mas podemos resumir a dinâmica em duas palavras: urbanização e industrialização. Essas foram as alavancas fundamentais para deslocar o histórico atraso estrutural de nossas relações sociais e assegurar a aquisição de direitos fundamentais ao povo (em especial aos negros e aos mais pobres), por intermédio da outorga — essa é a palavra — da legislação trabalhista e previdenciária.

A irrupção desse pacto político-social, obra de forças dissidentes das oligarquias, atendia a uma inquietação já prefigurada pela cultura, em eventos como o modernismo da Semana de 22 e a ascensão do samba e da música popular pelas ondas do rádio, entre outros marcos capazes de acusar a riqueza da atmosfera do período. Também avançava, em diálogo com as artes, a elaboração teórica. Atestam essa tomada de consciência, a ensaística de nomes

como Gilberto Freyre, Sergio Buarque, Caio Prado Junior e mais à frente, Celso Furtado e Darcy Ribeiro, apenas para ficar em alguns pouco nomes. Para essas gerações de estudiosos — pelo menos duas — o Brasil exigia a produção de uma ciência social engajada no diagnóstico e solução dos grandes problemas nacionais, superado o etos de sujeição acrítica aos modelos de pensamento europeus, muitos entre os quais, (evidentemente não todos), sem condições de aplicabilidade ao cenário local. Esse deslocamento de ponto de vista, permitia enxergar o país na condição de vetor de dilemas, mas também, fonte de potencialidades.

Muito mais vinculados às camadas médias do que aos setores de elite, os militares, durante a era Vargas, abrigaram no interior de suas corporações todas as ideologias em estoque na sociedade brasileira de então: liberais, fascistas, comunistas e sobretudo tendências conservadoras, essas de algum modo identificadas com formas de nacionalismo estatista (como no episódio da criação da Petrobrás, em 1953). Contudo, deixemos para mencionar os elementos fardados no próximo tópico...

Por ora, merece ser observado o estado das relações entre o projeto nacional de 1930-1964 e a questão democrática. Com efeito, até a vigência da Constituição de 1946, ou seja, após cento e vinte quatro anos decorridos do processo de Independência, não existia propriamente democracia no Brasil. Pelo menos não no sentido que atribuímos ao termo na atualidade, quando associamos participação popular ao acesso e exercício de uma pluralidade de direitos individuais e sobretudo coletivos. Até então, acontecia, de quatro em quatro anos, um simulacro liberal, com eleições e vida parlamentar, cujo resultados se conhecia antes da abertura das urnas. Um ritual

hipócrita a que a revolução de 1930 pôs fim, em boa hora. Democracia representativa mesmo, ainda que cheia de limitações — vide a proibição ao voto do analfabeto — apenas faz sua estreia, por aqui, ao fim da II Guerra Mundial. E, essa nova presença, transmite à vida pública um componente de autonomia nunca antes experimentado por instituições como os partidos políticos, sindicatos, associações e coletivos culturais.

A reação interna e externa, desde logo, percebeu o risco desta ainda limitada democracia para seus interesses. Com argúcia, notou estar diante de uma correção de rumos do projeto inaugurado em 1930. Se antes as transformações operavam preferencialmente pela ação de tutela, a cargo de minorias ilustradas, agindo de cima para baixo, agora, com a adoção do pacto político de 1946, abria-se a possibilidade do segmento popular, por meio da ação organizada, pressionar por mudanças de estrutura, como a supressão do monopólio da terra e o fim da dependência econômica externa. Armada desta percepção, a parcela mais liberal e dependente de nossas elites, com apoio do imperialismo estadunidense, empreendeu várias tentativas de quebra da legalidade democrática, por quase vinte anos, até colimar, em abril, de 1964, o objetivo de pôr fim ao programa de reformas de base iniciado em fins de governo JK, devidamente acelerado na administração de presidente João Goulart.

A título de balanço, a Era Vargas proporcionou, no plano cultural, uma extraordinária expansão, entre os brasileiros, do sentido de nacionalidade, com toda a conotação problemática do termo. Naquele período, vários estigmas ligados à nossa origem como povo foram deixados para trás. Outros permaneceram. É natural e coetâneo às lutas de então. A “comunidade imaginada” não foi tão

inclusiva para negros e mulheres, entre outros contingentes, quanto deveria. Mesmo assim, os mecanismos políticos e sociais para que essa integração fosse feita, ao longo do tempo, de fato, existiram e começavam a produzir resultados quando o brutal retrocesso produzido pelo golpe empresarial-militar fez-se anunciar.

Projeto nacional sem povo, por vezes, contra o povo (1964-1985)

Expressão do protagonismo das camadas médias urbanas, desde o fim da Guerra do Paraguai, a participação dos militares na política emerge no cenário da campanha republicana, em fins de século 19, para permanecer em evidência até os dias de hoje. De lá para cá, os elementos egressos das Forças Armadas marcaram presença em todos os eventos destinados a mudar os rumos da vida pública local. Muito distintos entre si, os acontecimentos guardam, em comum, a pretensão autoconcedida dos quadros da caserna de assumir a condição de árbitros do processo político.

O golpe desfechado em abril de 1964 não foge a esta regra. De maneira similar às outras interrupções da democracia representativa na América Latina, a ação dos militares brasileiros no início dos anos 1960 inscreve-se na lógica da Guerra Fria, usando de métodos sanguinários para debelar as manifestações de oposição a seu programa. Contudo, ao contrário da maioria das ditaduras do entorno, em termos ideológicos, o ciclo militar singularizou-se pela atitude iliberal em economia. Esse viés, alcunhado de “estatista” por seus detratores, responde pela expansão do setor público da economia e

pela ênfase nas práticas de planejamento adotadas pelos gestores do período. Outra particularidade de nossa deriva autoritária envolveu a manutenção de mecanismos presentes em institucionalidades democráticas. É bem verdade, num funcionamento apenas de fachada. Com isso, o Legislativo e o Judiciário permaneceram em atividade, ainda que sob estreita vigilância. Quanto ao Executivo, na perseguição de uma aparência de normalidade, a cada quatro anos, ocorria o rodízio de ditador, sempre pelo exótico método da eleição indireta.

Alternando altas taxas de crescimento econômico e brutais indicadores de desigualdade, o projeto nacional da ditadura civil-militar expressou a vontade de seus fautores, os tenentes remanescentes das décadas de 1920/1930 — agora alçados aos postos mais elevados da nova ordem autoritária — de prosseguirem na execução de uma pauta modernizante. Ou por aquilo entendido por modernização sob a sua ótica, vale dizer, o estímulo ao binômio formado pelo crescimento industrial, nas regiões urbanas e a expansão agropecuária, no campo. Inclusive em áreas remotas do Centro-Oeste e do Norte Amazônico (avanço responsável pelo extermínio de inúmeras populações indígenas). De tal modalidade de planejamento, coordenado por uma elite de tecnocratas, sem a participação do povo, pode ser feita toda natureza de críticas. Até porque, nada obstante a existência de políticas públicas nas áreas da previdência, saúde e da habitação, algo distinto na comparação com suas congêneres sul-americanas, a ditadura brasileira contribuiu decisivamente para a piora das condições de concentração de renda, já trágicas, desde sempre, no país.

A matriz cultural brasileira (ou as matrizes, dado o processo de diferenciação social decorrente da implantação do capitalismo

monopolista em nossos trópicos) abriu-se a diversas possibilidades de desenvolvimento, durante o consulado civil-militar, algumas francamente opostas entre si. As possibilidades combinatórias são inúmeras, porém farei referência a apenas duas. No plano da cultura oficial, coerente com suas origens nacionalistas, os militares patrocinaram a ideia de uma homogeneidade das representações, associando-se a uma ideia muito particular de brasilidade, pouco inclusiva em relação às contribuições de negros e indígenas, entre outros grupos, em condição subordinada. Em sentido diverso, o grau de associação (externa) da economia brasileira igualmente patrocinado pela ditadura, empurrava em sentido contrário: ou seja, por conta da força da indústria cultural estadunidense, o Brasil sofria um brutal processo de apagamento de sua percepção acerca de si mesmo. A força dessa gravitação operava até sob o sistema de ensino e pesquisa universitários. Com reflexos até o presente.

De 1985 até agora

É sempre temerário comentar o tempo presente. Afinal, nesses casos, faltam ao intérprete a isenção e o distanciamento para discernir os contornos de um processo histórico tão próximo da sua própria experiência pessoal. Mesmo assim, se me fosse indagado qual o marco fundante da atual conjuntura, não hesitaria em apontar: a promulgação da Constituição de 1988. Digo mais, se a Carta, denominada “Cidadã”, tivesse sido aplicada em sua integralidade — o que até hoje não ocorreu — estaria em curso a maior contribuição já vista ao lançamento de um projeto efetivamente nacional.

Triunfo no longo prazo, a Constituição³⁷ consagrou conquistas inegáveis, a maioria entre as quais, sob ameaça na atualidade, conforme é o caso do sistema de seguro social, da constitucionalização da legislação trabalhista, do SUS e do reconhecimento da função social da propriedade, entre outros itens. De igual maneira, a Carta reconhecia os direitos dos povos indígenas e das populações oriundas da diáspora negra à conservação de seu patrimônio cultural e tradições. Diante de tais avanços, não demorou a surgir uma cerrada oposição das classes proprietárias aos dispositivos constitucionais voltados para a diminuição da imensa desigualdade e paralisante dependência nos quais permanecia (e permanece) aprisionado o país.

“A constituição não cabe nos orçamentos da República” alegam, há décadas, esses setores de indisfarçável inspiração neoliberal³⁸, que sem descanso, perseguem o objetivo de pôr fim ao pacto político-social de 1988, ora por vias legais, dentro da ordem democrática, mas também recorrendo a soluções extremas, no figurino do golpe de 2016 ou do apoio ao protofascismo bolsonarista.

37 Situado abaixo das expectativas da esquerda, mas muito além das concessões que as classes dominantes pretendiam fazer, o texto aprovado ao fim da Assembleia Nacional Constituinte representou uma vitória em meio a dois reveses experimentados pelo campo progressista, na ocasião: o primeiro, a derrota da emenda da Diretas-Já, em 1984, e o outro, a eleição presidencial de Fernando Collor, no pleito de 1989, suplantando a candidatura de Luiz Inácio (Lula) da Silva.

38 Nenhuma novidade neste sentido. Ao globalismo neoliberal interessa o cancelamento de qualquer vestígio de nação. O projeto é claro: colocar o mercado como regulador de toda a vida social. Ou seja, retirar das mãos dos Estados Nacionais a capacidade de executar políticas públicas. Inclusive a redistribuição de renda. Se isso é ruim já é ruim nos países centrais, o que dirá de nós países periféricos.

Simultaneamente, o ritmo dos fatos gerados na esfera da política também se fez acompanhar de transformações, de vulto, no ambiente econômico-social, desde os anos 1980. Essas tendências, segundo um dos seus mais sensíveis estudiosos, o economista Marcio Pochmann, apontam para uma infinidade de direções, a partir de três grandes eixos: 1) alterações da estrutura produtiva, marcada pela “desindustrialização precoce”, quadro responsável pela hipertrofia dos serviços, em especial aqueles singularizados pela deficiente maturação tecnológica e baixa qualidade de criação de emprego; 2) “Desmetropolização” e expansão das cidades médias do país, em vista dos problemas sociais e ambientais que acumulam-se em grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro, entre outros territórios e 3) na demografia, o envelhecimento da população, projetando consequências para a renovação vegetativa dos postos de trabalho e impactos na estrutura previdenciária. O que virá disso tudo? Ainda não se sabe. O fato é que a “mão invisível” do mercado não parece que vá dar conta do equacionamento dessa ordem de desafios, mais um fato capaz de depor em favor do planejamento estatal, da adoção de políticas públicas articuladas a uma estratégia nacional de desenvolvimento com distribuição de renda e sustentabilidade ambiental.

Para concluir, em plena segunda década do século 21, a opinião pública progressista celebra, com razão, a atividade de novos sujeitos da ação coletiva, setores cada vez mais presentes no cenário das mobilizações ocorridas em tempos recentes. Esse entusiasmo não deve, no entanto, cegar o senso crítico para os aspectos problemáticos laterais a essa militância, tão necessária. De fato, é preocupante observar a circulação, em parcelas dos movimentos ditos identitários, de concepções ideológicas de natureza não emancipatória, de vulgatas a

todo tempo repetidas pelas grandes mídias e redes de entretenimento de massas. Nessas construções, tão ao gosto do grande capital, habita o equívoco de pensar que existem condições de enfrentar as opressões de “raça”, sexo e gênero sem abolir — radicalmente — os dispositivos geradores da desigualdade tão inerente aos padrões de funcionamento da sociedade de classes no Brasil. É assim como se não houvesse conexão entre os desejos de afirmação das subjetividades humanas e as lutas por mais democracia e mais soberania. Um grande equívoco, por certo. Justamente o oposto faz sentido: apenas no âmbito de uma nação inclusiva será possível afirmar, até as últimas consequências, o protagonismo de mulheres, negros, indígenas, LGBTs, quilombolas, entre outros setores oprimidos.

À guisa de epílogo (por ora)

Início minha tentativa de síntese, citando Darcy Ribeiro: “A característica singular da América Latina é sua condição de um conjunto de povos constituídos por atos e vontades e alheios a eles mesmos”

Precisaria dizer mais? Se fôssemos propor um diagnóstico da origem dos problemas de nossa periferia, condição para a elaboração de qualquer projeto nacional digno desse nome, milhares de páginas não bastariam, mas apenas a observação acima, formulada pelo autor de “O Povo Brasileiro”, já seria suficiente para produzir um esclarecedor ponto de partida para a reflexão.

O fato é que decorridos duzentos anos da Autonomia de 1822 — num contraste dramático com as expectativas das elites — permanece atual a necessidade de rompimento com a nossa velha

conhecida, a dependência, em face dos grandes centros econômicos. Reconheço, por óbvio, as formas de como produzir essa ruptura não ensejam uma discussão simples. A experiência histórica tem demonstrado, no entanto, que a estratégia mais viável para isso consiste no aprofundamento contínuo dos espaços de democracia no Brasil, tanto em sentido político quanto social, dinâmica pela qual uma parcela destacada da esquerda fez opção, desde o já distante ano de 1958.

Bibliografia

BARBOSA, Marcelo, Um Porto Seguro para as Elites: Varnhagen e as Origens do Conservadorismo Brasileiro, Rio de Janeiro: Odoyá/ABI, 2023.

CARONE, Edgard. Revoluções do Brasil Contemporâneo, 2ª ed. São Paulo: Difel, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil, o Longo Caminho, 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASTRO ROCHA, João Cezar de (Org.). Machado de Assis, Lido e Relido, São Paulo: Alameda/Unicamp, 2016.

GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial, 5ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

POCHMANN, Marcio. O Neocolonialismo à Espreita: Mudanças Estruturais na Sociedade Brasileira. São Paulo: Sesc, 2021.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro, a Formação e o Sentido do Brasil. 4ª ed. São Paulo: Global, 2022.

SANTOS, Yanê Lopes dos. Racismo Brasileiro, Uma História da Formação do País. São Paulo: Todavia, 2022.

VIANNA, Luiz Werneck. A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

A disputa de futuro após 200 anos da Independência Nacional

Marcio Pochmann³⁹

Olá, queria saudar a todos que estão nos acompanhando, especialmente os que contribuíram para a formulação deste ciclo de discussões sobre os 200 anos da Independência nacional, colocando como o ponto de debate nesse terceiro encontro a perspectiva republicana. Quero, no mesmo sentido, parabenizar o IBEP e o Senado da República por congregar esforços e reunir expositores da qualidade como tivemos há pouco oportunidade de ouvir João Pedro Stédile e de que na sequência farão parte os professores Sandra Stalin, Claudete dias e Flávio Gomes.

Eu refleti a respeito de qual contribuição poderia oferecer para a perspectiva da Independência na República e vou partir da hipótese que entendo ser desafiadora para os nossos tempos, porque entendo que o processo que levou à Independência nacional, à construção do Estado no Brasil, à própria transição do Império para República chegando aos dias de hoje está plenamente inserido dentro de um projeto de modernidade ocidental, projeto que no meu modo de ver está colapsado, está esgotado e que não nos serve mais de orientação, especialmente olhando o segundo quarto do século 21.

39 Marcio Pochmann – Professor do Instituto de Economia da Unicamp e Presidente do Instituto Lula (na ocasião do Seminário).

Nós estamos praticamente completando o primeiro quarto que se encerra agora em 2025 e a minha fala é de certa maneira um olhar de médio e longo prazo para esse segundo quarto do século 21. E a hipótese, portanto, que quero trazer é que há um esgotamento do sentido de nação que se estabeleceu no país buscando se integrar a um projeto de modernidade ocidental constituído na Europa, especialmente a partir da metade do século 15, para dar uma data, 1453, quando ocorre a queda de Constantinopla, hoje Istambul, e que praticamente impede as transações comerciais existentes entre o que era o mais moderno, naquela época, que estava situado justamente nos impérios asiático e no Império do Meio chinês. Esse centro de gravidade do mundo permitia que a Europa se conectasse através das antigas rotas da seda e que eram feitas de maneira geral circunscritas ao Mediterrâneo.

A queda de Constantinopla vai impedir essa continuidade das transações comerciais, levando, portanto, a um período que se inicia na metade do século 15 e vem praticamente ao século 20. São quase cerca de cinco séculos em que se constitui o projeto de modernidade fundado. Justamente no uso de armas de fogo, que é o que se permite a partir do século 15 ganhar uma nova expressão da Guerra como sendo sempre um projeto de dominação e que mais recentemente já então no final do século , do século 20, a guerra se transforma num complexo econômico Industrial motor de grande parte é do próprio desenvolvimento do Progresso de várias Nações dentro do projeto ocidental.

O que eu quero chamar atenção, portanto, que é a partir da interrupção da rota da seda pelo Mediterrâneo que vai levar a um esforço importantíssimo em termos de recursos humanos, em termos

de riqueza, de desenvolvimento tecnológico, para se constituir a busca pelas novas rotas da seda não mais indo em direção ao Oriente, mas sim em direção ao ocidente através do Oceano Atlântico. Como sabemos, os grandes ciclos das navegações vão permitir “a descoberta”, a conquista de um continente desconhecido até então e hoje denominado o continente americano. É nesse contexto que se constitui esse projeto ocidental de dominação, projeto de modernidade, um projeto calcado no progresso em que o Renascimento, o Iluminismo, são bases fundantes, uma visão de mundo completamente diferente daquela que existia até então dominada por mitos e religiões.

A perspectiva racionalista é um marco inegável do que vai se constituir então, por quase 300 anos, a exploração colonial no continente americano, que funda as bases pelas quais torna-se possível o próprio nascimento do capitalismo na Europa, especialmente com a revolução industrial na Inglaterra.

Então, o que eu quero chamar atenção é que esse projeto iniciado há 500 anos, no meu modo de ver, está esgotado. Vou tentar explicar o porquê e que pensar a república brasileira para o próximo quarto de século significa de certa maneira romper com esse projeto já esgotado.

O que significa dizer que nós não temos muito mais a aprender com a Europa e com os Estados Unidos que foram de certa maneira os dois grandes centros de dinamismo mundial no Ocidente e pelo qual o Brasil de certa maneira fez um esforço gigantesco para se integrar nesta perspectiva de modernidade ocidental. Isso praticamente tem duas fases que são importantes destacar, uma primeira fase em que nós nos integramos ao projeto de modernidade ocidental que

é basicamente constituído na era Industrial, lembrando que praticamente até os séculos 16, 17, predominavam as sociedades agrárias e que a era Industrial, se constitui como força a partir da própria revolução industrial, na metade do século XVIII. O Brasil, portanto, constitui uma trajetória em busca da sua modernização que é a transição para uma nova sociedade constituída na Era Industrial.

A primeira fase disso se dá enquanto um país consumidor, importador de bens e serviços industriais, isso ocorre imediatamente a chegada de Dom João VI, em 1808, quando pela chamada abertura dos portos no Brasil é encerrado o chamado exclusivismo metropolitano que existia por três séculos: o Brasil só podia comprar e vender para a Metrópole Lusitana. A partir de 1808, como uma espécie de compensação pela proteção que os ingleses ofereceram à vinda da família real para o Brasil, há a abertura dos portos e o Brasil passa a se conectar rapidamente com os portos da Inglaterra, e assim passa a ter acesso a bens e serviços industriais que são pagos pelas divisas geradas pelas exportações de produtos primários.

Durante as décadas de 1820 a 1920, são praticamente cem anos em que o Brasil se funda como nação e desloca-se do império para a República como um país de inserção dependente da dinâmica externa, porque a produção do que aqui é feito em grande escala é para atender o exterior e não o dinamismo do mercado interno, não o atendimento da sua população e isso vai gerar na verdade um país profundamente desigual porque o acesso aos bens industriais se dão através da importação, o que atende um consumo muito limitado praticamente dos ricos do país, por exemplo, o Brasil foi o segundo país do mundo a internalizar o telefone.

Dom Pedro II tinha relações de amizades com Graham Bell e trouxe o telefone para o Brasil, no final do século 19, só que ele era para uso estrito da família real. Consta que era uma linha de 4 mil metros apenas, ou seja, o grosso da população brasileira vai conhecer telefone certamente a partir de cem anos depois e, apenas no final dos anos 80 e 90, começa a se universalizar o acesso a telefonia no Brasil.

Entre as décadas de 1930 e 1980 uma segunda fase de avanço do Brasil nesta era Industrial que foi justamente a internalização da produção no Brasil, é um processo de industrialização que vai permitir ao Brasil deixar de ser consumidor importador para ser um país produtor consumidor e exportador de bens manufaturados. Lembrando que o Brasil já na década de 1980 produzia e exportava automóveis, mas também produzia internamente computadores, que já era uma mudança substancial da era industrial para a era digital.

São essas duas fases que marcam justamente o período que o Brasil buscou se integrar ao projeto de modernidade ocidental na perspectiva de construir uma sociedade industrial. Quando o Brasil estava no auge da construção de sociedade industrial na virada dos anos de 1970 e 80 ele sofre um tropeço, um tropeço que veio do programa de ajuste dos Estados Unidos, da nação principal e mais dinâmica desse projeto de modernidade ocidental, que, praticamente, trava as possibilidades do Brasil de avançar no que era a sua perspectiva industrial e sobretudo de modernização assentada em novas tecnologias, como estava em curso, considerando a lei de informática, por exemplo, pelo processo que estava em curso de formação de uma espécie de Vale do Silício aqui na região metropolitana de Campinas, com centros de pesquisas e desenvolvimento

tecnológico, com articulação de universidades e empresas, que é de certa maneira, nos anos 80, asfixiado e com a vitória do presidente Collor praticamente é enterrado. Esse projeto de industrialização através da produção e exportação de produtos é iniciada, eu diria, pela perspectiva dos tenentistas e se encerra quando o Brasil passa a ingressar na globalização, pela forma com que ele ingressou a partir dos anos de 1990.

Tudo isso, portanto, para dizer que não vejo perspectiva de o Brasil continuar imaginando que é possível se integrar no projeto de modernidade ocidental porque já se comprova, por mais de três a quatro décadas, o seu insucesso, ou, como dizem outros autores, como sendo um projeto colapsado. A guerra é o modo pela qual esse projeto ganhou dimensão mundial, pela conquista, pela dominação e pelo genocídio, que foi feita de forma imperial inicialmente e depois pelo próprio sistema capitalista organizado. Pelas condições que o sistema oferece em relação ao problema ambiental que se apresenta como nunca como um obstáculo ao projeto de modernidade ocidental tal como ele foi constituído.

Vou para as palavras finais, eu gostaria de denunciar quais são as questões pelas quais o Brasil deveria pautar, não o seu horizonte republicano, em relação ao segundo quarto do século 21 porque entendo que esse está esgotado, o projeto de modernidade ocidental. É necessário construir um outro projeto e esse projeto de alguma forma está em curso e o Brasil é um ator importante, relevante, que passa justamente pela construção do Sul Global. Não vejo perspectiva do Norte global para a nossa realidade, eu vejo a possibilidade de construir um outro projeto de modernidade, quando nós assistimos à transição de um modo de governar do mundo

unilateral e unipolar para o mundo multipolar, um mundo de diferentes regionalismos em que seria possível construir no continente sul-americano um centro de desenvolvimento regional de novo tipo.

E para isso eu levantaria aqui quatro desafios, que eu entendo ser necessário considerar nessa perspectiva e que não dizem respeito a compreender o passado, que não é mais possível de ser reproduzido. Precisamos trabalhar com algo que é fundamental reconhecer, talvez o evento mais importante dos últimos 500 anos, que é o deslocamento do centro dinâmico do mundo do ocidente para o oriente. O Brasil é uma nação consolidada na perspectiva ocidental e nós estamos diante do apogeu de uma outra perspectiva e com a qual nós não temos grande identidade. Nós somos formados com base nos valores ocidentais de maneira geral a filosofia, a economia e a visão de mundo são conformadas através dos iluministas, como se o mundo tivesse começado na Grécia antiga, como se a economia política fosse a inglesa e como se as possibilidades de reformas fossem aquelas estabelecida a partir da Revolução Francesa.

Então, eu quero chamar atenção a que obviamente há um mundo que antecede a isso, o qual nós pouco conhecemos, tampouco nós conhecemos a trajetória das civilizações originárias que estavam aqui há cerca de 50 mil anos e de que agora os antropólogos, as pesquisas começam a mostrar evidências inegáveis de civilizações pretéritas que seria importante resgatá-las numa perspectiva de constituir aqui é um horizonte diferente daquele que foi imposto pelo projeto de modernidade ocidental.

Nós estamos diante de uma mudança do centro dinâmico do mundo para o Oriente, como o Brasil se recoloca nessa circunstância, quando o Oceano Atlântico deixa a primazia para o Oceano Pacífico?

Nós não temos saída para o Pacífico, o que nos coloca uma questão absolutamente fundamental, que é a reorganização do Brasil enquanto articulador, enquanto integrante do continente sul-americano. Nesse sentido, o papel que o presidente Lula vem procurando fazer me parece fundamental: de reunir países e estabelecer um horizonte diferente do que nós tínhamos até então, para além da questão do deslocamento do centro dinâmico do mundo do ocidente para oriente. É importante considerar que estamos diante de uma passagem da antiga Era Industrial para uma Era Digital, que vem alterando substancialmente as formas de produzir, as formas de viver, de trabalhar e a forma de fazer política. Até pouco tempo predominava a perspectiva ocidental da Antiga Grécia de que a política era feita pelo protagonismo humano e pela presença física.

Os acontecimentos de 2020 para cá, com a pandemia, revelou na verdade o poder, a importância que tem um vírus, o vírus da COVID 19 que colocou parcela importante da população em suas casas e parou fábricas, parou o transporte, o que era inimaginável até pouco tempo. Nós estamos diante de perspectiva que precisa considerar o problema climático, o problema ambiental, viral, que são elementos que nos levam a considerar o ponto de vista de quem está pensando a política como um fim e não um meio.

Nesse sentido, é importante destacar que a Era Digital também coloca novas formas de fazer política, que não são apenas presencialmente, mas, como inclusive estamos tendo oportunidade de fazer nesse seminário, de forma virtual. Isso exige, portanto, repensar as formas de organização da sociedade, demonstrando que as instituições tradicionais, partidos políticos, sindicatos, associações de bairro, moradores, entre outras, são instituições próprias da Era Industrial,

que precisam considerar essa nova circunstância que estamos vivendo da Era da digitalização, da datificação. Informações e dados na Internet, na lista telefônica, nas listas de músicas, de compras, filmes e vídeos, tudo isso vem sendo utilizado como modelo de negócio, no interesse de grandes corporações estrangeiras e, o Brasil, inclusive, não tem as suas, o que torna a sua soberania muito fragilizada, pois instituições e empresas estrangeiras detêm mais informações sobre os brasileiros do que o próprio governo, do que o próprio IBGE, entre outras instituições. Isso exige, portanto, repensar o que é o Estado nacional dentro da realidade da Era Digital.

O terceiro desafio está relacionado à compreensão do que é o antropoceno. Nós já estamos diante de um novo regime climático, políticas de prevenção. A perspectiva do desenvolvimento sustentável ficou para trás, isso é uma ilusão. Os relatórios de IPCC vêm demonstrando sempre que nós já estamos com uma temperatura mais elevada, que estamos diante de uma posição de não retorno, não há mais a prevenção, na verdade é a necessidade de conviver com essa realidade imposta pelo antropoceno, que é produto da ação humana como fator de destruição ambiental. Nesse contexto, nós precisamos reconhecer o que faremos com os nossos biomas, o que faremos com as nossas cidades das áreas litorâneas, que possivelmente ficarão submersas diante do degelo da calota polar, diante da elevação do nível dos mares. Quantas cidades capitais como Salvador, Rio de Janeiro, Florianópolis, entre outras, ficarão submersas, senão na totalidade, na sua parcialidade? Como olhar a questão urbana, o desenvolvimento e a mobilidade geográfica do país, dentro dessa nova circunstância de uma temperatura mais elevada, com problema seríssimo de convivência com biomas? Não me parece mais plausível ficar acreditando em desenvolvimento

sustentável depois de mais de três décadas de insucesso, porque o país se demonstrou incapaz de enfrentar o problema climático da elevação da temperatura. As cópias que nós temos feito até agora são cópias cujos resultados são relativamente muito frágeis, que não apontam na perspectiva de alterar as formas de produção e consumo que são justamente aquelas principais responsáveis pela situação na qual nós nos encontramos atualmente.

Para além e por último, mas não menos importante, a mudança do centro dinâmico do mundo para o Oriente, do avanço da Era Digital e, sobretudo, em relação à questão climática. No caso brasileiro, a mudança do regime demográfico, o censo de 2022 demonstrou uma realidade desconhecida pelo Brasil. No século XIX a nossa população foi multiplicada por cinco vezes, no século 20 a nossa população foi multiplicada por 10 vezes, nesse século 21 a população não aumentará, projeções anteriores ao censo apontavam que a partir da década de 2040 nós entraremos uma fase de redução absoluta do número de brasileiros porque o número de pessoas a nascer seria menor do que o número de pessoas que iriam morrer. Esta é uma realidade pela qual nós precisamos repensar o país. Em primeiro lugar, se estamos de acordo em termos talvez 230 milhões de habitantes num país de dimensão continental e de uma densidade demográfica muito baixa, um país concentrado ainda nas áreas litorâneas, é razoável isso? Poderíamos ter mais população ou não, essa é uma decisão de ser feita olhando o segundo quarto do século 21.

Mais importante inclusive é reconhecer as mudanças que estão em curso na população brasileira, a interiorização da população no país, o processo de desintegração que está em curso diante de uma realidade que revela o contrário do que Euclides da Cunha pensava

no final do século 19. Olhando o Brasil daquele momento, acreditava-se que havia dois brasis: o Brasil das áreas litorâneas, que eram identificadas em geral com a modernidade, posteriormente com a industrialização, padrão de consumo europeu e norte-americano, enquanto que o interior do Brasil era marcado pela ausência de modernidade, pela dificuldade de letramento, de resistência portanto às formas modernas de vida. Se nós olharmos pelos dados de que hoje nós dispomos de evolução do PIB Municipal, Estadual, evolução da população, nós vamos perceber que as regiões litorâneas do país são justamente aquelas que concentram não mais a modernidade, há um processo de “desmodernização”, de empobrecimento, onde se localizavam as cidades anteriormente industriais, hoje estão o grosso da população empobrecida, desempregada, moradora de rua, à mercê do banditismo social e do fanatismo religioso, enquanto que parte importante do interior do Brasil hoje se modernizou, está integrada numa espécie de enclaves econômicos conectados com o mundo, porém desconectados do país. Uma realidade muito diferente, que tem a ver com as alterações demográficas que resultam justamente das opções por que o Brasil foi tomando basicamente nos últimos 40 anos.

O esgotamento do projeto de modernidade ocidental pela qual o Brasil se constituiu inicialmente como colônia e posteriormente como Estado-nação, e que levou de certa maneira a um sentido de país, deve ser questionado, especialmente quando estamos diante dessas transformações que são estruturais e demarcam uma nova época pela qual nós precisamos estar muito mais integrados, nessa perspectiva que o evento de hoje nos oportuniza, de reconstruir o debate nacional em torno de uma esfera pública que abra a perspectiva em diferentes visões de mundo, que nos permitiria construir

uma maioria política como ocorreu em outros momentos estratégicos do país conectados com o enfrentamento dos desafios que hoje nós temos.

IBEP
Instituto Brasileiro de Estudos Políticos



Baixe gratuitamente
este livro em seu celular

Encontre este livro gratuitamente em formato
digital acessando: livraria.senado.leg.br

SENADO FEDERAL

